

Emae Empresa  
Metropolitana de  
Águas e Energia  
S.A.

**Demonstrações contábeis  
regulatórias em  
31 de dezembro de 2017**

# Conteúdo

<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>3</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>9</b>
<b>Mensagem da Administração</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>24</b>
<b>Relatório dos auditores independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>175</b>

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
<b>ATIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	119.879	75.162	136.214	80.279
Revendedores.....	5	14.310	25.192	18.153	29.211
Consumidores.....	5	466	4.191	466	4.191
Ativo financeiro indenizável.....	10	323	-	323	-
Serviços - Canal Pinheiros.....	18.4	3.463	1.774	3.463	1.774
Alienação de bens e direitos.....		148	263	148	263
Imposto de renda e contribuição social a recuperar.....		1.330	-	1.331	11
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....		1.111	1.537	1.123	1.552
Estoque.....		1.789	1.965	1.789	1.965
Despesas antecipadas.....	23	109	214	245	214
Arrendamento UTE Piratininga.....	6	79.364	85.141	79.364	85.141
Ativo financeiro - Sabesp.....	18.2	15.545	-	15.545	-
Cauções e depósitos vinculados.....	9	10.161	10.372	10.161	10.372
Outros créditos.....	7	8.464	8.772	5.491	7.315
		<u>256.462</u>	<u>214.583</u>	<u>273.816</u>	<u>222.288</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Realizável a longo prazo					
Arrendamento UTE Piratininga.....	6	352.015	391.257	352.015	391.257
Ativo financeiro - Sabesp.....	18.2	96.915	-	96.915	-
Cauções e depósitos vinculados.....	9	11.927	12.326	15.336	15.806
Ativo financeiro indenizável.....	10	53.683	46.386	53.683	46.386
Ativo reversível da concessão.....	11	273.218	275.273	273.218	275.273
Outros créditos.....	7	-	-	1.209	2.137
Investimentos.....	12	92.718	80.947	1.390	1.390
Imobilizado.....	13	19.052	10.794	174.876	169.461
Intangível.....		2.567	1.764	2.567	1.764
		<u>902.095</u>	<u>818.747</u>	<u>971.209</u>	<u>903.474</u>
<b>TOTAL DO ATIVO.....</b>		<u>1.158.557</u>	<u>1.033.330</u>	<u>1.245.025</u>	<u>1.125.762</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores.....		6.644	4.880	6.923	5.084
Financiamentos.....	14	-	-	7.312	6.671
Folha de pagamento.....		6.204	5.382	6.204	5.382
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....		5.990	6.220	5.990	6.220
Entidade de previdência a empregados.....	15	11.348	32.784	11.348	32.784
Tributos e contribuições sociais.....		4.171	4.724	4.368	4.880
Imposto de renda e contribuição social a recolher.....		-	143	-	143
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	19.3	34.473	16.010	34.473	16.010
Taxas regulamentares.....		5.500	5.801	5.504	5.806
Obrigações Especiais - RGR.....	17	1.801	-	1.801	-
Cauções e depósitos vinculados.....		6.633	6.633	6.633	6.633
Encargos de uso da rede elétrica.....		184	174	200	190
Outros passivos.....		5.658	4.284	5.658	4.610
		<u>88.606</u>	<u>87.035</u>	<u>96.414</u>	<u>94.413</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Exigível a longo prazo					
Financiamentos.....	14	-	-	78.660	85.054
Entidade de previdência a empregados.....	15	80.608	76.914	80.608	76.914
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	8.2	99.029	77.832	99.029	77.832
Taxas regulamentares.....		769	769	769	769
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	16	55.269	51.639	55.269	51.639
Obrigações Especiais - RGR.....	17	14.401	16.202	14.401	16.202
		<u>250.076</u>	<u>223.356</u>	<u>328.736</u>	<u>308.410</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social.....	19.1	285.411	285.411	285.411	285.411
Reservas de capital.....		387.130	387.130	387.130	387.130
Outros resultados abrangentes.....		(24.877)	(35.947)	(24.877)	(35.947)
Reservas de lucros.....	19.5	172.211	86.345	172.211	86.345
		<u>819.875</u>	<u>722.939</u>	<u>819.875</u>	<u>722.939</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....</b>		<u>1.158.557</u>	<u>1.033.330</u>	<u>1.245.025</u>	<u>1.125.762</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....</b>	20	178.546	178.006	209.510	206.607
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	21	(178.820)	(163.787)	(186.268)	(173.682)
<b>LUCRO( PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO.....</b>		(274)	14.219	23.242	32.925
<b>Despesas Operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas.....	21	(40.798)	(36.064)	(40.887)	(36.210)
Outras receitas e despesas.....	21	128.161	2.886	128.161	2.895
Equivalência Patrimonial em controlada.....	12	15.438	9.130	-	-
		102.801	(24.048)	87.274	(33.315)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO....</b>		102.527	(9.829)	110.516	(390)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>					
Receitas.....	22	34.779	32.504	36.103	33.307
Despesas.....	22	(1.094)	(1.098)	(8.928)	(9.782)
Variações monetárias líquidas.....	22	18.503	54.351	18.503	54.351
		52.188	85.757	45.678	77.876
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....</b>		<b>154.715</b>	<b>75.928</b>	<b>156.194</b>	<b>77.486</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>					
Correntes.....	8	(20.074)	(16.375)	(21.553)	(17.933)
Diferidos.....	8	(15.495)	(4.573)	(15.495)	(4.573)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....</b>		<b>119.146</b>	<b>54.980</b>	<b>119.146</b>	<b>54.980</b>
<b>LUCRO ATRIBUÍVEL A : .....</b>					
Acionistas controladores e não controladores.....		<b>119.146</b>	<b>54.980</b>	<b>119.146</b>	<b>54.980</b>
<b>LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR:.....</b>					
Ação preferencial.....	19.2	R\$ 3,34583	R\$ 1,54393	R\$ 3,34583	R\$ 1,54393
Ação ordinária.....	19.2	R\$ 3,04166	R\$ 1,40357	R\$ 3,04166	R\$ 1,40357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Lucro líquido do exercício.....</b>	119.146	54.980
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado....</b>		
Ajuste de avaliação atuarial ( Nota 15).....	16.772	(116.400)
Efeito de imposto de renda e contribuição social (Nota 15).....	(5.702)	39.575
<b>Total do resultado abrangente do exercício.....</b>	<b>130.216</b>	<b>(21.845)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(Valores em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	RESERVAS DE LUCRO				LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
		SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO	INCENTIVOS FISCAIS	AJUSTES DE ELEMENTOS DO PASSIVO	RESERVA LEGAL	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	RESERVA DE RECOMPOSIÇÃO DE ATIVOS		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2016.....</b>	<b>285.411</b>	<b>383.618</b>	<b>3.512</b>	<b>40.878</b>	<b>2.546</b>	-	<b>44.742</b>	-	-	<b>760.707</b>
Ganhos e perdas atuariais líquido do efeito tributário.....	-	-	-	(76.825)	-	-	-	-	-	(76.825)
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	54.980	54.980
Constituição de reserva legal (Nota 19.3).....	-	-	-	-	2.749	-	-	-	(2.749)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar (Nota 19.3).....	-	-	-	-	-	-	24.151	-	(24.151)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros (Nota 19.3).....	-	-	-	-	-	15.022	-	-	(15.022)	-
Dividendo obrigatório (Nota 19.3).....	-	-	-	-	-	-	(2.865)	-	(13.058)	(15.923)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016.....</b>	<b>285.411</b>	<b>383.618</b>	<b>3.512</b>	<b>(35.947)</b>	<b>5.295</b>	<b>15.022</b>	<b>66.028</b>	-	-	<b>722.939</b>
Ganhos e perdas atuariais líquido do efeito tributário.....	-	-	-	11.070	-	-	-	-	-	11.070
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	119.146	119.146
Constituição de reserva legal (Nota 19.3).....	-	-	-	-	5.957	-	-	-	(5.957)	-
Realização de reserva de lucros a realizar (Nota 19.3).....	-	-	-	-	-	-	(4.983)	-	-	(4.983)
Constituição de reserva para recomposição de ativos (Nota 19.3).....	-	-	-	-	-	-	-	84.892	(84.892)	-
Dividendo obrigatório (Nota 19.3).....	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.297)	(28.297)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017.....</b>	<b>285.411</b>	<b>383.618</b>	<b>3.512</b>	<b>(24.877)</b>	<b>11.252</b>	<b>15.022</b>	<b>61.045</b>	<b>84.892</b>	-	<b>819.875</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
MÉTODO INDIRETO**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>Atividades operacionais</b>				
Resultado do exercício.....	119.146	54.980	119.146	54.980
Resultado de equivalência patrimonial.....	(15.438)	(9.130)	-	-
Depreciação/ amortização.....	931	925	4.872	4.864
Juros contrato mútuo.....	-	(1.001)	-	-
Baixa cauções e depósitos vinculados.....	-	3.343	-	3.343
Despesa de entidade de plano de previdência.....	13.991	4.301	13.991	4.301
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	935	2.779	935	2.779
Provisão riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	7.646	13.821	7.646	13.821
Tributos diferidos.....	15.495	4.573	15.495	4.573
Ganhos na alienação de bens e direitos.....	(2.379)	(1.473)	(2.379)	(1.473)
Juros sobre financiamentos.....	-	-	7.808	8.640
Acordo Sabesp.....	(123.796)	-	(123.796)	-
Juros e variações monetárias acordo Sabesp.....	(4.740)	-	(4.740)	-
Juros e variações monetárias do arrendamento financeiro.....	(39.005)	(78.513)	(39.005)	(78.513)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Revendedores e consumidores.....	14.607	(15.841)	14.783	(16.219)
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	426	168	429	160
Imposto de renda e contribuição social a recuperar.....	(1.330)	2.784	(1.320)	2.773
Serviços emergenciais - Canal Pinheiros.....	(1.689)	6.341	(1.689)	6.341
Estoques.....	176	134	176	134
Despesas antecipadas.....	105	22	(31)	22
Cauções e depósitos vinculados.....	610	(2.812)	681	(975)
Sabesp.....	16.076	-	16.076	-
Outros créditos.....	(2.593)	1.888	(1.648)	2.499
Contribuições para plano de previdência.....	(14.961)	(35.663)	(14.961)	(35.663)
Fornecedores.....	1.764	336	1.839	342
Folha de pagamento.....	822	558	822	558
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....	(230)	462	(230)	462
Tributos e contribuições sociais.....	(553)	398	(512)	454
Imposto de renda e contribuição social a recolher.....	19.931	14.099	21.073	15.547
Taxas regulamentares.....	(301)	169	(302)	169
Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas.....	(4.016)	(5.429)	(4.016)	(5.429)
Encargos de uso da rede elétrica.....	10	-	10	(10)
Depósitos vinculados.....	-	(7.178)	-	(7.178)
Outros.....	1.374	2.306	1.048	944
	<b>3.014</b>	<b>(42.653)</b>	<b>32.201</b>	<b>(17.754)</b>
Juros pagos com financiamentos.....	-	-	(6.874)	(7.305)
Dividendos recebidos.....	2.168	3.896	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(20.074)	(13.956)	(21.216)	(15.482)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(14.892)</b>	<b>(52.713)</b>	<b>4.111</b>	<b>(40.541)</b>
<b>Atividades de investimento</b>				
Aquisição de imobilizado.....	(5.652)	(269)	(6.750)	(880)
Aquisição de ativos indenizáveis.....	(7.620)	(3.473)	(7.620)	(3.473)
Aquisição de intangível.....	(1.356)	(594)	(1.356)	(594)
Recebimento de arrendamento financeiro.....	84.024	82.722	84.024	82.722
Recebimento da venda de ativo imobilizado.....	5.029	3.141	5.029	3.141
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento</b>	<b>74.425</b>	<b>81.527</b>	<b>73.327</b>	<b>80.916</b>
<b>Atividades de financiamento</b>				
Dividendos pagos.....	(14.816)	(3.629)	(14.816)	(3.629)
Mútuo entre partes relacionadas.....	-	5.589	-	-
Financiamentos.....	-	-	(6.687)	(6.612)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>(14.816)</b>	<b>1.960</b>	<b>(21.503)</b>	<b>(10.241)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>44.717</b>	<b>30.774</b>	<b>55.935</b>	<b>30.134</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	75.162	44.388	80.279	50.145
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	119.879	75.162	136.214	80.279
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>44.717</b>	<b>30.774</b>	<b>55.935</b>	<b>30.134</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
<b>Receitas</b>				
Receitas operacionais.....	202.543	200.460	234.755	230.205
Outras receitas.....	128.161	2.886	128.161	2.895
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa - constituição.....	(935)	(2.779)	(935)	(2.779)
Receitas relativas à construção de ativos próprios.....	9.985	6.893	11.083	7.503
	<u>339.754</u>	<u>207.460</u>	<u>373.064</u>	<u>237.824</u>
<b>Menos:</b>				
<b>Insumos</b>				
Energia elétrica comprada para revenda.....	8.543	8.778	8.543	11.218
GSF (Garantia física).....	-	-	928	802
Encargos de uso da rede elétrica.....	4.590	4.401	4.876	4.496
Serviços de terceiros.....	53.569	43.045	55.903	45.328
Materiais.....	8.076	8.733	9.134	9.146
Outros custos operacionais.....	7.391	13.572	7.388	14.105
	<u>82.169</u>	<u>78.529</u>	<u>86.772</u>	<u>85.095</u>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO.....</b>	<b>257.585</b>	<b>128.931</b>	<b>286.292</b>	<b>152.729</b>
<b>DEPRECIAÇÃO.....</b>	<b>(931)</b>	<b>(925)</b>	<b>(4.872)</b>	<b>(4.864)</b>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE.....</b>	<b>256.654</b>	<b>128.006</b>	<b>281.420</b>	<b>147.865</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>				
Receitas financeiras.....	34.779	32.504	36.103	33.307
Equivalência Patrimonial.....	15.438	9.130	-	-
	<u>50.217</u>	<u>41.634</u>	<u>36.103</u>	<u>33.307</u>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR.....</b>	<b>306.871</b>	<b>169.640</b>	<b>317.523</b>	<b>181.172</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
<b>Pessoal:</b>				
Remuneração do trabalho e benefícios (exceto INSS/FGTS).....	83.850	77.794	83.850	77.794
F.G.T.S.....	9.509	5.999	9.509	5.999
	<u>93.359</u>	<u>83.793</u>	<u>93.359</u>	<u>83.793</u>
<b>Impostos, taxas e contribuições:</b>				
<b>Encargos setoriais:</b>				
Compensação financeira p/ utilização de recursos hídricos.....	5.690	7.032	5.690	7.032
Taxa de fiscalização do serviço público de energia elétrica.....	604	578	669	642
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	1.658	1.577	1.658	1.577
	<u>7.952</u>	<u>9.187</u>	<u>8.017</u>	<u>9.251</u>
<b>Federais:</b>				
Imposto de renda e contribuição social.....	35.569	20.948	37.048	22.506
COFINS/PIS.....	29.325	26.524	30.573	27.668
INSS.....	13.713	13.532	13.713	13.532
	<u>78.607</u>	<u>61.004</u>	<u>81.334</u>	<u>63.706</u>
<b>Municipais:</b>				
ISS.....	971	392	971	392
IPTU.....	9.273	8.432	9.273	8.433
	<u>10.244</u>	<u>8.824</u>	<u>10.244</u>	<u>8.825</u>
	<u>96.803</u>	<u>79.015</u>	<u>99.595</u>	<u>81.782</u>
<b>Remuneração de capitais de terceiros:</b>				
Juros e encargos de dívidas.....	1.094	1.098	8.928	9.782
Variações monetárias líquidas.....	(4.512)	(50.050)	(4.512)	(50.050)
Arrendamentos e aluguéis.....	981	804	1.007	885
	<u>(2.437)</u>	<u>(48.148)</u>	<u>5.423</u>	<u>(39.383)</u>
<b>Remuneração de capitais próprios:</b>				
Dividendos.....	28.297	13.058	28.297	13.058
Lucros retidos.....	90.849	41.922	90.849	41.922
Lucro líquido do exercício.....	<u>119.146</u>	<u>54.980</u>	<u>119.146</u>	<u>54.980</u>
<b>TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>306.871</b>	<b>169.640</b>	<b>317.523</b>	<b>181.172</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## I. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Ao longo dos anos, a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“EMAE” ou “Companhia”) tem buscado consolidar seu equilíbrio econômico-financeiro, buscando otimizar suas instalações e operações para adequá-las às suas receitas e solucionar as diversas questões presentes em seu cotidiano por meio de redução de custos, gestão do fluxo de caixa, incremento de receita e desenvolvimento de novos negócios. Seguindo este propósito, o ano de 2017 foi positivo para a EMAE, pois proporcionou a realização de alguns pontos importantes no atingimento desta visão.

Dentre as principais realizações podemos citar a celebração do Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças com a Sabesp, encerrando uma longa discussão e finalizando os processos que tramitavam nas esferas judicial e arbitral relacionados à retirada de água dos reservatórios Billings e Guarapiranga. O instrumento prevê o pagamento de R\$ 218,1 milhões, distribuídos da seguinte forma: R\$ 46,3 milhões, em cinco parcelas anuais e sucessivas de R\$ 9,254 milhões, corrigidas monetariamente pelo IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo e 26 parcelas anuais sucessivas de R\$ 6,6 milhões, também corrigidas pelo IPCA. Com a entrada em vigor do Instrumento, em outubro de 2017, teve início o pagamento das parcelas, inclusive as vencidas, devidamente corrigidas na forma acordada.

No campo de remuneração e benefícios a empregados, merece destaque a renegociação do prazo de amortização do contrato de confissão de dívida do plano Benefício Suplementar Saldado - BSPS, bem como o fechamento para adesões ao plano de previdência complementar vigente e a criação de um novo plano, na modalidade Contribuição Definida - CD a ser oferecido a colaboradores que vierem a ingressar na Companhia, em fase de aprovação na PREVIC. Essas ações resultam em um melhor ajuste entre as necessidades de caixa dos planos de pensão e a geração caixa da EMAE. O fechamento do plano atual para novas adesões e o novo Plano CD mitigam a formação de novos passivos atuariais no futuro.

Com o vencimento do prazo de validade do Termo de Transação Extrajudicial para revisão do modelo de negócio vigente entre a EMAE e a Baixada Santista Energia (“BSE”), relativo ao arrendamento da UTE Piratininga, devido a não implementação de condições suspensivas, um novo contrato foi celebrado entre a EMAE e a Petrobras para prestação dos serviços de operação e manutenção das unidades da UTE Piratininga, o qual permitiu a geração de 81,6 MW médios no período de outubro a dezembro de 2017.

Em setembro de 2017, assinamos contrato de investimento com a Gasen, para desenvolvimento e construção de usina termelétrica na Zona Sul de São Paulo, em área da EMAE. O complexo térmico terá potência de até 1,20 GW (estimada) e é fruto da Chamada Pública nº1/2015 - Implantação e exploração de usina termoelétrica a gás natural em área de propriedade da EMAE.

No âmbito operacional, o destaque do ano foi a conclusão da recuperação das unidades geradoras da PCH Pirapora, após a longa indisponibilidade durante o ano de 2016, ocasionada por danos às suas turbinas, as quais foram totalmente reconstruídas com acompanhamento e certificação da projetista original das máquinas, a empresa italiana Franco Tosi Meccanica. Durante a recuperação foram seguidos os mais altos padrões de engenharia, com a incorporação de diversos ajustes, reparos e melhorias nos sistemas eletromecânicos e nas estruturas civis da usina. Os trabalhos fizeram parte da garantia da Usina e respeitaram um rígido cronograma, garantindo antecipação do retorno à operação das unidades dois meses antes do prazo informado à Aneel.

Trabalhamos fortemente na consolidação da Universidade Corporativa EMAE, com a realização de 1.126 horas de treinamento em 2017. Além disso, continuamos incentivando a busca incessante por excelência em segurança, com a realização de 5.721 horas de treinamentos obrigatórios de segurança do trabalho.

Quando o assunto é meio ambiente, reforçamos, dia a dia, nosso compromisso com a atuação responsável, buscando incessantemente minimizar e, sempre que possível, eliminar os impactos ao meio em que nossas operações se desenvolvem. Nossos projetos de manutenção e expansão dos nossos ativos colocam a variável ambiental em primeiro lugar, de forma a produzir o mínimo impacto junto ao ambiente e às comunidades onde estamos inseridos.

Aos nossos acionistas fica a certeza que a cada ano a Companhia vem se consolidando, uma vez que os resultados dos últimos três exercícios foram positivos (2017: R\$ 119,1 milhões, 2016: R\$ 54,9 milhões e em 2015: 59,8 milhões), mesmo com um cenário econômico desfavorável, demonstrando o cuidado e o zelo da Administração na condução dos negócios, refletindo na busca do justo retorno aos acionistas.

Por fim chegamos em 2018, ano em que completamos 20 (vinte) anos de existência, com importantes desafios como a primeira revisão tarifária da Receita Anual de Geração - Cotas; a continuidade do desenvolvimento das termelétricas selecionadas na Chamada Pública nº 01/2015; o acompanhamento da renovação da concessão da UTE Piratininga, a cargo da subsidiária da Petrobras, BSE Energia e a viabilização regulatória da remotorização da Barragem de Edgar de Souza. Por fim, ressaltamos novamente a importância dos resultados de 2017, que representam um legado de iniciativas estratégicas realizadas que permitirão a continuidade das operações da Companhia de forma sustentável nos próximos anos.

## II. A EMAE

### 1. Perfil organizacional

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia (“EMAE” ou “Companhia”) é uma sociedade de capital aberto, de direito privado, cujo controle acionário é exercido pelo Governo do Estado de São Paulo. Concessionária de serviços públicos de geração de energia elétrica, tem concedido o direito de explorar três aproveitamentos hidroelétricos no estado de São Paulo.

O complexo hidroenergético operado pela Companhia está centrado na Usina Hidroelétrica Henry Borden, cujas principais estruturas associadas são os reservatórios Billings e Pedras, o canal do rio Pinheiros, as usinas elevatórias de Traição e Pedreira e a Estrutura de Retiro. Fazem parte do parque gerador da Companhia duas pequenas usinas hidroelétricas, a UHE Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e a UHE Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê. Todos esses aproveitamentos têm sua energia e potência integralmente contratadas no regime de cotas com as distribuidoras, nos termos da Lei 12.783/2013 e respectivos decretos regulamentadores.

A EMAE possui, também, uma subsidiária integral, denominada Pirapora Energia S.A., detentora e operadora da PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada. (Nota Explicativa - 1).

## 2. Ambiente econômico e regulatório

### 2.1. *Macroeconomia*

2017 foi um ano mais estável para a economia do país, mesmo com a persistente volatilidade no ambiente político, com o PIB crescendo após dois anos seguidos de retração. A inflação continuou em queda e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) chegou ao final do ano em 2,95%, abaixo do piso da meta de inflação oficial. Com a queda da inflação, o Banco Central manteve a política de redução da taxa básica de juros, levando a Selic a 7% ao ano no final de dezembro.

Do ponto de vista do consumo de energia, 2017 fechou com um aumento de 0,8% na comparação com 2016. O aumento, registrado em todas as regiões do país, é o primeiro resultado positivo nos últimos três anos. O consumo de energia ficou em 463.904 TWh, mesmo patamar registrado em 2015. Embora ainda tímida, a recuperação sinaliza um crescimento para os próximos anos. Já existe uma demanda deprimida, especialmente na indústria e, dependendo do cenário político, a demanda pode se materializar. A projeção de crescimento gradual da carga para os próximos anos, entre 3,7% e 3,9% para o período de 2018 a 2022 sinaliza um cenário propício para novos investimentos em geração.

#### ***Ambiente Regulatório***

A EMAE monitora constantemente o ambiente regulatório e de negócios em que atua com vistas a estar preparada para obter o melhor aproveitamento das oportunidades e minimizar os impactos negativos que possam advir de mudanças nesses ambientes. No campo regulatório, 2017 foi um ano de intensos debates no setor elétrico. Foi colocado em consulta pública (Consulta Pública nº 33 de 05/07/2017) pelo Ministério de Minas e Energia a “Proposta de medidas legais que viabilizem o futuro do setor elétrico com sustentabilidade a longo prazo”. O resultado da consulta pública inclui uma minuta de projeto de lei (Projeto de Lei de Modernização e Abertura do Mercado Livre de Energia Elétrica), que deverá ser encaminhada à Casa Civil e à Fazenda e posteriormente será submetida à aprovação pelo Congresso Nacional.

Outra Audiência Pública em andamento (ANEEL nº 16/2017), de grande importância para o Setor e fundamental para a EMAE, tem como objetivo obter subsídios para o aprimoramento da proposta de regulamentação da revisão periódica das Receitas Anuais de Geração - RAGs das usinas hidrelétricas enquadradas no regime de cotas de garantia física e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013.

Também merece destaque a publicação do Decreto nº 9.187, de 1º de novembro de 2017, que regulamenta a prorrogação das concessões de geração de energia termelétrica de que trata a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. Esse decreto abre a possibilidade de renovar a concessão da UTE Piratininga, conjugando a extensão de prazo de concessão com investimentos em atualização tecnológica da planta.

#### ***Segmentos de Negócios***

A administração da Companhia gerencia seus negócios de forma consolidada, considerando as atividades da EMAE e de sua Controlada como um único segmento de negócio.

As principais fontes de receita da Companhia e sua Controlada são:

- Fornecimento e suprimento de energia elétrica;
- Receita de construção de ativos;
- Prestação de serviços de operação e manutenção de instalações de usinas e estruturas correlatas para empresas e órgãos públicos.

O principal segmento de mercado no qual a EMAE atua, fornecimento de energia elétrica, não possui competição devido ao modelo regulatório adotado, no qual a remuneração da Companhia é feita por meio de uma tarifa determinada pela ANEEL (Receita Anual de Geração - RAG) pela disponibilização de cotas de energia e potência. Já a controlada Pirapora Energia S.A., possui praticamente toda energia disponível comercializada, por meio de leilões regulados, pelo prazo de vigência da autorização.

No segmento prestação de serviço, dada à especificidade dos serviços prestados, mesmo esse segmento apresentando concorrência do mercado, essa competição se torna pouco relevante. Os principais contratos são com a Petrobras S.A. (operação e manutenção da Usina Termelétrica Piratininga, arrendada para a Baixada Santista Energia, subsidiária da Petrobras), Prefeitura do Município de São Paulo (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda, no córrego Agua Espiraiada) e Pirapora Energia S.A. (Serviço de Operação e Manutenção da usina).

### **Riscos do Negócio**

O principal risco do setor de geração de energia por fonte hidráulica decorre, majoritariamente, das condições hidrológicas do período, a qual provoca volatilidade de preços. Assim, ao aderir ao modelo de contratação de energia e potência no Regime de Cotas com as distribuidoras, o risco hidrológico foi repassado para as distribuidoras, deixando de impactar diretamente a Companhia. É importante ressaltar que a EMAE está sujeita ao cumprimento de indicadores de qualidade estabelecidos pela ANEEL, vinculados à disponibilidade e desempenho operacional dos ativos de geração, os quais têm sido mantidos em valores melhores que as referências.

Já a Pirapora Energia S.A., por sua livre iniciativa, optou pela repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203, de 9 de dezembro de 2015 e Resolução Normativa nº 684, de 2015. A repactuação funciona como a contratação de um seguro, cujo prêmio a ser pago é a redução do preço, tendo como benefício a proteção contra flutuações hidrológicas que possam comprometer o fluxo de recebíveis, isto é, atentar contra a sua garantia física. A cessão dos direitos e obrigações associados ao risco hidrológico perdurará até 3/7/2038. (Nota Explicativa - 24.1).

### **Ativos relevantes para o desenvolvimento das atividades**

#### **Parque Gerador - Características Físicas**

Usinas	Potência Instalada (MW)	Garantia Física/Energia Assegurada (MW médios)	Propriedade	% Potência Instalada (MW)	% Garantia Física (MW Médios)	Início da Outorga	Vencimento da Outorga
<b>INTEGRAL</b>							
UHE Henry Borden	889,0	127,70	100%	92,53%	75,86%	01/01/2013	30/11/2042
UHE Porto Góes	24,8	11,63	100%	2,58%	6,91%	01/01/2013	30/11/2042
UHE Rasgão	22,0	11,84	100%	2,29%	7,03%	01/01/2013	30/11/2042
<b>SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO</b>							
PCH Pirapora	25,0	17,17	100%	2,60%	10,20%	24/06/2008	31/12/2044
<b>Total</b>	<b>960,8</b>	<b>168,34</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>		

### **III. COMO NOS RELACIONAMOS**

#### **1. Com clientes e fornecedores**

Nosso relacionamento com clientes e fornecedores é pautado pela transparência e assertividade. Todos os processos de escolha dos fornecedores são públicos, de acordo com a lei 8.666/93, que rege esse tipo de processo, permitindo o acesso em condições de igualdade aos interessados. Nos contratos de serviços estão inseridas cláusulas que exigem dos fornecedores o respeito às pessoas e ao meio ambiente.

#### **2. Com colaboradores**

São 396 empregados com graus de formação diversos, em 8 (oito) locais de trabalho, distribuídos em 4 (quatro) municípios (São Paulo, Pirapora do Bom Jesus, Salto e Cubatão).

A Companhia investe na atenção para com a saúde, bem-estar e segurança do trabalho por meio dos serviços de medicina e saúde, em especial pela realização de exames periódicos com características que excedem às exigências legais, pela constante conscientização sobre o cuidado com a saúde e bem-estar, valorizando a prevenção, por meio de diversas ações e campanhas ao longo do ano e, realizando treinamentos com foco na capacitação e prevenção de acidentes, destinados aos colaboradores do quadro próprio e das empresas contratadas. Merece destaque às 7.500 horas de treinamento realizadas, com a participação de 351 colaboradores e um investimento de R\$ 225 mil. Além disso, o uso dos equipamentos de proteção individual e coletiva é obrigatório em todas as atividades e a empresa fiscaliza constantemente o estado de conservação e o uso desses equipamentos.

As Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA) são atuantes e possuem diversas subcomissões que analisam situações de risco, inspecionam as condições ambientais e de trabalho, propondo melhorias quando necessário. Também fazem a análise e proposição de ações em situações de acidente ou quase acidente. Anualmente é realizada a Semana Interna de Prevenção de Acidentes (SIPAT), com programação em três unidades da Companhia e intensa participação de colaboradores da EMAE e de empresas prestadoras de serviços.

A EMAE tem em funcionamento a Universidade Corporativa (“UC”) composta de duas escolas, a de Negócios e a Técnica. A Escola de Negócios está voltada ao desenvolvimento da capacidade empreendedora e comercial, bem como os aspectos de Liderança e Governança Corporativa. A Escola Técnica tem seu foco na retenção e disseminação de conhecimentos tecnológicos específicos das usinas e no aprimoramento das técnicas e processos associados. A Companhia também oferece bolsas de estudos para os colaboradores, além de incentivar e custear a participação em seminários, palestras e treinamentos externos.

A Companhia oferece a todos colaboradores plano de saúde e previdência privada com o objetivo de complementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. Em modelo misto, conta com um plano de benefício definido, com custeio paritário e outro de contribuição definida, no qual o percentual de participação é escolhido livremente pelo participante, mas a participação da empresa está limitada a 5% do percentual máximo permitido. (Nota Explicativa - 15.1)

#### **3. Com a comunidade e o meio ambiente**

O desenvolvimento das atividades da Companhia deve estar alinhado aos anseios das comunidades onde nossas instalações estão inseridas e com a proteção ao meio ambiente. Com base nessas premissas, a EMAE desenvolve e implanta programas socioambientais incentivando a conservação ambiental e o exercício da cidadania. A Companhia também busca soluções viáveis para compatibilizar a geração de energia, o uso múltiplo das águas e as políticas de saneamento, incorporando a preservação do meio ambiente no planejamento dos empreendimentos, obras e serviços, minimizando e, quando possível, eliminando impactos ambientais.

Além dos programas institucionais (coleta seletiva, coleta de óleo comestível usado e coleta de filme radiográfico), a Companhia deu continuidade aos programas de gerenciamento de resíduos (óleos isolante e lubrificante, lâmpadas contendo vapor de mercúrio, pneus etc.) e de logística reversa, em consonância com a Política Estadual de Resíduos Sólidos.

Merece destaque no ano o Desenvolvimento de Estudos de Dispersão Atmosférica visando a implantação de usinas termoelétricas na área da sede da EMAE e UHE Henry Borden e o contrato para destinação adequada de transformadores contaminados com Bifenilos Policlorados (PCBs). Também destacamos o plantio de mudas nativas para recuperação ambiental de área reintegrada junto ao reservatório Billings, a Caracterização de Material de Dragagem do Canal Pinheiros Superior e Inferior, conforme a licença ambiental das Atividades de Manutenção do Canal do Rio Pinheiros.

#### 4. Com nossos acionistas e investidores

O relacionamento com acionistas, investidores e mercado em geral é de responsabilidade da Diretoria Financeira e de Relações com Investidores e sempre é pautado pela transparência, simetria de informação, equidade de tratamento e respeito aos direitos de investidores.

A EMAE possui, como principal canal de relação com esse público o site de Relação com Investidores ([www.emae.com.br/ri](http://www.emae.com.br/ri)), dedicado exclusivamente à divulgação de informações periódicas e eventuais, conforme diretrizes das Instruções 358, 480 e 481 da Comissão de Valores Mobiliários.

### IV. NOSSO DESEMPENHO OPERACIONAL

#### 1. Participação no Mercado

Os aproveitamentos hidroelétricos concedidos à Companhia, somados à PCH Pirapora, totalizavam, em dezembro de 2017, 960,8 MW de potência instalada. A participação no mercado corresponde a cerca de 6,46% da capacidade hidrelétrica instalada no Estado de São Paulo e, aproximadamente, 1,06% do Brasil (Capacidade Instalada não incluída as participações na PESA).

#### 2. Histórico de Geração

Geração Verificada (MW médio)			
Usinas	2017	2016	2015
Henry Borden	107,66	102,6	61,3
Porto Góes	7,98	11,6	12,2
Rasgão	12,15	12,9	13,2
Pirapora	9,14	1,7	5,9
<b>Total</b>	<b>136,93</b>	<b>128,8</b>	<b>92,6</b>

### 3. Receita com Geração de Energia (em milhares de reais)

A Receita Anual de Geração (RAG + Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos “CFURH” + Tributos), homologada pela ANEEL e paga em parcelas duodecimais pelos Contratos de Cotas de Garantia Física e Potência (CCGFs) das usinas são:

Usinas	2017	2016	2015
Henry Borden	157.404	162.635	127.583
Porto Góes	5.695	7.120	6.202
Rasgão	6.502	6.228	4.996
<b>Total</b>	<b>169.601</b>	<b>175.983</b>	<b>138.781</b>

As usinas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes passaram a ser remuneradas por tarifa, a partir de 01 de janeiro de 2013, pela contratação de energia e potência no Regime de Cotas com as distribuidoras, no ambiente de contratação regulado - ACR.

Faturamento bruto com energia EMAE / PESA - 2017*	R\$ Milhões
RAG + CFURH + Tributos	169,6
ACR - Contratos no Ambiente de Contratação Regulado - PESA	33,1
ACL - Contratos no Ambiente de Contratação Livre	10,4
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - EMAE	1,2
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - PESA	1,0
<b>Total</b>	<b>215,3</b>

\*Não inclui renda de prestação de serviços, receitas relativas à construção de ativos próprios e outras receitas.

## V. NOSSO DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

### 1. Receita Operacional

No exercício de 2017, a receita operacional bruta da EMAE sofreu uma pequena variação positiva de 2,74% em relação a 2016. A principal fonte de receita continua sendo as Cotas de Energia, que representam 69,88% do montante total, apesar da queda ocasionada por pelo reconhecimento integral, em 2016 de R\$ 16.094 referente ao adicional de receita relativo aos bens não reversíveis do período de janeiro de 2013 a junho de 2015 de acordo com a Nota Técnica nº 232/2016 - SGT/ANEEL de 14/07/2016. É importante destacar o aumento das receitas com Suprimento de Energia de comercializadores, Energia de Curto Prazo e o impacto da celebração de um novo contrato de operação e manutenção com a Petrobras na rubrica Prestação de Serviço, estas contas variaram em relação a 2016, 141,66%, 260,36%, 80,86%, respectivamente. Há que destacar ainda, a queda de 38,55% na receita com Fornecimento de Energia (venda a consumidores finais), decorrente do aditivo contratual com a Toyobo que alterou o volume e preço contratado a partir de julho de 2016. (Nota explicativa - 20.1).

### 2. Custos e Despesas Operacionais

Os custos dos serviços de energia elétrica somados as despesas gerais e administrativas, em 2017, apresentaram um aumento de 8,22% em relação a 2016. Contribuíram para esse aumento, as despesas com Pessoal, que variou 9,65% - impactada pelo custo de rescisões trabalhistas e pelo aumento dos custos com assistência médica -, e Serviço de terceiros, que teve um aumento de 17,56% em função, principalmente das despesas com a assessoria jurídica para celebração do acordo com a Sabesp e do aumento dos custos para atendimento do contrato de operação e manutenção da UTE Piratininga. (Nota Explicativa - 21.2).

### 3. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro do exercício 2017 foi 41,35% inferior ao registrado em 2016, ocasionado pela redução da atualização monetária sobre o saldo do arrendamento da UTE Piratininga nos exercícios (variação IGP-M 2017 -0,53% e 2016 7,19%), parcialmente compensado pelas Receitas Financeiras, que registraram um aumento de 8,4%, impactadas pelos *Rendimentos de aplicações financeiras*, 36,5% maior que em 2016 e a entrada de recursos do *Acordo Sabesp*, que juntas, representam 34,3% do total das receitas financeiras. (Nota Explicativa: 22).

### 4. Valor Adicionado

A variação positiva de 69,6% no Valor Adicionado no exercício de 2017 é reflexo, sobretudo, do aumento na geração de valor na rubrica *Outras Receitas*, impactada pela entrada de receita do Acordo Sabesp. Assim, a riqueza foi percentualmente distribuída da seguinte forma:

Parte Interessada	Percentual Distribuído	
	2017	2016
Capital Próprio	37,5%	30,4%
Governo	31,4%	45,1%
Colaboradores	29,4%	46,2%
Capital de Terceiros	1,7%	-21,7%

### 5. Endividamento

A EMAE, em 2017, não recorreu ao mercado financeiro para obtenção de recursos para financiar suas atividades. Assim, permanecem como principais credores da Companhia a Fundação Cesp, R\$ 92,0 milhões (Saldo da dívida e Ajuste atuarial planos de benefícios), e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com saldo de R\$ 86,0 milhões (*project finance* firmado pela Controlada Integral PESA). (Notas Explicativas - 14 e 15).

### 6. Lucro Líquido

Como reflexo dos principais fatos econômico-financeiros, a EMAE obteve no exercício findo em 31/12/2017, lucro líquido consolidado de R\$ 119,1 milhões, resultado esse 116,82% maior que o do exercício anterior.

## VI. NOSSO FUTURO

### 1. Novos negócios

A EMAE continuou trabalhando para o desenvolvimento e implantação de novos negócios. Nesse sentido assinou em 28/09/2017 o contrato de investimento com a Gasen para desenvolvimento e construção de nova usina termoeétrica na área da sede, junto a Usina Piratininga. O projeto está inserido na Chamada Pública nº1/2015 - Implantação e exploração de usina termoeétrica a gás natural em área da EMAE com potência total de 2.000 megawatts. Na chamada, foram selecionadas duas empresas parceiras, Gasen e AES Tietê. Atualmente, está em andamento o processo de “Due Dilligence” entre as Empresas. O processo de licenciamento ambiental para todo o empreendimento está sendo conduzido pela EMAE (Nota Explicativa - 1). A EMAE vem buscando obter a outorga para remotorização da Barragem Edgard de Souza. Em 2012, a concessão da usina expirou e o pedido de prorrogação foi indeferido e a decisão sobrestada, para, na sequência, ser definitivamente indeferido em razão de a usina não possuir equipamentos de geração. Com a promulgação da Lei nº 12.783/2013, ficou estabelecido que as concessões das usinas não prorrogadas deveriam ser licitadas. No entanto, com a Lei nº 13.360/2016, que altera as condições de outorga da Lei nº 12.783/2013 para empreendimentos com capacidade de até 50MW, liberando a obrigatoriedade de licitação para esses empreendimentos, a EMAE entrou novamente com o pleito de obter autorização como Produtor Independente de Energia Elétrica. O assunto se encontra em análise na Consultoria Jurídica do Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia continua o estudo, em conjunto com o Departamento Hidroviário - DH, de integração dos sistemas de navegação no rio Tietê com a geração de energia. Dentro desse trabalho, formalizou junto à ANEEL o sumário executivo do Aproveitamento Hidrelétrico AHE Guaxatuba, o qual foi aceito, permitindo o início do processo de licenciamento ambiental do empreendimento.

A Publicação da Chamada Pública nº1/2016 - “Novas oportunidades de negócios de geração de energia a partir de fontes renováveis”, que tem o objetivo de selecionar potenciais parceiros para analisar e desenvolver oportunidades de negócio em geração de energia a partir de fontes renováveis continua aberta. No âmbito da Chamada, foi proposta uma etapa específica de Chamamento Público para fonte fotovoltaica, para como selecionar interessados em oportunidade de negócio em empreendimentos fotovoltaicos, com módulos de até 5 MWp, junto à Barragem Edgard de Souza. Apesar de nove interessados terem participado do processo, nenhum deles atendeu aos requisitos da Chamada, que continua aberta a novos proponentes.

### 2. Investimentos

Com o objetivo de manter a confiabilidade, segurança e disponibilidade dos ativos e visando compatibilizar as necessidades de investimentos, a EMAE investiu, no exercício de 2017, recursos próprios da ordem de R\$ 10,0 milhões nas suas instalações de geração e estruturas hidráulicas.

Os investimentos para o exercício de 2018 foram aprovados na 327ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 06.12.2017, no montante de R\$ 28 milhões.

### 3. Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”)

Por força da lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000 e suas alterações, a EMAE aplica 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico. Por esta razão, desde o início do programa (setembro de 2004) até dezembro/2017, a Companhia destinou cerca de R\$ 21,1 milhões em P&D, dos quais R\$ 8,4 milhões para conta de desenvolvimento de projetos, R\$ 8,4 milhões em taxas para o FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos e R\$ 4,2 milhões em taxas para a Coordenação Geral de Orçamento e Finanças do Ministério de Minas e Energia, conforme resolução setorial. O gasto no exercício foi da ordem de aproximadamente R\$ 1,7 milhões.

A captação de projetos de P&D pode ser realizada de diversas maneiras, dentre elas, interlocução com instituições de ensino; chamada pública; participação em chamada de projetos da ANEEL e propostas apresentadas pelos colaboradores da Companhia. A análise da viabilidade dos projetos é realizada pela Companhia levando em consideração o alinhamento das propostas aos Temas Estratégicos de P&D da ANEEL e a relação com o interesse da EMAE. No exercício de 2017, foi lançada Chamada Pública para captação de propostas de projetos de P&D, sendo contabilizadas até dezembro de 2017, 5 (cinco) propostas que se encontram em avaliação.

Em 2017 foi concluído o contrato do projeto de P&D cooperado com outras concessionárias: “Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração de Energia Elétrica a partir de Biogás Oriundo de Resíduos e Efluentes Líquidos na Matriz Energética Brasileira” e foram iniciados 4 (quatro) novos projetos de P&D próprios da Empresa, captados na Chamada Pública lançada em 2016.

## VII. GOVERNANÇA

A EMAE adota um modelo de governança no qual o direcionamento estratégico da Companhia é feito pelo Conselho de Administração (“CA”) responsável também pelo acompanhamento dos planos, programas, projetos e do orçamento aprovado. Em 2017, o CA era composto por 10 (dez) membros, sendo um deles independente, um eleito pelos acionistas preferencialistas e um eleito pelos empregados, nos termos do Estatuto Social da Companhia. A Diretoria, composta por 04 (quatro) membros, é o órgão da administração responsável pela gestão operacional da Companhia. A EMAE conta ainda com um Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, com 5 (cinco) membros titulares - sendo um deles eleito pelos acionistas preferencialistas -, e um Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, eleito em 2017, nos termos da lei 13.303/2016.

A Companhia conta, também, com auditoria interna e externa, esta última realizada por auditor independente, sujeito a rotatividade estabelecida nos termos da Instrução CVM nº 308/99, e uma área de relações com investidores.

A EMAE possui como seus principais instrumentos de governança seu Estatuto Social, Políticas de Segurança e Saúde, de Divulgação de Informação Relevante e de Transações com Partes Relacionadas, esta última aprovada pelo Conselho de Administração em dezembro de 2017, a qual possui como principal objetivo assegurar que as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses, sejam tomadas conforme os interesses da Companhia e seus acionistas.

## VIII. MERCADO DE CAPITAIS

### 1. Composição Acionária

A EMAE possui uma extensa base acionária composta por mais de 29 mil acionistas, sendo as ações divididas em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais de classe única. Os dez maiores acionistas da EMAE detêm 93,94% do capital da Companhia. (Nota Explicativa - 19.1).

### 2. Ações

As ações preferenciais da Companhia (EMA4) encerraram o ano cotadas a R\$ 9,10, representando uma valorização de 6,06% no exercício. No mesmo período, o Ibovespa valorizou 26,86% e o Índice de Energia Elétrica (IEE), setor no qual atuamos, valorizou 10,04%. Em 2017, foram pagos a título de dividendo, referente ao exercício de 2016, para as ações preferenciais R\$ 0,4471145 por ação, o que representa 4,914% de dividendo *yield* e para as ações ordinárias o dividendo pago por ação foi de R\$ 0,406495, equivalente a 4,467% de dividendo *yield*. (Notas Explicativas - 19.2 e 19.4).

### **3. Dividendos**

O Artigo 30 do Estatuto Social da Empresa assegura aos acionistas que, do lucro líquido ajustado na forma da lei 6.404/76 (“Lei das S.A”), será distribuído um dividendo de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento), assegurando às ações preferenciais a vantagem da percepção de dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias.

A Companhia distribuiu, em 2017, o montante de R\$ 15,9 milhões em dividendos referentes ao exercício encerrado em 31/12/2016, pago a partir de 30/11/2017. Ao final do exercício 2017, registrou lucro líquido consolidado de R\$ 119,1 milhões, do qual, após a constituição de reservas, a administração propõe a distribuição aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório disposto no Estatuto Social, acrescido da parcela de reserva de lucros a realizar de exercícios anteriores realizado nesse exercício, no montante de R\$ 33,3 milhões. (Nota Explicativa - 19.4).

### **4. Valor Patrimonial por Ações**

Em 31/12/2017 o Valor Patrimonial por Ação da Companhia era de R\$ 22,190520.

## IX. BALANÇO SOCIAL

	2017			2016		
	R\$ Mil			R\$ Mil		
<b>1. Base de Cálculo</b>						
Receita Líquida Consolidada (RL).....	209.510			206.607		
Resultado Operacional Consolidado (RO).....	110.516			(390)		
Folha de Pagamento Bruta Consolidada (FPB).....	107.072			97.324		
	2017			2016		
	R\$ Mil	% sobre		R\$ Mil	% sobre	
<b>2. Indicadores Sociais Internos</b>		FPB	RL		FPB	RL
Alimentação.....	4.440	4,15	2,12	4.538	4,66	2,20
Encargos Sociais Compulsórios .....	23.222	21,69	11,08	19.531	20,07	9,45
Entidade de Previdência a Empregados .....	14.961	13,97	7,14	35.663	36,64	17,26
Saúde.....	13.193	12,32	6,30	9.939	10,21	4,81
Capacitação e desenvolvimento profissional.....	225	0,21	0,11	140	0,14	0,07
Auxílio creche.....	143	0,13	0,07	150	0,15	0,07
Outros Benefícios.....	20	0,02	0,01	25	0,03	0,01
<b>Total.....</b>	<b>56.204</b>	<b>52,49</b>	<b>26,83</b>	<b>69.986</b>	<b>71,91</b>	<b>33,87</b>
	R\$ Mil	% sobre		R\$ Mil	% sobre	
		RO	RL		RO	RL
<b>3. Indicadores Sociais Externos</b>						
Contribuições p/ a Sociedade/Investimentos em Cidadania.....	32	0,03	0,02	50	(12,82)	0,02
Transporte gratuito (Balsas).....	5.898	5,34	2,82	5.446	(1.396,41)	2,64
Tributos (excluídos encargos sociais).....	75.400	68,23	35,99	58.999	(15.127,95)	28,56
<b>Total.....</b>	<b>81.330</b>	<b>73,59</b>	<b>38,82</b>	<b>64.495</b>	<b>(16.537,18)</b>	<b>31,22</b>
	R\$ Mil	% sobre		R\$ Mil	% sobre	
		RO	RL		RO	RL
<b>4. Indicadores Ambientais</b>						
Investimentos relacionados com a operação da empresa.....	91	0,08	0,04	76	(19,49)	0,04
	2017			2016		
<b>5. Indicadores do Corpo Funcional</b>						
Nº de empregados(as) ao final do período		396			435	
Nº de estagiários(as)		12			4	
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		278			304	
Nº de mulheres que trabalham na empresa		34			38	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		15,15%			15,62%	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		82			90	
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		3,03%			0,00%	
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais		7			7	

**Diversidade de Etnia**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Amarela	1,76%	2,30%
Branca	77,00%	76,78%
Indígena	0,25%	0,23%
Parda	17,42%	17,47%
Preta	3,28%	3,22%

**Escolaridade dos colaboradores(as)**

	<b>2017</b>			<b>2016</b>		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Total Superior e extensão universitária	135	19	116	151	20	131
Ensino Médio	200	9	191	214	11	203
Ensino Fundamental	61	6	55	70	7	63

**Faixa etária dos colaboradores(as)**

	<b>2017</b>			<b>2016</b>		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Abaixo de 18 anos	-	-	-	-	-	-
De 18 até 30 anos	-	-	-	2	-	2
De 31 até 40 anos	45	4	41	53	6	47
De 41 até 50 anos	171	9	162	180	9	171
50 anos ou mais	180	17	163	200	23	177

**Aprendiz(es)**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Total	14	14

**Estagiários(as)**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Total	12	4

**Nº de processos trabalhistas em andamento no final do exercício**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Total	158	264

**Nº de processos trabalhistas encerrados no final do exercício**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Total	33	13

**6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial**

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:

Direção e Gerências

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:

SESMT - Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho

A previdência privada contempla:

Todos os empregados

Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:

São sugeridos

Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:

Incentiva

## **X. AUDITORES INDEPENDENTES**

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003 e demais Normas e Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários, a EMAE informa que a KPMG Auditores Independentes prestou serviços de auditoria independente exclusivamente para as informações financeiras intermediárias (ITR) e demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício 2017.

A EMAE entende e declara que esses serviços foram prestados com pleno atendimento às normas de independência que regem os trabalhos de auditoria.

### **A Administração**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“EMAE” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, detém 97,61% das ações ordinárias da Companhia.

A Companhia tem como atividades principais o planejamento, a construção, a operação e a manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia elétrica.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAE tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A EMAE opera o sistema hidroenergético formado por estruturas hidráulicas localizadas no Alto Tietê e associadas a UHE Henry Borden, localizada no município de Cubatão, e duas pequenas usinas hidroelétricas, a UHE Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e a UHE Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê. A Companhia possuía uma Pequena Central Hidroelétrica (PCH) no município de Pindamonhangaba que se encontrava sem contrato de concessão. Essa pequena central foi alienada por meio de concorrência pública em junho de 2017 por R\$ 4.206 (vide Nota 11).

A EMAE, abarcada pelas mudanças introduzidas no modelo setorial a partir da Medida Provisória - MP 579, convertida na lei nº 12.783 de 11/01/2013, que afetou todas as concessionárias de energia elétrica com término do contrato de concessão até 2017, celebrou com a União, em 04/12/2012, o segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes.

Por consequência, desde janeiro de 2013, toda garantia física e potência de cada usina da Companhia passou a ser alocada em regime de cotas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica conectadas ao Sistema Interligado Nacional - SIN, sendo cada usina remunerada por tarifa vinculada a Receita Anual de Geração - RAG e submetida aos padrões de qualidade de serviço estabelecidos pela ANEEL.

A Receita Anual de Geração (RAG), calculada pela ANEEL através de fórmula definida no contrato de concessão, é reajustada anualmente e a cada 5 (cinco) anos é realizado o processo de revisão tarifária. A RAG é composta dos custos regulatórios de operação, manutenção, administração, remuneração e amortização das usinas hidrelétricas, além dos encargos e tributos, inclusive os encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Adicionalmente, os custos relativos à Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos - CFURH, são cobrados pela ANEEL e ressarcidos pelas Distribuidoras na proporção das cotas.

Além disso, os riscos hidrológicos e resultados financeiros do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE passaram a ser assumidos pelas distribuidoras que receberam as cotas de energia e potência; a remuneração dos investimentos será disciplinada pela ANEEL, de forma a ser considerada nas tarifas; os encargos e tributos, pagos pela Companhia, como conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição, taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento - P&D, compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos, PIS e COFINS passam a ser ressarcidas por meio da RAG; e deixa de existir o recolhimento a título da reserva global de reversão.

#### **ARRENDAMENTO USINA TERMELÉTRICA PIRATININGA**

Adicionalmente à atividade de geração, a Companhia arrendou os ativos da Usina Termoelétrica Piratininga (“UTE Piratininga”) em 27/04/2007 para a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”). O contrato de arrendamento foi autorizado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22/01/2008 e tem prazo de 17 anos contados a partir da data de sua assinatura. Além do contrato de arrendamento da UTE Piratininga entre a EMAE e a Petrobras, foi firmado, na ocasião, um contrato de operação e manutenção das usinas Piratininga e Fernando Gasparian pela EMAE. Esse contrato se encerrou em 31/01/2017.

Como as tratativas para revisão do modelo de negócio vigente com a EMAE relativo ao arrendamento da UTE Piratininga, consolidadas no Termo de Transação Extrajudicial, o qual foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 26/04/2017, não tiveram eficácia em razão do vencimento do prazo de validade do Termo, sem que fossem implementadas as condições operacionais e regulatórias, as quais se caracterizavam como suspensivas para eficácia do instrumento, foi firmado, em 03/08/2017, um novo contrato de prestação de serviços entre a EMAE e a Petrobras para prestação dos serviços de operação e manutenção das unidades da UTE Piratininga, o qual tem vigência de um ano podendo ser prorrogado por igual período.

As Unidades Geradoras 3 e 4 da UTE Piratininga se encontram em plena operação, atendendo aos despachos do Operador Nacional do Sistema (ONS) desde 07/08/2017, já sob a operação e manutenção da EMAE conforme o contrato.

#### **EXPANSÃO**

A EMAE foi autorizada, por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23/06/2010, a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia e pode participar, minoritariamente, do capital social de companhias públicas ou privadas, ou com elas associar-se, para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

Nesse contexto, celebrou em 28 de setembro de 2017 com a Gasen Holding S.A. (“Gasen”) contrato para desenvolvimento e construção de nova usina termoelétrica na área da sede, junto a Usina Piratininga. O projeto, denominado Parque Térmico Pedreira, teve início em 2015 com a chamada pública que selecionou empresas interessadas em realizar a implantação e exploração de usinas termoelétricas a gás natural em parceria com a Empresa. O complexo gerador de energia elétrica terá potência de até 1200 MW (estimada) e a EMAE será responsável pela disponibilização de ativos locacionais - terreno, conexão à rede de alta tensão e demais infraestruturas -, e pelo licenciamento ambiental do empreendimento. A Gasen será responsável pelo desenvolvimento e implantação do projeto, assim como por sua viabilização financeira. O contrato de investimento prevê a realização de “*due dilligence*” entre as empresas que, se satisfatoriamente realizado, resultará na formação de consórcio entre as empresas e, futuramente, na formação de Sociedade de Propósito Específico para operação da nova usina.

### **CONTROLADA PIRAPORA ENERGIA S.A. (“PIRAPORA” OU “CONTROLADA”)**

A Pirapora, subsidiária integral da Companhia, é uma Sociedade de Propósito Específico constituída para construir e operar a PCH Pirapora. A Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.429, de 24/06/2008, estabeleceu o prazo de vigência da autorização em 30 anos, contados da data de sua publicação. A Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.242, de 06/12/2011, transferiu da EMAE para a Pirapora a autorização para construir a PCH Pirapora. De acordo com essa autorização, ao final do prazo de vigência da mesma, os bens e instalações vinculados serão revertidos à União, mediante o pagamento de indenização, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

A construção da PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada e 17 MW de garantia física, foi concluída em dezembro de 2014. A liberação para entrada em operação comercial ocorreu mediante os Despachos nº.s 4.951, de 30/12/2014, e 4.955, de 31/12/2014, para as unidades 1 e 2, respectivamente.

A energia gerada pela Pirapora é comercializada através de contratos de venda de energia no ambiente regulado correspondentes a 16 MW médios. Em 01.01.2015 tiveram início os contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR) com 27 distribuidoras. Esses contratos são provenientes do Leilão 03/2010 (A-5) realizado em 30.07.2010. O período de fornecimento estipulado é de 30 anos, de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2044. A cláusula 4.5 desses contratos prevê que caso a permissão termine antes do término do período de suprimento o sucessor da titularidade da permissão assumirá todas as obrigações e direitos desse contrato.

Entretanto, o artigo 7º, da Lei nº 12.111/2009, estabelece que o empreendimento de geração de energia elétrica, referido no par. 7º- A do art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que vier a garantir em leilão o direito de firmar contrato de comercialização de energia no ambiente regulado - CCEAR terá prazo de autorização ou concessão prorrogado, de forma a ficar coincidente com seu contrato de comercialização.

Dessa forma, é entendimento da Pirapora que essa Lei prorroga a autorização para coincidir com o término do contrato de comercialização firmado no ambiente regulado.

Em 07 de janeiro de 2016, devido à ruptura de uma das pás do rotor hidráulico da unidade geradora - UG2, foi determinado, pela área técnica, o desligamento emergencial da UG2.

Em 20 de janeiro de 2016, de forma preventiva a área técnica realizou inspeções e testes na UG1, constatando, também, a existência de problemas nas pás do rotor, fato que tornou necessária a desmontagem da unidade para correção dos problemas.

Ambas as paralisações foram comunicadas tempestivamente a ANEEL, BNDES e ARSESP. A recuperação definitiva das máquinas exigiu alterações de projeto e troca de todas as pás do rotor. O retorno em operação das máquinas ocorreu, de forma definitiva, em 26/08/2017 e, durante o período de paralisação, os contratos de comercialização de energia foram supridos por meio do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). As informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada em Reunião de Diretoria ocorrida em 14/03/2018. Após a sua emissão, somente o Conselho de Administração tem a prerrogativa para alterar as Demonstrações financeiras.

### **2.2 MOEDA FUNCIONAL E BASE DE APRESENTAÇÃO**

Estas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.3 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

Na preparação das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração definiu premissas, com base no seu melhor julgamento das informações disponíveis à época e elaborou estimativas para calcular determinados valores reportados como ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e à medida que novos fatos ou informações estejam disponíveis os valores das estimativas são recalculados. Os impactos dessas revisões são reconhecidos prospectivamente.

As informações sobre os principais julgamentos e estimativas, cujos valores reconhecidos são significativos nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 - Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento;
- Nota 7 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 8 - Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido;
- Nota 10 - Ativo financeiro indenizável;
- Nota 11 - Ativo reversível da concessão;
- Nota 13 - Imobilizado;
- Nota 15 - Entidade de previdência a empregados;
- Nota 16 - Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários;
- Nota 24 - Instrumentos financeiros.

#### **2.4 BASE DE MENSURAÇÃO**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do seguinte item material reconhecido nos balanços patrimoniais:

- o ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado conforme explicado na nota explicativa 15.

#### **2.5 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

As Demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e da sua controlada Pirapora Energia S.A. O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora. As políticas contábeis adotadas pela controlada são aplicadas de forma uniforme com aquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

## 2.6 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua controlada, bem como a sua distribuição durante o exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para a preparação das Demonstrações financeiras e, de acordo, com as disposições contidas no *CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado*.

## 2.7 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Diretoria Colegiada da Companhia, coordenada pelo seu Diretor Presidente, realiza o acompanhamento e a revisão das operações da Companhia e de sua controlada de forma integrada, considerando a existência de um único segmento que é o de geração de energia.

Dessa forma não são apresentadas informações por segmento, uma vez que elas são similares às apresentadas na Demonstração do Resultado Consolidado.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 3.1. RECEITA OPERACIONAL

As fontes de receita operacional da Companhia e sua controlada referem-se a:

#### RECEITAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DE ATIVOS PRÓPRIOS

A Companhia está dentro do escopo do *ICPC 01 - “Contratos de Concessão”* e, em consequência, registra a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o *CPC 17 - Contratos de Construção*. Os custos das construções ou melhorias da infraestrutura efetuados pela Companhia são confiavelmente mensurados. Portanto, as receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A perda esperada nos contratos de construção, quando conhecida, é registrada imediatamente como despesa. Considerando que: (i) o modelo regulatório vigente não prevê margem de lucro na remuneração da construção ou melhoria da infraestrutura da concessão; (ii) as construções e melhorias são substancialmente executadas através de serviços especializados de terceiros, e (iii) toda receita de construção está relacionada com a infraestrutura da concessão, a Companhia registra a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

#### FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. De acordo com essas regras, o volume de energia entregue para o comprador é determinado, em bases mensais, de acordo com os termos do contrato de venda de energia. A receita de fornecimento de energia elétrica também inclui as transações no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

## REGIME DE COTAS

A RAG das usinas objeto do segundo termo aditivo ao contrato de concessão remuneram os serviços de operação e manutenção, os investimentos realizados, investimentos a realizar e os encargos setoriais. A RAG relativa aos serviços de operação e manutenção e aos encargos setoriais é reconhecida, mensalmente, no resultado à razão de 1/12 avos, de forma a permitir sua confrontação com os custos e despesas dos serviços de operação e manutenção e dos encargos realizados no mesmo período. O recebimento dessas cotas ocorre em bases mensais na mesma proporção da receita reconhecida.

Em virtude de os investimentos realizados serem registrados como receita de Contratos de Construção, no resultado, em contrapartida à rubrica Ativo Financeiro Indenizável, a parcela da RAG relativa à remuneração dos investimentos realizados é registrada a crédito da rubrica Ativo Financeiro Indenizável, como recebimento desse contas a receber, e a parcela da RAG relativa a remuneração dos investimentos a realizar é registrada a crédito da rubrica Outras Obrigações, no passivo, como um adiantamento recebido.

Os valores registrados em Outras Obrigações são transferidos a crédito da rubrica Ativo Financeiro Indenizável à medida que os investimentos previstos na RAG são realizados.

## RENDA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A Companhia possui contratos de prestação de serviços de operação e manutenção da UTE Piratininga. A Companhia reconhece a receita com a prestação de serviços à medida em que os serviços contratados são realizados.

### **3.2. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

As receitas e despesas com juros são reconhecidas no resultado à medida que as receitas são auferidas ou os juros são incorridos. As variações monetárias são apropriadas ao resultado, de acordo com a variação dos índices de atualização monetária, no período de competência.

### **3.3. BENEFÍCIOS A COLABORADORES**

#### **A) BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO A COLABORADORES**

As despesas com benefícios de curto prazo a colaboradores são reconhecidas no resultado, na rubrica de despesas com pessoal, à medida que o serviço correspondente é prestado.

**B) PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA**

As obrigações por contribuição ao plano de contribuição definida são reconhecidas no resultado, na rubrica despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados.

**C) PLANOS DE BENEFÍCIO DEFINIDO**

A obrigação líquida da Companhia dos planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado a valor presente para determinar a obrigação da Companhia na data do encerramento de cada exercício, o qual é apresentado líquido de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação do plano de benefício definido é realizado por atuário qualificado.

Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

**3.4. IMPOSTOS E ENCARGOS SETORIAIS SOBRE VENDAS**

Os principais impostos e contribuições que incidem sobre as receitas de vendas são os seguintes:

Imposto sobre serviços - de 2% até 5%, incidentes sobre serviços de qualquer natureza;

Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para cotas de energia elétrica, RAG e sobre a prestação de serviços;

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60% sobre a cotas de energia elétrica, RAG e sobre a prestação de serviços;

Encargos setoriais - correspondem aos valores gastos a título de compensação financeira de recursos hídricos e a taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica.

P&D - Programa de pesquisa e desenvolvimento - corresponde a 1% da receita operacional líquida de geração, conforme determinação da ANEEL.

Esses tributos e encargos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas na demonstração do resultado.

### **3.5. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são registrados no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

#### **DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido, pela Companhia, no balanço patrimonial na rubrica “Imposto de renda e contribuição social a recuperar ou a recolher” pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, o qual reflete as incertezas, se houver, na sua apuração. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço.

Os impostos a recolher ou a recuperar são compensados somente se certos critérios forem atendidos, entre os quais se for permitido legalmente.

#### **DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos apurados de acordo com a legislação societária e os apurados de acordo com a legislação tributária. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que estavam vigentes até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

### **3.6. ESTOQUE**

Os materiais em estoque nos almoxarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção) e no ativo imobilizado em curso (quando destinados a obras), estão registrados ao custo médio de aquisição.

### **3.7. ARRENDAMENTOS PARA TERCEIROS**

A Companhia possui um contrato de arrendamento para terceiros, o qual, na data de seu início, foi classificado como arrendamento mercantil financeiro em razão de transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade legal para a arrendatária. Os recebimentos do arrendamento mercantil são tratados como amortização do contas a receber.

O reconhecimento da receita financeira baseia-se na taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido da Companhia no arrendamento mercantil financeiro.

### **3.8. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL**

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de geração de energia elétrica, concluiu-se que estão dentro do escopo da Interpretação Técnica *ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão*. A ICPC 01 (R1) indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, no caso da Companhia, especificamente relacionados com os investimentos na infraestrutura da concessão realizados após a renovação da concessão em 2012, os quais estão classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, conforme previsto na cláusula 7ª, subcláusulas 2ª e 4ª. do segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004 - ANEEL.

A Companhia entende que os investimentos na infraestrutura da concessão são realizados de forma prudente, conforme previsto na Resolução Normativa nº 642, de 16/12/2014. Os investimentos realizados após 31/12/2012 têm sido incorporados à tarifa nas revisões/reajustes da RAG pela ANEEL.

### **3.9. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO**

De acordo com a Lei 12.783, no momento da renovação da concessão, os ativos da concessão são revertidos para a União, mediante indenização. As concessões das usinas de Rasgão, Henry Borden e Porto Góes foram renovadas em 4/12/2012.

Até 31/12/2015, o valor da indenização estava em processo de definição pelo Poder Concedente. Conforme o Decreto 7.850 de 2013, a indenização é determinada através de fiscalização para determinar os ativos indenizáveis e apurar o VNR (valor novo de reposição) desses ativos. Em virtude do Poder Concedente ainda não ter concluído esse processo, em 31/12/2017, a Companhia mantém registrado, na rubrica ativo reversível da concessão, os ativos mensurados ao seu custo histórico, ou seja, pelo valor reclassificado da rubrica ativo imobilizado.

### **3.10. IMOBILIZADO**

#### **A) RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO**

A Companhia e sua controlada reconhecem os gastos com investimentos no ativo imobilizado se for estimado que tenham vida útil econômica superior a um ano e se espera que venham trazer benefícios econômicos futuros. Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

#### **B) CUSTOS SUBSEQUENTES**

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios econômicos futuros sejam auferidos pela Companhia e sua controlada.

#### **C) DEPRECIAÇÃO**

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são largamente utilizadas no setor de energia elétrica e aceitas pelo mercado como adequadas. A determinação da depreciação sobre o imobilizado de Pirapora levou em consideração a melhor estimativa de sua Administração quanto ao direito de indenização dos ativos remanescentes, inclusive o projeto básico de geração, não amortizados ao final da autorização. As taxas médias anuais de depreciação estão apresentadas na Nota nº 13.

### **3.11. INTANGÍVEL**

#### **RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO**

A Companhia e sua controlada reconhecem os gastos com investimentos no ativo intangível se estes resultem de direitos contratuais ou de outros direitos legais que trarão benefícios econômicos futuros. Os itens do intangível são mensurados pelo custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzidos de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

#### **AMORTIZAÇÃO**

A amortização é calculada pelo método linear.

### **3.12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Companhia e sua controlada classificam seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias: i) “empréstimos e recebíveis”; e ii) “passivos financeiros pelo custo amortizado”.

#### EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Nessa categoria são classificados os instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estejam cotados em mercado ativo.

Os instrumentos financeiros classificados como “empréstimos e recebíveis” foram registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescidos dos custos de transação e mensurados posteriormente pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

#### PASSIVO FINANCEIRO PELO CUSTO AMORTIZADO

Os instrumentos financeiros classificados como “Passivo financeiro pelo custo amortizado” são registrados inicialmente pelo seu valor justo diminuído de seu custo de transação e mensurados posteriormente pelo seu custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Na nota 24 é apresentada uma tabela com a classificação dos ativos e passivos financeiros de acordo com as categorias acima mencionadas.

### **3.13. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS**

#### ATIVOS FINANCEIROS

Ativos financeiros, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A provisão constituída para redução ao valor recuperável de ativos financeiros está apresentada na Nota nº 7.

#### ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os valores contábeis de ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o ativo é submetido a teste para confirmar a recuperação de seu valor contábil seja por venda ou por uso. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

### **3.14. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS**

A Companhia e sua controlada são parte em processos judiciais e administrativos. Esses processos são avaliados periodicamente pela Administração e seus consultores legais para que uma estimativa razoável de sua probabilidade de perda seja feita. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais em que é provável ocorrer uma saída de recursos para liquidar a contingência ou obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **3.15. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E INTERPRETAÇÕES**

APLICADOS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2017

#### **A.1) REVISÃO DE PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS Nº 10/2016: INICIATIVA DE DIVULGAÇÃO (MODIFICAÇÃO NO IAS7/ CPC03 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA)**

Essa modificação inclui novos requerimentos de divulgação, os quais têm a finalidade de possibilitar aos usuários das Demonstrações financeiras avaliarem a movimentação dos passivos, que estão relacionados com as atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa. Essas modificações requerem a divulgação da movimentação desses passivos identificando os itens que afetam o caixa e os itens que não afetam caixa. A Companhia e sua controlada divulgaram as informações requeridas nessa revisão de pronunciamentos técnicos.

#### **A.2) REVISÃO DE PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS Nº 10/2016: RECONHECIMENTO DE ATIVO FISCAL DIFERIDO SOBRE PERDAS NÃO REALIZADAS (MODIFICAÇÃO NO IAS 12/CPC 32 TRIBUTOS SOBRE O LUCRO)**

Essa modificação fornece orientações sobre o registro de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao valor justo. Essa modificação não trouxe impactos à Companhia e sua controlada, em virtude de não possuírem instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

#### **B) NOVOS PRONUNCIAMENTOS E INTERPRETAÇÕES NÃO ADOTADOS**

Novos pronunciamentos, modificações de pronunciamentos e interpretações foram emitidas pelo IFRS e/ou CPC, os quais serão efetivos para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018 e não foram adotados na elaboração destas Demonstrações financeiras. A Companhia e sua controlada planejam aplicá-los a partir da data de sua vigência. A seguir apresentamos um resumo desses novos pronunciamentos:

#### **B.1) CPC 48 INSTRUMENTOS FINANCEIROS (IFRS 9)**

O CPC 48, publicado em julho de 2014, substitui as orientações existentes na *CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*. O CPC 48 é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que deve refletir o modelo de negócios e expectativa de fluxo de caixa utilizados pela Companhia e sua controlada na administração de seus ativos financeiros.

## CLASSIFICAÇÃO - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros passarão a ser classificados em três categorias, quais sejam: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ao valor justo por meio do resultado. A norma elimina as categorias existentes no CPC38: “mantidos até o vencimento”, “empréstimos e recebíveis” e “disponíveis para venda”.

Os passivos financeiros da Companhia e de sua controlada estão classificados ao custo amortizado, o qual não foi alterado pelo CPC 48.

A Companhia e sua controlada avaliaram a aplicação do CPC 48 e concluíram que não haverá impacto significativo sobre os saldos dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017, considerando que os ativos financeiros estavam classificados como “empréstimos e recebíveis” e passarão a ser classificados como “custo amortizado”, portanto não havendo modificação significativa em sua mensuração.

## REDUÇÃO NO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)

O CPC 48 substitui o modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas de créditos esperadas”. Essa mudança exigirá um julgamento sobre como a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A Companhia e sua controlada avaliam que a mudança para o método de perdas de crédito esperadas não trará impacto significativo nos saldos registrados, em 31 de dezembro de 2017, na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

## B.2) CPC 47 RECEITA DE CONTRATOS COM CLIENTES (IFRS 15)

O CPC 47 fornece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por qual valor uma receita deve ser registrada. Esse pronunciamento substitui o *CPC 30 Receitas* e *CPC 17 Contratos de Construção* e vigorará a partir dos exercícios iniciados em ou depois de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada.

O CPC 47 provê maior detalhamento para o reconhecimento da receita, estabelecendo que esta deva ser registrada quando a obrigação de desempenho é cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada transação é transferido ao cliente e estabelecendo, também, maior detalhamento nas divulgações.

A seguir apresentamos um resumo da aplicação do CPC 47 nas principais receitas da Companhia e sua controlada.

### REGIME DE COTAS:

A Companhia é uma concessionária do serviço público de geração de energia elétrica. O contrato de concessão estabelece sua remuneração por valores homologados pela ANEEL (Receita Anual de Geração - RAG) para cada uma de suas usinas, os quais remuneram os serviços de operação e manutenção e os investimentos realizados na ampliação e melhoria das usinas.

Os serviços de operação e manutenção ocorrem continuamente ao longo do tempo, com a finalidade de manter as usinas disponíveis para gerar energia elétrica. Dessa forma, a remuneração anual relativa a esses serviços é apropriada em parcelas duodecimais, ou seja, proporcionalmente a execução desses serviços. Essa receita é registrada na rubrica “Cotas de Energia Elétrica”.

A remuneração pelos serviços de operação e manutenção é alocada aos serviços com base nos valores homologados pela ANEEL.

#### *CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO:*

Os investimentos realizados pela Companhia em ampliação e melhoria da infraestrutura da concessão, realizados com prudência, têm sido incluídos na RAG. Dessa forma, a Companhia durante o período de construção reconhece a receita proporcionalmente aos custos realizados no investimento, em contrapartida à conta do Ativo Financeiro Indenizável. Os investimentos são submetidos à homologação da ANEEL e, após a homologação, esses valores são recebidos em bases mensais através da RAG ou através de indenização paga pelo Poder Concedente ao final do termo do contrato de concessão.

A receita de construção é reconhecida, no resultado, proporcionalmente aos custos incorridos, em virtude de a Companhia considerar que esses investimentos serão recebidos através da RAG ou indenização ao final de sua concessão.

#### *SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA:*

A Controlada Pirapora fornece energia elétrica através de contratos de venda de energia no ambiente regulado. A receita desses contratos é reconhecida em bases mensais de acordo com a sazonalização da energia acordada com seus clientes. Esses contratos, bem como a energia comercializada em bases mensais, são registrados na CCEE tanto pelo vendedor como pelo comprador, de forma a confirmar a entrega e o recebimento da energia.

A obrigação de desempenho é cumprida quando da entrega da energia aos clientes.

Com base na análise acima a Companhia e sua controlada não esperam impacto significativo em suas demonstrações financeiras pela adoção do CPC 47.

#### **B.3) CPC 06 (R2) OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (IFRS 16)**

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único para contabilização de arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, estabelecendo o reconhecimento, com limitadas exceções, de ativos e passivos pelo arrendatário. O arrendatário deve reconhecer o direito de uso do ativo subjacente arrendado e o correspondente passivo. O registro por parte dos arrendadores não teve mudanças significativas.

O CPC 06 (R2) substitui o *CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e a ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil*.

Essa norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. Adoção antecipada é permitida somente se houver sido aplicado o CPC 47 antes do CPC 06 (R2).

A Companhia e sua controlada estão em processo de revisão de seus contratos para determinar a eventual existência de arrendamento mercantil.

A Companhia é arrendadora em contrato de arrendamento mercantil, vide Nota nº 6, entretanto, o CPC 06 (R2) não trouxe alterações significativas na contabilização de arrendamentos por arrendadores.

#### B.4) OUTROS PRONUNCIAMENTOS

As seguintes modificações em pronunciamentos e interpretações não devem ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada:

Ciclo de melhorias anuais aos IFRS - Ciclo 2014 a 2016 - Alterações no IFRS 1 e IAS 28, em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2018;

Alterações no CPC 10 - *Pagamento Baseado em Ações* em relação à classificação e mensuração de determinadas transações baseadas em ações (modificação no IFRS 2), em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2018;

Transferência de propriedades para investimentos (modificação no CPC 28/ IAS 40), em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2018;

Alterações ao CPC 36 *Demonstrações Consolidadas* e ao CPC 18 *Investimento em Coligada* em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua controlada ou empreendimento controlado em conjunto, a data de início da vigência será determinada pelo IASB;

ICPC 21 *Transações em moeda estrangeira e adiantamentos*, em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2018;

IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento na apuração de tributos, em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2019.

IFRS 17 Contratos de Seguro, em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2021.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) divulgou pronunciamentos e interpretações CPC, equivalentes aos pronunciamentos e interpretações do IFRS mencionados nos itens A). B.1), B.2) e B.3). O CPC, até a emissão dessas demonstrações financeiras, não havia emitido pronunciamentos e interpretações equivalentes ao mencionado no item B.4), os quais, quando emitidos, estarão sujeitos a homologação dos órgãos competentes para que sejam aplicáveis localmente.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Caixa e bancos conta movimento.....	233	183	1.179	1.249
Aplicações financeiras (a).....	119.646	74.979	135.035	79.030
	<u>119.879</u>	<u>75.162</u>	<u>136.214</u>	<u>80.279</u>

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, sem prazos fixados para o resgate e mantidos pela Companhia e sua controlada para uso em suas operações normais.

- (a) A Companhia aplica sua disponibilidade em Fundos de Renda Fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizou, em média, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 em 0,7511% ao mês e em 31 de dezembro de 2016, 0,9458% ao mês.

#### 5. REVENDEDORES E CONSUMIDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
a) Suprimento de Energia				
Fornecimento de energia para revendedores.....	14.310	25.192	18.153	29.211
b) Fornecimento				
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	<u>466</u>	<u>4.191</u>	<u>466</u>	<u>4.191</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o saldo do contas a receber de revendedores e consumidores era composto somente de valores vincendos e, portanto, a Companhia e sua controlada julgaram que não foi necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os créditos a receber de revendedores e consumidores.

## 6. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA

Em 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras celebraram o Instrumento Particular de Arrendamento dos Ativos da UTE Piratininga (“Arrendamento”), pelo período de 17 (dezessete) anos, com remuneração de R\$ 45.000 por ano, pagáveis em parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M, a partir do segundo ano, com a consequente transferência dos direitos de exploração de geração de energia elétrica e com opção de compra, que poderá ser exercida no décimo segundo ano de vigência do contrato. O Arrendamento possui cláusula resolutiva caso não seja emitido novo ato autorizativo com a liquidação das obrigações pendentes.

A transferência de concessão para exploração da Usina Termoelétrica Piratininga para a Baixada Santista Energia S.A. - BSE foi contemplada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008.

Em 21 de maio de 2008, cumpridas as condições suspensivas então existentes, o contrato tornou-se eficaz. Na mesma data, a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do instrumento particular de arrendamento para a Baixada Santista S.A. - BSE, sua subsidiária integral.

Com a transferência da concessão para a Baixada Santista Energia (“BSE”), coube a esta requerer, como de fato requereu, a renovação junto à ANEEL, em 5 de julho de 2012, a qual foi ratificada posteriormente, em 3 de julho de 2013, de acordo com a Lei nº 12.783, de 13 de janeiro de 2013. O prazo contratual da concessão encerrou-se em 07 de julho de 2015, mas não houve manifestação formal do Poder Concedente sobre o pedido de renovação. Aguarda-se, portanto, a manifestação do Poder Concedente sobre este requerimento, a qual até a data de aprovação destas Demonstrações financeiras continuava em processo de análise.

O valor líquido contábil dos ativos relacionados ao Arrendamento seria de R\$ 77.867 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 86.464 em 31 de dezembro de 2016), caso tivessem sido mantidos no ativo imobilizado e depreciados até essa data. Em 31 de dezembro de 2017, a Administração elaborou uma estimativa do valor dos ativos, no caso de não renovação da concessão, para determinar o possível montante a ser indenizado pelo Poder Concedente, conforme estabelece a cláusula décima primeira do contrato de concessão da UTE Piratininga.

Adicionalmente, a Baixada Santista Energia (“BSE”) assumiu a obrigação de devolver os Bens arrendados, no final do prazo de dezessete anos, “no estado de uso e conservação em que os recebeu, consideradas as depreciações e inovações tecnológicas inerentes ao desenvolvimento da operação do Contrato”, cabendo a Companhia direito a indenização caso a BSE não o faça.

Na hipótese de inadimplemento de uma das partes nos termos do contrato, a parte adimplente terá o direito, além da resolução do contrato, conforme previsto, ao pagamento, pela parte inadimplente de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor global de R\$ 765.000.000,00 (Setecentos e sessenta e cinco milhões de reais) corrigidos pelo IGPM desde o cumprimento das condições suspensivas previstas.

A Administração da Companhia entende que a estimativa do valor a ser indenizado, em caso de não renovação da concessão, se aproxima dos montantes a serem recebidos pelas parcelas do arrendamento financeiro com a BSE.

A operação de Arrendamento da UTE Piratininga, na data de seu início, foi classificada como arrendamento mercantil financeiro, pelos seguintes motivos:

- transferência para o arrendatário dos riscos e benefícios inerentes ao controle e à propriedade da UTE;
- no início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos se aproximava do valor justo da UTE;
- os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que somente o arrendatário poderia utilizá-los sem que fossem feitas modificações significativas.

Demonstrativo da mutação do arrendamento da UTE Piratininga:

Conta	Controladora e Consolidado				Saldo 31.12.17
	Saldo 31.12.16	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	
<b>ATIVO</b>					
Circulante.....	85.141	55.820	22.427	(84.024)	79.364
Não Circulante.....	391.257	(55.820)	16.578	-	352.015
	<b>476.398</b>	<b>-</b>	<b>39.005</b>	<b>(84.024)</b>	<b>431.379</b>

Demonstrativo de conciliação dos valores do arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.17	31.12.16
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000
Receita financeira não realizada (a).....	(85.780)	(108.207)
Varição monetária.....	405.689	389.111
Recebimentos.....	(653.530)	(569.506)
	<b>431.379</b>	<b>476.398</b>

(a) Refere-se à variação monetária aplicada sobre o saldo remanescente do contrato de arrendamento, a ser realizado no recebimento das parcelas futuras.

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, por ano de vencimento:

Não circulante	
2019.....	72.558
2020.....	66.335
2021.....	60.645
2022.....	55.445
2023.....	50.690
2024.....	46.342
	352.015

## 7. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
<b>Circulante</b>				
Serviços em curso (a).....	2.241	2.738	2.241	2.521
Bens destinados a conserto (b).....	44	5.772	44	5.772
Dividendos a receber de controlada (c).....	3.667	2.168	-	-
Valores a receber - Energia Livre (d).....	4.144	4.144	4.144	4.144
Funcionários cedidos (e).....	14.793	13.832	14.793	13.832
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (f).....	(20.817)	(19.882)	(20.817)	(19.882)
GSF Pirapora energia (g).....	-	-	928	928
Outras contas a receber (h).....	4.392	-	4.158	-
	8.464	8.772	5.491	7.315
<b>Não Circulante</b>				
GSF Pirapora energia (g).....	-	-	1.209	2.137
	8.464	8.772	6.700	9.452

- a) Referem-se a gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;
- b) Referem-se a saídas de bens que se encontram em estabelecimento de terceiro para conserto;
- c) Referem-se aos dividendos obrigatórios a receber de sua controlada. O saldo em 31.12.16 foi recebido em novembro de 2017, e o saldo em 31.12.17 será pago em data a ser deliberada pela Administração da controlada;
- d) Em decorrência do mandado de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADÉE, em 15/09/2010, que através de liminar suspendeu a cobrança do valor da RTE. A EMAE constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo integral do contas a receber de RTE contabilizado e ainda não recebido;
- e) Referem-se a valores a receber pelos funcionários cedidos a outras entidades do Governo do Estado de São Paulo. Os valores vencidos há mais de 30 dias encontram-se provisionados na rubrica "Provisão para crédito de liquidação duvidosa".

- f) Provisão para crédito de liquidação duvidosa constituída dos seguintes valores: R\$ 14.185, funcionários cedidos; R\$ 4.144, energia livre; R\$ 1.083, multas contratuais; R\$ 1.026, O&M Petrobrás; e R\$ 215 de outros valores a receber.
- g) GSF: Em 06 de janeiro de 2016, o Conselho de Administração da Pirapora Energia autorizou a Empresa a aderir à repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e nas condições estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015.

Para suprir os contratos regulados, a Companhia adquiriu energia elétrica no mercado de curto prazo no valor de R\$ 4.163 e, com a repactuação esses custos foram convertidos em ativo regulatório e o montante foi elevado para R\$4.703.

O referido Ativo Regulatório, até seu exaurimento, será utilizado no pagamento do prêmio correspondente ao produto SP100 (cobertura total), na ordem de R\$ 1.332/ano.

- h) Referem-se a diversos valores a receber, tais como: R\$ 1.729, operação e manutenção da UTE Piratininga; R\$ 1.046, multas contratuais; R\$ 574, adiantamento à empregados; R\$ 462, aluguéis; e R\$ 234 relativo a operação e manutenção PCH Pirapora.

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

### 8.1 CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda	Imposto de Renda	Imposto de Renda	Imposto de Renda	Contribuição Social	Contribuição Social	Contribuição Social	Contribuição Social
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
<b>Lucro antes dos impostos e contribuições.....</b>	154.715	75.928	156.194	77.486	154.715	75.928	156.194	77.486
Alíquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente.....	(38.679)	(18.982)	(39.049)	(19.372)	(13.924)	(6.834)	(14.057)	(6.974)
<b>a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes</b>								
Psap Lei 9.532 - excesso de contribuição.....	(666)	(3.243)	(666)	(3.243)	(240)	(1.167)	(240)	(1.167)
Outros.....	1.912	4.642	1.912	4.642	688	1.671	688	1.671
<b>b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais de períodos anteriores, para os quais não foi registrada provisão</b>								
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL .....	11.422	2.284	11.422	2.284	3.918	681	3.918	681
<b>c) Efeito regime lucro presumido de controlada</b>								
Pirapora Energia S.A.....	-	-	(621)	(666)	-	-	(355)	(362)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado...</b>	<b>(26.011)</b>	<b>(15.299)</b>	<b>(27.002)</b>	<b>(16.355)</b>	<b>(9.558)</b>	<b>(5.649)</b>	<b>(10.046)</b>	<b>(6.151)</b>
Corrente.....	(14.618)	(11.936)	(15.609)	(12.992)	(5.456)	(4.439)	(5.944)	(4.941)
Diferido.....	(11.393)	(3.363)	(11.393)	(3.363)	(4.102)	(1.210)	(4.102)	(1.210)
Alíquota efetiva.....	17%	20%	17%	21%	6%	7%	6%	8%

## 8.2 COMPOSIÇÃO DOS IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e		Controladora e	
	Consolidado		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
<b>Imposto de Renda</b>				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	19.733	15.602	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 e 2013 (b).....	47.170	53.665	-	-
Obrigação fiscal diferida arrendamento (c).....	-	-	89.368	99.196
Obrigação fiscal diferida Sabesp (e).....	-	-	28.115	-
Obrigação fiscal diferida RAG (d).....	-	-	-	2.013
Passivo (Ativo) fiscal diferido ORA (f).....	-	-	(9.423)	(13.616)
<b>Contribuição Social</b>				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	7.104	5.617	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 e 2013 (b).....	11.660	13.999	-	-
Obrigação fiscal diferida arrendamento (c).....	-	-	32.173	35.710
Obrigação fiscal diferida Sabesp (e).....	-	-	10.121	-
Obrigação fiscal diferida RAG (d).....	-	-	-	724
Passivo (Ativo) fiscal diferido ORA (f).....	-	-	(3.392)	(4.902)
	85.667	88.883	146.962	119.125
Provisão para créditos tributários (g).....	(85.667)	(88.883)	(47.933)	(41.293)
	-	-	99.029	77.832

- a) Referem-se ao registro, até o exercício de 2017, de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis onde destacamos como as mais relevantes as contingências trabalhistas, cíveis e tributárias e a provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- b) Referem-se a saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, referentes aos exercícios de 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 e 2013;
- c) Referem-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 6);
- d) Referem-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ajuste da RAG.
- e) Referem-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre a indenização por lucros cessantes a receber da Sabesp. (Nota 18.2)
- f) Referem-se à passivo fiscal diferido sobre a Reserva de Outros Resultados Abrangentes (Ajuste da Avaliação Atuarial);

- g) Referem-se à provisão para créditos tributários sobre prejuízos fiscais (item b)) e diferenças temporariamente indedutíveis (itens a) e c)). A Companhia registrou um total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitado a 30% do passivo fiscal diferido. Em 31 de dezembro de 2017 os montantes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social totalizam R\$ 188.679 (R\$ 214.660 em 31 de dezembro 2016) e R\$ 129.588 (R\$ 155.539 em 31 de dezembro 2016) respectivamente.

## 9. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
<b>Circulante</b>				
Depósitos vinculados (a).....	10.161	10.372	10.161	10.372
<b>Não circulante</b>				
Depósitos judiciais (b).....	11.927	12.326	15.336	15.806
	<u>22.088</u>	<u>22.698</u>	<u>25.497</u>	<u>26.178</u>

- a) R\$ 10.161 (R\$ 9.589 em 31 de dezembro de 2016) referem-se a depósitos restritos. Em 31 de dezembro de 2016, havia recursos oriundos da alienação de bens e direitos, que serão utilizados para investimento no serviço concedido, no montante de R\$783.
- b) Refere-se a diversos depósitos iniciais ou recursais envolvendo processos cíveis e trabalhistas da Companhia e sua controlada. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação das provisões trabalhistas registradas no passivo relacionadas a esses depósitos judiciais. No saldo consolidado, estão incluídas as garantias do financiamento no montante de R\$3.409 em 31 de dezembro de 2017 (R\$3.480 em 2016).

## 10. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

	Controladora e Consolidado	
	31.12.17	31.12.16
Circulante.....	323	-
Não circulante.....	53.683	46.386
	<u>54.006</u>	<u>46.386</u>

Nesta conta estão classificados os investimentos em infraestrutura de geração realizados após 31/12/2012, data base de corte para fins de renovação dos contratos abarcados pela Lei nº 12.783, os quais serão recuperados por meio da RAG nos processos de revisão e reajuste tarifário. A Resolução Normativa nº 642/2014 aprovou o submódulo dos Procedimento de Regulação Tarifária - PRORET 12.3, o qual estabeleceu os procedimento para a recuperação dos investimentos realizados através da RAG.

A Administração da Companhia informa que os investimentos feitos após a renovação contratual são de caráter prudencial, porém estão sujeitos a aprovação da ANEEL para serem incluídos na base de remuneração.

A Companhia classificou o ativo financeiro indenizável na categoria de instrumentos financeiros “empréstimos e recebíveis”, portanto mensurando esse ativo ao custo amortizado. Em virtude da característica desse ativo, em cada processo de reajuste ou revisão tarifária novas tarifas são homologadas pela ANEEL, ocasionando modificações no fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável. Essas modificações poderão gerar eventuais ganhos ou perdas no valor do custo amortizado do ativo, os quais serão ajustados no resultado.

A seguir, demonstramos a movimentação do ativo financeiro indenizável:

<b>Controladora e Consolidado</b>					
	<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>Adições (a)</b>	<b>Transferência</b>	<b>Recebimentos (b)</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>
<b>Circulante</b>					
Ativo financeiro.....	-	-	659	(336)	323
<b>Não circulante</b>					
Ativo financeiro.....	46.386	7.956	(659)	-	53.683
	<u>46.386</u>	<u>7.956</u>	<u>-</u>	<u>(336)</u>	<u>54.006</u>

- a) As adições do período referem-se aos investimentos realizados nas usinas para a manutenção e operação da mesmas que serão indenizadas pela ANEEL, durante os próximos reajuste da RAG.
- b) QRR - Quota de reintegração regulatória - Corresponde a uma parcela do ressarcimento do investimento realizado pelo concessionário que é calculado pela ANEEL, e divulgado no evento do reajuste tarifário.

Do montante total do Ativo financeiro indenizável, a Companhia submeteu aproximadamente R\$ 27.000 para análise inicial da ANEEL, dos quais aproximadamente R\$ 6.000 foram reconhecidos na RAG 2015/2016 e o restante foram reconhecidos na RAG 2016/2017. O montante de R\$ 19.300 será submetido para a ANEEL à medida que as obras de infraestrutura correspondentes forem concluídas.

## **11. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO**

Refere-se aos ativos reversíveis identificados pela Administração da Companhia. Nos termos do art. 2º do Decreto 7.850, de 30 de novembro de 2012, e a Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, após a fiscalização e a definição dos valores com base na VNR pela ANEEL esses ativos reversíveis serão indenizados pelo Poder Concedente.

“Art. 2º - Deverão ser submetidas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL até 31 de dezembro de 2013, na forma definida pela Agência, as informações complementares, excetuando o projeto básico do empreendimento previsto no art., 10 do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, necessárias para o cálculo da parcela de investimentos vinculados a bens reversíveis, realizados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou não depreciados, dos empreendimentos de geração.

§ 1º A ANEEL fiscalizará os valores de que trata este artigo, com vistas, a critério do poder concedente, à indenização ou ao seu reconhecimento na base tarifária, neste caso incorporados quando dos processos tarifários”.

Os ativos reversíveis registrados nessa conta não incluem os ativos relacionados com os projetos básicos, os quais foram indenizados em dezembro de 2012.

Em atendimento ao requerido no referido Decreto, a Administração da Companhia emitiu um Ofício à ANEEL, em 26 de dezembro de 2013, manifestando o interesse em receber a devida indenização relativa aos investimentos vinculados a bens reversíveis realizados nas Usinas da Companhia até 31 de dezembro de 2012, visando seu ressarcimento nos termos do artigo citado acima.

Essa manifestação foi feita em conformidade com o art. 4º da Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013, conforme descrito abaixo:

“Art. 4º As concessionárias alcançadas por esta resolução deverão, até 31 de dezembro de 2013, manifestar interesse no recebimento do valor complementar relativo à parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, e não indenizados.

§ 1º A concessionária que manifestar interesse, nos termos do caput, deverá, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados do protocolo da manifestação, comprovar a realização dos respectivos investimentos vinculados a bens reversíveis de que trata o art. 3º desta resolução.”

A Administração da Companhia apresentou para a ANEEL, em 4 de junho de 2014, a relação dos investimentos realizados em ativos reversíveis a serem indenizados, e a correspondente documentação comprobatória. O valor líquido contábil dos ativos reversíveis monta R\$ 273.218.

	<b>Controladora e Consolidado</b>
Ativo reversível da concessão	<b>31.12.16</b>
Saldo em 31.12.16	275.273
Realização de ativo reversível (a)	(2.055)
Saldo em 31.12.17	<u>273.218</u>

(a) A Companhia obteve a anuência da ANEEL para a venda da Usina Isabel por meio do Ofício 1107/2016, e sendo assim efetuou pela concorrência ASL/AAP/9002/2017 a efetivação da alienação do bem pelo valor de R\$ 4.206 com recebimento a vista.

Os bens reversíveis, apurados pela administração, são os seguintes:

	<b>31.12.2017</b>
Complexo UHE Henry Borden.....	203.659
Usina Porto Góes.....	7.299
Usina Rasgão.....	6.255
Usina Edgar de Souza.....	56.005
	<b>273.218</b>

Em 20/02/2017 a Companhia firmou contrato com a LMDM Consultoria com o objetivo de Elaboração de cálculos do Valor Novo de Reposição - VNR dos investimentos realizados até 31/12/2012 e saldo de investimentos não amortizados até 31/12/2012, conforme Resolução Normativa ANEEL 596/13, para subsídio à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, nos moldes estabelecidos na Lei Federal nº 12.783, de 2013, de 11 de janeiro de 2013.

Os relatórios gerados demonstram que não há razão para a constituição de provisão para perda de recuperabilidade nos valores pleiteados perante o órgão regulador, todavia, a ANEEL poderá apresentar valor de indenização diferente daquele pleiteado, o qual será analisado pela Companhia e, caso aplicável, realizará os ajustes de perdas ou ganhos que se fizerem necessários.

## 12. INVESTIMENTOS

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.16</b>
Pirapora Energia S.A.....	91.328	79.557	-	-
Outros.....	1.390	1.390	1.390	1.390
Total.....	<b>92.718</b>	<b>80.947</b>	<b>1.390</b>	<b>1.390</b>

A Companhia possui o controle e participação em 100% do patrimônio da sua controlada Pirapora Energia S.A.. Abaixo, é apresentado um resumo das informações financeiras da controlada:

	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.16</b>
Ativo.....	181.697	174.515
Passivo.....	90.369	94.958
Patrimônio Líquido.....	91.328	79.557
	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.16</b>
Lucro do exercício.....	15.438	9.130

	<b>Controlada</b>
Saldo em 31.12.2015.....	72.595
Resultado de equivalência patrimonial....	9.130
Dividendo mínimo obrigatório.....	<u>(2.168)</u>
Saldo em 31.12.2016.....	79.557
Resultado de equivalência patrimonial....	15.438
Dividendo mínimo obrigatório.....	<u>(3.667)</u>
Saldo em 31.12.2017.....	<u><u>91.328</u></u>

### 13. IMOBILIZADO

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, cujos recursos devem ser exclusivos para aplicação na concessão.

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2017 está representada por:

Controladora	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Saldo em	Adições	Transferência	Depreciação do	Saldo em
		31.12.16			período	31.12.17
Em serviço						
Terrenos.....		6.712	-	-	-	6.712
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	4,3%	1.080	-	-	(73)	1.007
Máquinas e Equipamentos.....	17,4%	1.340	6	176	(297)	1.225
Veículos.....		135	-	(135)	-	-
Móveis e Utensílios.....	8,2%	71	34	14	(9)	110
<b>Subtotal.....</b>		<u>9.338</u>	<u>40</u>	<u>55</u>	<u>(379)</u>	<u>9.054</u>
Em curso.....						
Adiantamento a fornecedores.....		455	1.883	(190)	-	2.148
		1.001	6.849	-	-	7.850
<b>Total Controladora.....</b>		<u><u>10.794</u></u>	<u><u>8.772</u></u>	<u><u>(135)</u></u>	<u><u>(379)</u></u>	<u><u>19.052</u></u>

Consolidado	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Saldo em	Adições	Transferência	Depreciação do	Saldo em
		31.12.16			período	31.12.17
Em serviço						
Terrenos.....		6.712	-	-	-	6.712
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,1%	48.725	78	-	(1.025)	47.778
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2,1%	48.806	53	-	(1.013)	47.846
Máquinas e Equipamentos.....	3,6%	63.554	973	176	(2.272)	62.431
Veículos.....		135	-	(135)	-	-
Móveis e Utensílios.....	13,7%	73	34	14	(10)	111
<b>Subtotal.....</b>		<u>168.005</u>	<u>1.138</u>	<u>55</u>	<u>(4.320)</u>	<u>164.878</u>
Em curso.....						
Adiantamento a fornecedores.....		455	1.883	(190)	-	2.148
		1.001	6.849	-	-	7.850
<b>Total consolidado.....</b>		<u><u>169.461</u></u>	<u><u>9.870</u></u>	<u><u>(135)</u></u>	<u><u>(4.320)</u></u>	<u><u>174.876</u></u>

Controladora	Saldo em	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação do	Saldo em
	31.12.15				período	31.12.16
Em serviço						
Terrenos.....	6.712	-	-	-		6.712
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	1.154	13	-	-	(87)	1.080
Máquinas e Equipamentos.....	1.664	102	-	-	(426)	1.340
Veículos.....	1	135	-	-	(1)	135
Móveis e Utensílios.....	79	19	-	-	(27)	71
<b>Subtotal.....</b>	<b>9.610</b>	<b>269</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(541)</b>	<b>9.338</b>
Em curso.....	846	-	-	(391)	-	455
Adiantamento a fornecedores.....	3.197	-	-	(2.196) (*)	-	1.001
<b>Total Controladora.....</b>	<b>13.653</b>	<b>269</b>	<b>-</b>	<b>(2.587)</b>	<b>(541)</b>	<b>10.794</b>

\* Valor transferido para o Ativo Financeiro Indenizável

Consolidado	Saldo em	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação do	Saldo em
	31.12.15				período	31.12.16
Em serviço						
Terrenos.....	6.712	-	-	-	-	6.712
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	49.648	101	-	-	(1.024)	48.725
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	50.084	147	(389)	-	(1.036)	48.806
Máquinas e Equipamentos.....	65.468	478	-	-	(2.392)	63.554
Veículos.....	1	135	-	-	(1)	135
Móveis e Utensílios.....	81	19	-	-	(27)	73
<b>Subtotal.....</b>	<b>171.994</b>	<b>880</b>	<b>(389)</b>	<b>-</b>	<b>(4.480)</b>	<b>168.005</b>
Em curso.....	846	-	-	(391)	-	455
Adiantamento a fornecedores.....	3.197	-	-	(2.196) (*)	-	1.001
<b>Total consolidado.....</b>	<b>176.037</b>	<b>880</b>	<b>(389)</b>	<b>(2.587)</b>	<b>(4.480)</b>	<b>169.461</b>

\* Valor transferido para o Ativo Financeiro Indenizável

#### *Análise de redução ao valor recuperável dos ativos:*

Em virtude da paralisação nas operações da controlada Pirapora durante o exercício de 2016, o que poderia indicar uma possível perda no valor recuperável desses ativos não financeiros, a Companhia realizou em 2016 teste de recuperabilidade desses ativos utilizando fluxos de caixas descontados sem identificar provisão a ser constituída naquele exercício. Para o exercício de 2017, em virtude do retorno de suas unidades geradoras em agosto de 2017, a controlada Pirapora efetuou novo teste de recuperabilidade utilizando fluxos de caixas descontados e concluiu que não há indicadores de desvalorização em 31 de dezembro 2017.

A Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que há garantia de indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da autorização, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original. Desta forma, a Companhia deprecia os seus ativos de acordo com as taxas determinadas pela Aneel, em que pese a legislação e a Resolução Autorizativa preverem a possibilidade da renovação da autorização e indenização dos saldos não depreciados e/ou amortizados.

#### 14. FINANCIAMENTOS

Em 8 de março de 2012 a controlada Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$ 98.000 a ser pago em 192 parcelas mensais. Tal valor representava 60% do valor do investimento previsto para a construção da PCH (Pequena Central Hidrelétrica). Em 31 de dezembro de 2017, o valor total atualizado do financiamento é de R\$ 85.972 (R\$ 91.725 em 2016), sendo R\$ 7.312 classificados como passivo circulante (R\$ 6.671 em 2016) e R\$ 78.660 como passivo não circulante (R\$ 85.054 em 2016).

O vencimento será em 15 de setembro 2030, com atualização pela TJLP + 1,9% a.a.

A taxa efetiva do contrato até 31 de dezembro de 2017 é de 9,89% ao ano.

	Consolidado				31.12.17
	31.12.16		Pagamento do principal	Pagamento dos juros	
	Saldo	Juros			
<b>Circulante e Não Circulante</b>					
Financiamento BNDES.....	91.725	7.808	(6.687)	(6.874)	85.972

	Consolidado				31.12.16
	31.12.15		Pagamento do principal	Pagamento dos juros	
	Saldo	Juros			
<b>Circulante e Não Circulante</b>					
Financiamento BNDES.....	97.002	8.640	(6.612)	(7.305)	91.725

Para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado com o BNDES, como o principal e juros da dívida, comissões, multas e outras despesas, a Companhia cedeu as seguintes garantias:

- Direitos creditórios provenientes dos Contratos de Compra de Energia Elétrica Incentivada - CCEI.

A cessão fiduciária mencionada, abrangerá os créditos que venham a ser depositados na "Conta Centralizadora", na "Conta Reserva do Serviço da Dívida" e na "Conta Para Sobre custos", até o pagamento integral de todas as obrigações contratuais. Estes valores encontram-se registrados como Cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no valor de R\$ 3.409 em 31 dezembro de 2017 (R\$ 3.480 em 2016). (Nota 9)

- Direitos creditórios sobre os Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado (CCEARs) celebrados na forma do Leilão de Energia Nova nº 10/2010.
- Direitos creditórios provenientes do Contrato de Arrendamento entre a Companhia e a Baixada Santista Energia S.A, e

- Penhora da totalidade das ações de sua controlada, em favor do BNDES, e quaisquer outras ações representativas do capital social, que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo emitidas, pela mesma até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas no presente Contrato de Financiamento.

O contrato contém cláusulas de *covenants* qualitativos e quantitativos.

1) ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida

A Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato, o ICSD de, no mínimo 1,20 a ser calculado conforme previsão contratual.

2) ICP - Índice de Capitalização Próprio

A Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato, o ICP de, igual ou superior a 30%, definido como a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia atendeu plenamente os *covenants* qualitativos e quantitativos.

## 15. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

Credor	Objeto	Controladora e Consolidado			
		31.12.17		31.12.16	
		Circulante	Não Circulante	Total	Total
FUNDAÇÃO CESP	- Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS.....	11.348	1.805	13.153	44.988
	- Ajuste CPC 33 (IAS 19).....	-	78.803	78.803	64.710
		<u>11.348</u>	<u>80.608</u>	<u>91.956</u>	<u>109.698</u>

### 15.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

A Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

	Controladora e Consolidado				
	31.12.16	31.12.17			
		Amortização	Despesa	ORA	Saldo
Entidade de previdência a empregados.....	109.698	(14.961)	13.991	(16.772)	91.956

Por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria ocorridas em 1997, o referido plano foi reformulado, com o saldamento do plano até então vigente (BSPS) e a criação de um novo plano que tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado, a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do plano de suplementação.

O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

## 15.2 RESUMO DO ESTUDO ATUARIAL DE ACORDO COM O CPC 33 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes em 31 de dezembro de 2017, seguindo os critérios determinados pelo “CPC 33 Benefícios a Empregados”, o passivo atuarial da EMAE foi apurado conforme segue:

### A) PREMISSAS ATUARIAIS

As principais premissas atuariais utilizadas para determinação da obrigação atuarial são as seguintes:

	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.16</b>
Taxa nominal utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	10,10%	10,50%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano.....	10,10%	10,50%
Taxa de crescimento salarial futuro.....	6,29%	5,50%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada.....	4,50%	4,50%
Fator de capacidade do benefício/salário preservar seu poder aquisitivo.....	4,50%	4,50%
Taxa de rotatividade.....	não adotada	não adotada
Tábua de mortalidade.....	AT - 2000	AT - 2000
Tábua de entrada em invalidez.....	LIGHT-FRACA	LIGHT-FRACA
Tábua de mortalidade de ativos.....	Método de Hamza	Método de Hamza
Nº de participantes ativos .....	374	421
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez .....	701	669
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez .....	30	29
Nº de participantes inativos - pensionistas .....	66	55

## B) AVALIAÇÃO ATUARIAL

Na avaliação atuarial dos planos foi utilizado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

O plano de benefício definido (BD) tem contribuição paritária.

### B1) CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS

	B.S.P.S		B.D		C.V		TOTAL	TOTAL
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Total do passivo atuarial.....	732.180	724.430	254.236	226.803	48.252	49.500	1.034.668	1.000.733
Valor justo dos ativos (marcados a mercado)..	(643.227)	(624.932)	(333.355)	(302.012)	(45.249)	(39.300)	(1.021.831)	(966.244)
Efeito de limitação de ativo.....	-	-	79.119	75.209	-	-	79.119	75.209
Passivo líquido (ativo).....	<u>88.953</u>	<u>99.498</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.003</u>	<u>10.200</u>	<u>91.956</u>	<u>109.698</u>

### B2) MOVIMENTAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DOS PLANOS:

	B.S.P.S		B.D		C.V	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Valor presente da obrigação atuarial total líquida..	724.430	573.104	226.803	182.874	49.500	29.161
Custo do serviço corrente.....	-	-	1.806	1.799	-	-
Juros sobre obrigação atuarial.....	73.165	66.753	24.274	21.668	5.012	3.325
(Ganho)/Perda atuarial.....	(9.728)	134.853	11.237	28.715	(1.697)	20.477
Benefícios pagos.....	(55.687)	(50.280)	(9.884)	(8.253)	(4.563)	(3.463)
Valor presente da obrigação atuarial total líquida..	<u>732.180</u>	<u>724.430</u>	<u>254.236</u>	<u>226.803</u>	<u>48.252</u>	<u>49.500</u>

### B3) MOVIMENTAÇÃO DOS ATIVOS DO PLANOS:

	B.S.P.S		B.D		C.V	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Valor justo do ativo do plano.....	(624.932)	(548.444)	(302.012)	(266.186)	(39.300)	(30.771)
Contribuições de empresa para o plano.....	(9.593)	(30.463)	(1.488)	(1.603)	-	-
Rendimento esperado dos ativos do plano.....	(62.719)	(63.759)	(31.132)	(31.879)	(4.312)	(3.950)
Rendimento dos ativos do plano (superior)/ inferior à taxa de desconto...	342	(30.703)	(6.739)	(8.843)	(6.200)	(8.042)
Contribuições de participantes para o plano.....	(2.012)	(1.843)	(1.868)	(1.754)	-	-
Benefícios pagos pelo plano.....	55.687	50.280	9.884	8.253	4.563	3.463
Valor justo do ativo do plano.....	<u>(643.227)</u>	<u>(624.932)</u>	<u>(333.355)</u>	<u>(302.012)</u>	<u>(45.249)</u>	<u>(39.300)</u>

### B4) CONCILIAÇÃO DO VALOR LÍQUIDO DO PASSIVO ATUARIAL:

	B.S.P.S		B.D		C.V	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Valor líquido do passivo (ativo) atuarial total do início do ano.....	99.498	24.660	-	-	10.200	-
Despesa / (receita) reconhecida na Demonstração de Resultados...	10.446	2.994	2.845	1.932	700	(625)
Contribuição da empresa para o plano.....	(9.593)	(30.463)	(1.488)	(1.603)	-	-
Contribuições de participantes para o plano.....	(2.012)	(1.843)	(1.868)	(1.754)	-	-
(Ganho) Perda atuarial em ORA.....	(9.386)	104.150	511	1.425	(7.897)	10.825
Saldo final.....	<u>88.953</u>	<u>99.498</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.003</u>	<u>10.200</u>

## B5) ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Análises de sensibilidades	B.S.P.S		B.D		C.V	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Taxa de desconto ser reduzida em 0,50%.....	771.424	762.564	272.108	240.207	50.944	55.039
Taxa de desconto ser aumentada em 0,50%.....	696.230	689.656	238.193	213.130	45.796	44.474
Inflação ser reduzida em 0,50%.....	734.054	726.285	254.886	227.384	48.375	49.396
Inflação ser aumentada em 0,50%.....	730.305	722.575	253.585	226.222	48.128	49.605
Crescimento salarial ser reduzida em 0,50%.....	732.180	724.430	251.312	212.902	48.252	49.500
Crescimento salarial ser aumentado em 0,50%.....	732.180	724.430	257.286	227.552	48.252	49.500
Reajustes dos benefícios ser reduzido em 0,50%.....	734.054	726.285	254.886	227.222	48.375	49.396
Reajustes dos benefícios ser aumentado em 0,50%..	730.305	722.275	253.585	226.222	48.128	49.605

As movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes são como segue:

	31.12.17	31.12.16
<b>Saldo no início do exercício.....</b>	(35.947)	40.878
(Perda) Ganho atuarial gerado pela taxa de desconto.....	(45.471)	(143.173)
(Perda) atuarial gerado pela experiência demográfica.....	45.659	(40.872)
(Perda) atuarial gerado pela premissa demográfica.....	-	-
Ganho atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano...	12.597	47.588
Alteração no "teto do ativo" diferente dos juros.....	3.987	20.057
Efeito de imposto de renda e contribuição social.....	(5.702)	39.575
<b>Saldo no final do exercício.....</b>	<b>(24.877)</b>	<b>(35.947)</b>

As premissas de ativos do plano é a de investir 85% em renda fixa, 10% em renda variável e 5% em outros, com uma margem de variação de 2,5% para mais ou para menos.

A estimativa da despesa para o exercício de 2018 está demonstrada a seguir:

	31.12.18
Custos dos serviços correntes.....	2.060
Juros sobre obrigação atuarial.....	104.514
Rendimento esperado dos ativos dos plano.....	(103.217)
Receita (Despesa) com juros sobre o ajuste do "teto do ativo".....	7.991
<b>Total da despesa projetada para o exercício.....</b>	<b>11.348</b>

### 15.3 EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS COM A FUNDAÇÃO CESP

Para equacionar o fluxo de caixa entre a EMAE e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumento jurídico formalizado em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contrato de ajuste de reservas a amortizar (contrato de Ajustes de Reservas Matemáticas), que possui cláusula variável, para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao "Benefício Suplementar Proporcional Saldado" - BSPS. Esse contrato prevê a amortização em 240 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1997, com atualização pela variação do IGP-DI e acrescido de juros de 6% a.a. Em 22 de junho de 2017 foi assinado um aditivo prorrogando o vencimento do contrato para março de 2032.

Anualmente, ao final de cada exercício, o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ao saldo do contrato e as parcelas de amortização são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

Conforme mencionado acima, esse contrato possui cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representa na essência, garantia para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da EMAE é registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS 19.

Em 31 de dezembro de 2017, a diferença entre os saldos apresentados neste contrato e o do passivo registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS19, é decorrente da diferença entre as metodologias e premissas utilizadas pela EMAE e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e que serão ajustadas anualmente pelos seus efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

Saldo da dívida.....	13.153
Ajuste atuarial.....	78.803
Saldo CPC 33 (R1)/IAS 19.....	<u>91.956</u>

## 16. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

### 16.1 CONTINGÊNCIAS - POSSIBILIDADE DE PERDA PROVÁVEL

	<b>Controladora e Consolidado</b>				
	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.17</b>			
	Saldo	Provisão	Reversão	Pagamento	Saldo
<b>Não circulante</b>					
<b>Trabalhistas</b>					
Periculosidade.....	9.409	922	-	-	10.331
Diversas.....	16.954	8.827	(1.351)	(4.016)	20.414
	<u>26.363</u>	<u>9.749</u>	<u>(1.351)</u>	<u>(4.016)</u>	<u>30.745</u>
<b>Cíveis.....</b>	<u>25.102</u>	<u>2.340</u>	<u>(2.934)</u>	-	<u>24.508</u>
<b>Tributárias.....</b>	15	1	-	-	16
<b>Administrativo.....</b>	159	-	(159)	-	-
	<u>51.639</u>	<u>12.090</u>	<u>(4.444)</u>	<u>(4.016)</u>	<u>55.269</u>

A) PERICULOSIDADE

Trata-se de ação coletiva promovida pelo Sindicato dos Eletricitários em 07/07/1999, perante a Justiça do Trabalho de São Paulo, processo nº 01767006319995020039 - 39ª Vara, pleiteando a condenação da Companhia ao pagamento do adicional de periculosidade para a totalidade dos empregados então existentes nos seus quadros. A ação foi julgada procedente apenas para 104 empregados e o processo se encontra pendente de julgamento de recurso de Agravo de Instrumento pelo Tribunal Superior do Trabalho. A referida ação foi classificada com probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia.

B) DIVERSAS

Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados às quais requerem, em geral, o pagamento de horas extras, equiparação salarial, insalubridade e outras questões. Deste conjunto de processos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, houve, em pequena parcela, reformas de sentenças pelos Tribunais superiores, com alteração da probabilidade de êxito, o que resultou na majoração do saldo de provisionamento.

C) CÍVEIS

Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial, sendo o mais relevante descrito a seguir:

Trata-se de processo decorrente do Despacho 288/2002 da ANEEL no qual a Companhia figura em litisconsórcio passivo em ação ajuizada pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., a qual pleiteia o direito de não optar pelo chamado “alívio de exposição” relativo ao período de racionamento ocorrido em 2001, o que permite a liquidação na CCEE em seu favor. Em 09 de abril de 2014, foi publicado acórdão dando provimento ao recurso de apelação da AES Sul, ao qual foram opostos pela EMAE e outras Interessadas embargos de declaração. Atualmente, referidos recursos aguardam julgamento.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda provável em 31 de dezembro de 2017 sendo o valor provisionado para esta causa de R\$ 23.072 (R\$ 21.308 em 31 de dezembro de 2016).

## **16.2 CONTINGÊNCIAS - PROBABILIDADE DE PERDA POSSÍVEL**

As contingências, em 31 de dezembro de 2017, nas suas diferentes espécies, avaliadas e classificadas segundo sua probabilidade de risco econômico-financeiro como perda possível, estão demonstrados a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado	
	Possível	
	31.12.17	31.12.16
Administrativo.....	11.863	849
Ambiental .....	77.069	70.759
Cível.....	31.575	21.794
Trabalhista.....	10.929	15.665
Tributário.....	1.824	729
	<u>133.260</u>	<u>109.796</u>

a) Administrativo

Os processos mais relevantes referem-se ao indeferimento pela SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL de parte do pedido de compensação de PIS/Cofins (PERDCOMP), anteriormente classificadas como probabilidade Remota, em que a Companhia, com base em avaliação de advogados externos, vai prosseguir o questionamento na esfera judicial. O valor atualizados dos processos apensos em 28/12/2017, não encerrados administrativamente, totaliza R\$ 11.863.

b) Ambiental

Obrigação judicial de remoção do lodo da flotação, em função da composição amigável entre a EMAE e o Ministério Público, até então litigantes, em 27 de junho de 2007, objetivando viabilizar a elaboração de EIA/RIMA para que, uma vez aprovado, tornasse possível a implantação do sistema de tratamento por flotação de águas do Canal Pinheiros para despoluição de 50m<sup>3</sup>/s e posterior bombeamento para o reservatório Billings. Contudo, em 12 de abril de 2012, o Ministério Público requereu o cumprimento de sentença em face da Companhia, consubstanciado em (i) pagamento de multa diária totalizada no importe de R\$ 32.833 e (ii) desmobilização das instalações implantadas e restituição das áreas ao estado anterior. Intimada, após prazo estabelecido pelo juiz, a Companhia comprovou a desmobilização das instalações, bem como requereu, em 10 de dezembro de 2012, a dilação de prazo de 24 meses para remoção do lodo advindo da flotação, prazo esse deferido.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2017, sendo o total da causa de R\$ 77.056 (R\$ 70.705 em 2016).

c) Cível

O processo mais relevante refere-se à ação originada pela Fundação CESP - a qual visa a condenação da Companhia ao pagamento do déficit técnico do quadro de empregados. A autora encontra-se em vantagem, uma vez que o tribunal julgou procedente o pleito exordial, porém o processo encontra-se em fase de recursos.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2017, sendo o total da causa de R\$ 14.997 (R\$ 14.198 em 2016).

Inclusão em 2017 da concessão de liminar contra o IPTU lançado pela Prefeitura Municipal de São Paulo, no valor de R\$ 9.362.

d) Trabalhista

Entre os processos avaliados como de risco possível, o montante mais relevante refere-se a disputas movidas pelos sindicatos que representam os empregados ou por disputas individuais, nos quais ex-empregados reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

Vários processos foram reclassificados para probabilidade provável e em menor monta para probabilidade remota, totalizando uma redução de R\$ 8.777.

## 17. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS - RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR

Com o advento do Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017, os recursos da RGR que tenham sido investidos pelas Concessionárias na expansão e na melhoria dos seus sistemas, até 31 de dezembro de 1971 e 31 de dezembro de 1992 e que não tenham sido compensados, serão corrigidos monetariamente, pelos mesmos índices de correção do ativo permanente dos concessionários, devendo incidir juros de 5% ao ano.

A EMAE, desde sua abertura em 1998, possui registrado na conta de Obrigações Especiais - RGR, o montante de R\$ 16.202. Até 31/12/2017 a EMAE recolhia os juros correspondentes, conforme estabelecido na legislação vigente. Entretanto, a partir de janeiro de 2018 até dezembro de 2027 (9 anos), com base em nova legislação em vigor, o referido montante será amortizado em bases mensais mediante recolhimento à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

	<b>Controladora e Consolidado</b>		
	<b>31.12.16</b>	<b>Transferência</b>	<b>31.12.17</b>
<b>Circulante</b>			
Obrigações Especiais - RGR.....	-	1.801	1.801
<b>Não Circulante</b>			
Obrigações Especiais - RGR.....	16.202	(1.801)	14.401

## **18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia participa de transações com partes relacionadas, descritas a seguir:

### **18.1 Compartilhamento das instalações das Sedes Administrativas EMAE/CESP**

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 462 (R\$ 418 em 31 de dezembro de 2016) com a CESP, referente a aluguel dos imóveis da sede e despesas de condomínio.

### **18.2 Ativo financeiro - Acordo Sabesp**

A Companhia é sucessora da Light, empresa responsável pela construção do Sistema Hidroenergético do Alto Tietê, do qual fazem parte os reservatórios Guarapiranga e Billings, ambos construídos com a finalidade de regularização de vazões para a geração de energia elétrica. A captação de água desses reservatórios para abastecimento público teve início em 1928 e 1944, respectivamente, e, em 1958 foi celebrado um Termo de Acordo entre Light e o então Departamento de Águas e Esgotos de São Paulo, antecessora da SABESP, elevando a vazão captada e prevendo as formas de compensação à companhia de energia pela perda energética e a submissão de eventuais divergências entre as partes à arbitragem. Posteriormente, por outros instrumentos legais, as vazões captadas foram sendo sucessivamente aumentadas, sempre condicionadas, porém, à devida compensação financeira.

Com a frustração das tentativas administrativas de solução amigável, a Companhia propôs a medida cautelar de protesto interruptivo da prescrição em face da SABESP e do DAEE, referente à compensação financeira pela captação de água, e medida semelhante em face da SABESP e do Estado de São Paulo, no que se refere à interrupção do bombeamento. Em seguida, em 14/11/2012, a Companhia propôs a ação de instituição de compromisso arbitral, com fundamento em Termo de Acordo celebrado com o ente antecessor da SABESP, para tratar da compensação relacionada às captações realizadas no Reservatório Guarapiranga e, em 28/02/2013, foi publicada sentença julgando procedente o pedido da Companhia e determinando providências para o imediato início da arbitragem. Em 30/04/2013, a Companhia apresentou requerimento de instituição de arbitragem junto ao Centro de Arbitragem AMCHAM ("Procedimento Arbitral").

Em 04/09/2013, a Companhia protocolizou a petição inicial da ação judicial visando à compensação das perdas financeiras relacionadas às retiradas de água pela SABESP do reservatório Billings ("Ação Billings"). Em 07/10/2013, foi publicada decisão em que o Juízo da 6ª Vara Cível do Foro Central determinou a remessa dos autos da Ação Billings para a 5ª Vara Cível daquele mesmo foro, por entender haver identidade de partes e causa de pedir com o processo nº 0064069- 18.2012.8.26.0100, em trâmite perante a 5ª Vara Cível daquele mesmo Foro, onde o processo se encontra atualmente.

Desde 2014, conforme comunicado ao mercado emitido em 10 de abril daquele ano, a Companhia vem negociando um acordo com a Sabesp com o objetivo de resolver as duas ações que tramitam na esfera judicial e arbitral. As negociações resultaram na celebração de um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças ("Instrumento") para o encerramento de todos os seguintes litígios, conforme fato relevante emitido em 28 de outubro de 2016 pela Companhia.

1. Ação de Instituição de Compromisso Arbitral nº 0064069-18.2012.8.26.0100, em trâmite perante a 5ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, ora em fase de apelação (Ação de Instituição da Arbitragem);
2. Procedimento Arbitral nº 069/2013, em trâmite perante o Centro de Arbitragem da Câmara Americana de Comércio para o Brasil - São Paulo - Amcham, (Procedimento Arbitral);
3. Ação Ordinária nº 1064876-84.2013.8.26.0100, em trâmite perante a 6ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo - Capital (Ação Billings); e
4. Ação Cautelar de Exibição de Documentos nº 019598-24.2013.8.26.0053, proposta pela SABESP contra a EMAE perante a 9.ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo (Exibição de Documentos)

Esse Instrumento determina o recebimento pela EMAE de R\$ 218.130 distribuídos da seguinte forma: a) R\$ 46.270, em cinco parcelas anuais e sucessivas de R\$ 9.254, corrigidas monetariamente pelo IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo; e b) R\$ 171.860, em vinte e seis parcelas anuais sucessivas de R\$ 6.610, corrigidos monetariamente pelo IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo.

A Cláusula Segunda do Instrumento estabelece como condições suspensivas para sua eficácia (i) a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), nos termos da legislação vigente, que foi aprovada pela ANEEL no dia 30 de dezembro de 2016 por meio do despacho 3.431. (ii) a aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia, (iii) a deliberação da Assembleia Geral da EMAE e a (iv) aprovação dos órgãos societários competentes da Sabesp. Essas condições suspensivas tem prazo de 1 ano para sua implementação, a contar da data de assinatura do Instrumento (28 de outubro de 2016).

Caso qualquer das Condições Suspensivas não se implemente no prazo de até 01 (um) ano, a contar da assinatura da avença, a Transação resolver-se-á de pleno direito, não surtindo nenhum efeito e considerando-se como jamais celebrada. A não implementação de qualquer uma das condições suspensivas permite que seja requerido o prosseguimento dos Litígios isoladamente por qualquer das Partes, após notificação prévia da outra Parte.

Em 9 de novembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a transação com a SABESP.

Em 10 de novembro de 2016, o Conselho de Administração da SABESP aprovou a transação com a EMAE.

Por meio do Despacho nº 3.431, de 30 de dezembro de 2016, a ANEEL, decidiu anuir ao Instrumento Particular de Transação e outras Avenças.

Em 13 de junho de 2017, foi convocada a Assembleia Geral da Companhia a se realizar em 6 de julho de 2017 para deliberar sobre esse acordo.

A AGE do dia 6 de julho de 2017 dentre outros assuntos teve em sua pauta a "Proposta de Acordo com a Companhia de Saneamento Básico de São Paulo - SABESP para o encerramento dos seguintes litígios da Ação de Instituição de Compromisso Arbitral nº 0064069-18.2012.8.26.0100, do Procedimento Arbitral nº 069/2013; da Ação Ordinária nº 064879-84.2013.8.26.0100 e da Ação Cautelar de exibição de Documentos nº 0019598-24.2013.8.26.0053 todos relativos à retirada de água dos reservatórios Billings e Guarapiranga. Foi acolhido o pedido da acionista Secretaria da Fazenda para suspender esse item da pauta, por arguir que em face do Ofício nº 076/2017/CVM/SEP/GEA-3, que versa sobre o impedimento do Estado de São Paulo e da Companhia do Metropolitano de São Paulo de votarem, nos termos do artigo 115, § 1º, da Lei nº 6.404/76.

Em 29 de setembro de 2017, por meio do Ofício nº 195/2017/CVM/SEP/GEA-3, a CVM comunicou à EMAE, que o colegiado da entidade decidiu pelo indeferimento do recurso interposto pelo Procurador Geral do Estado de São Paulo, na qualidade de representante do acionista controlador da EMAE. Concluiu por maioria, pelo impedimento de voto do Estado de São Paulo.

Em 18 de outubro de 2017, o Conselho de Administração da EMAE aprovou a formalização do 1º aditivo ao Instrumento, que exclui a condição suspensiva de aprovação do Instrumento em Assembleia Geral de acionistas da EMAE, mantendo-se inalterado os demais termos e condições da transação. Portanto, instruindo a Diretoria da Companhia a tomar as providências necessárias para realizar o aditamento do Instrumento.

Diante dessa decisão, a celebração do referido aditivo foi aprovada pelos Conselhos de Administração da SABESP e da EMAE, em 11 de outubro de 2017 e 18 de outubro de 2017, respectivamente. O aditivo excluiu a condição suspensiva consistente na aprovação do Instrumento pela Assembleia Geral de acionistas da EMAE e manteve os demais termos e as condições suspensivas previstas, as quais foram devidamente implementadas e, portanto, o Instrumento passou a ter plena eficácia.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 112.460 com a SABESP, referente ao saldo a receber do instrumento, dos quais 96.915 estão classificados no ativo não circulante.

Demonstrativo da mutação do Contrato da Sabesp:

	Controladora e Consolidado				Saldo 31.12.17
	Ingresso	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	
<b>ATIVO</b>					
Circulante					
Sabesp.....	37.914	939	-	(16.076)	22.777
Ajuste a valor presente.....	(10.244)	-	3.012	-	(7.232)
	<u>27.670</u>	<u>939</u>	<u>3.012</u>	<u>(16.076)</u>	<u>15.545</u>
Não Circulante					
Sabesp.....	180.216	(939)	1.728	-	181.005
Ajuste a valor presente.....	(84.090)	-	-	-	(84.090)
	<u>96.126</u>	<u>(939)</u>	<u>1.728</u>	<u>-</u>	<u>96.915</u>
	<u>123.796</u>	<u>-</u>	<u>4.740</u>	<u>(16.076)</u>	<u>112.460</u>

O ajuste a valor presente foi apurado por uma taxa de juros média de 6,89% ao ano, aplicado pelo prazo do contrato.

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, por ano de vencimento:

Não circulante	
2019.....	14.531
2020.....	13.584
2021.....	12.698
2022.....	4.827
2023.....	4.513
2024 até 2042.....	46.762
	<u>96.915</u>

### 18.3 Prestação de Serviço EMAE para PIRAPORA

A Companhia no ano de 2016 iniciou a prestação de serviço de operação e manutenção para a Pirapora referente à PCH Pirapora. O prazo para prestação dos serviços é de 4 anos, contados a partir da autorização de início expedida pela Pirapora Energia S.A., podendo ser prorrogado, a critério das partes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia reconheceu em seu resultado uma receita de prestação de serviço no valor de R\$ 1.971 (R\$ 1.597 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

### 18.4 Serviços canal Pinheiros

Refere-se a gastos com serviços de Adequação da Calha do Canal do Rio Pinheiros, oriundos de recursos do Governo do Estado de São Paulo, com intuito de garantir eficiência operacional.

Em 03 de outubro de 2016, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Energia e Mineração - SEM, e a EMAE celebraram Convênio, pelo prazo de 60 meses, para a cooperação na execução das atividades de manutenção da calha do Rio Pinheiros.

Entre as obrigações do Estado de São Paulo cabe repassar à EMAE, os recursos necessários ao cumprimento do objeto do Convênio, estipulado no montante de R\$ 124.999. Os recursos serão repassados por intermédio da SEM, em parcelas duodecimais, de acordo com o Plano de Trabalho que integra o Convênio, durante os 60 meses do prazo de execução do Convênio.

À EMAE, entre suas obrigações, cabe aplicar os recursos financeiros recebidos do Estado, única e exclusivamente, para os fins definidos no Convênio e detalhados no Plano de Trabalho e encaminhar à SEM a prestação de contas, no prazo de 30 dias contados da finalização de todas as etapas previstas no Plano de Trabalho.

Os gastos nas atividades previstas são registrados em conta específica do ativo no balanço patrimonial e anualmente a Companhia presta contas desses valores para o Governo do Estado de São Paulo. O reembolso por parte do Estado é realizado mensalmente e a Companhia registra esses valores de reembolso como obrigações no grupo de Depósitos Vinculados. Quando ocorre a aprovação dos gastos na prestação de contas, a Companhia realiza a compensação dos ativos e passivos. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo a receber é de R\$ 3.463 (R\$ 1.774 em 31 de dezembro de 2016).

### 18.5 Cessão de Empregados

Refere-se a cessão de empregados, mediante ressarcimento à Secretaria de Energia e Mineração, Gestão Pública, Saneamento, Justiça, Casa Civil e outros órgãos da Administração do Estado de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo a receber é de R\$ 14.793 (R\$ 13.832 em 31 de dezembro de 2016), vide Nota 7.

### 18.6 Remuneração do pessoal chave da administração

Partes Relacionadas	2017		2016	
	nº de membros	Remuneração	nº de membros	Remuneração
Diretoria Estatutária.....	4	1.404	3	957
Conselho Fiscal.....	5	253	5	254
Conselho Administrativo.....	10	669	10	836
	19	2.326	18	2.047

(a) Média anual.

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 19.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

	Quantidades de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
<b>Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:</b>						
Fazenda do Estado de São Paulo.....	14.354.538	97,61	52.068	0,23	14.406.606	38,99
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ (Custodiada na B3 S.A. Brasil, Bolsa,Balcão ("B3")).....	350.832	2,39	-	-	350.832	0,95
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>52.068</u>	<u>0,23</u>	<u>14.757.438</u>	<u>39,94</u>
Centrais Elétricas Brasileiras S/A. - ELETROBRÁS.....						
Álvaro Luiz Alves de Lima Alvares Otero.....	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
Leonardo Izecksohn.....	-	-	2.200.633	9,89	2.200.633	5,96
Fanny Berta Izecksohn.....	-	-	1.045.573	4,70	1.045.573	2,83
Eduardo Augusto Ribeiro Magalhães.....	-	-	642.734	2,89	642.734	1,74
ELETROPAR - ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S/A.....	-	-	547.200	2,46	547.200	1,48
Outros.....	-	-	523.911	2,36	523.911	1,42
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>22.241.714</u>	<u>100,00</u>	<u>36.947.084</u>	<u>100,00</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não houve emissão de novas ações.

De acordo com o estatuto social da Companhia, independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$ 1.116.050 mediante deliberação do conselho de administração e ouvindo-se antes o conselho fiscal.

Cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da assembleia geral. As ações preferenciais não terão direito de voto, mas farão jus a: a) prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade; b) direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie; c) direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; e d) direito de eleger e destituir um membro do conselho de administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

## 19.2 Lucro por ação - básico e diluído

As ações preferenciais têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação na tabela abaixo contemplam essa condição.

Cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares, exceto valor por ação):

	Controladora e Consolidado			
	2017		2016	
<b>Lucro líquido do exercício .....</b>	<b>R\$</b>	<b>119.146</b>	<b>R\$</b>	<b>54.980</b>
Número de ações ordinárias.....		14.705.370		14.705.370
Número de ações preferenciais.....		22.241.714		22.241.714
<b>Total.....</b>		<u><b>36.947.084</b></u>		<u><b>36.947.084</b></u>
<b>Lucro por ação básico e diluído</b>				
Ação Preferencial.....	R\$	3,34583	R\$	1,54393
Ação Ordinária.....	R\$	3,04166	R\$	1,40357

A quantidade média ponderada de ações usadas no cálculo do lucro básico por ação coincide com a quantidade média ponderada de ações usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

### 19.3 Destinação do lucro líquido do exercício

	2017	2016
Lucro líquido do exercício.....	119.146	54.980
(-) Constituição de reserva legal (5%).....	5.957	2.749
(=) Lucro remanescente após a reserva.....	113.189	52.231
(a) Dividendo proposto.....	28.297	13.058
(b) Realização de reserva de lucros a realizar.....	4.983	2.865
(c) Dividendos a serem pagos durante o ano calendário 2018.....	33.280	15.923
(-) Constituição de reserva de lucros a realizar.....	-	24.151
(-) Constituição de reserva de retenção de lucros.....	-	15.022
(-) Constituição de reserva estatutária para recomposição de ativos.....	84.892	-
(=) Lucro remanescente.....	-	-

A Administração da Companhia propõe as seguintes destinações:

Constituição de Reserva legal de R\$ 5.957; dividendo mínimo obrigatório de R\$ 28.297, realização da reserva de lucros a realizar no valor de R\$ 4.983, que serão distribuídos a título de dividendos adicionados ao dividendo obrigatório; e constituição da reserva estatutária para recomposição de ativos no valor de R\$ 84.892.

### 19.4 Dividendos por ação

A nota a seguir estabelece a destinação dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (em milhares, exceto valor por ação):

	2017	2016
Dividendo líquido do exercício.....	33.280	15.923
	Quantidade de Ações	Quantidade de Ações
ON.....	14.705.370	14.705.370
PN.....	22.241.714	22.241.714
<b>Total de ações (ON e PN)</b>	<b>36.947.084</b>	<b>36.947.084</b>
	R\$	R\$
<b>Dividendo por ação</b>		
Ação ordinária.....	0,84959	0,40650
Ação preferencial.....	0,93455	0,44715
	R\$	R\$
<b>Total de dividendos por tipo de ação</b>		
ON.....	12.494	5.978
PN.....	20.786	9.945
	33.280	15.923

## 19.5 Mutações das reservas de lucros

A nota a seguir demonstra as mutações das reservas de lucros em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	<b>Controladora e Consolidado</b>
	<b>31.12.17</b>
Saldo inicial das reservas de lucros em 31.12.16.....	86.345
Constituição de reserva legal.....	5.957
Realização da reserva de lucros a realizar.....	(4.983)
Constituição da reserva para recomposição de Ativos.....	84.892
Saldo final das reservas de lucros em 31.12.17.....	<u>172.211</u>

## 20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

### 20.1 Conciliação da receita operacional líquida

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.16</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>				
Fornecimento de energia.....	5.492	8.937	5.492	8.937
Cotas de energia elétrica (a).....	169.601	175.983	169.601	175.983
Suprimento de energia - leilão.....	-	-	33.142	31.242
Suprimento de energia - comercializadores.....	4.896	2.026	4.896	2.026
Energia de curto prazo - CCEE.....	1.168	513	2.209	613
Renda da prestação de serviços.....	19.232	11.141	17.261	9.544
Outras receitas.....	2.154	1.860	2.154	1.860
Receitas relativas à construção de ativos próprios.....	7.957	6.039	7.957	6.039
	<u>210.500</u>	<u>206.499</u>	<u>242.712</u>	<u>236.244</u>
<b>DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL</b>				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(24.110)	(21.806)	(25.136)	(22.746)
PIS sobre receitas operacionais.....	(5.215)	(4.718)	(5.437)	(4.922)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(971)	(392)	(971)	(392)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(1.658)	(1.577)	(1.658)	(1.577)
	<u>(31.954)</u>	<u>(28.493)</u>	<u>(33.202)</u>	<u>(29.637)</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....</b>	<u>178.546</u>	<u>178.006</u>	<u>209.510</u>	<u>206.607</u>

- a) Em 31 de dezembro de 2016, inclui o reconhecimento integral de R\$ 16.094 do componente financeiro referente ao adicional de receita relativo aos bens não reversíveis do período de janeiro de 2013 a junho de 2015 de acordo com a Nota Técnica nº 232/2016 -SGT/ANEEL de 14/07/2016.

### 20.2 Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL

No período findo em 31 de dezembro de 2017 o fornecimento para consumidores livres resultou em um faturamento de R\$ 5.492 (R\$ 8.937 em 31 de dezembro de 2016). Para garantir tais contratos foram promovidos leilões de compra de energia elétrica, sendo que para este ano, a energia objeto da venda vem sendo adquirida da BOLT Serviços e Comercialização de Energia Ltda.

## 20.3 Energia Elétrica Vendida

	Controladora				Consolidado			
	MWh		R\$		MWh		R\$	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
<b>Fornecimento (a)</b>								
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	26.280	38.933	5.492	8.937	26.280	38.933	5.492	8.937
<b>Cotas de Garantia Física (b)</b>								
Cotas de energia elétrica.....	1.237.544	1.261.483	169.601	175.983	1.237.544	1.261.483	169.601	175.983
<b>Suprimento (c)</b>								
Leilão.....	-	-	-	-	140.162	140.544	33.142	31.242
Comercializadores.....	35.040	17.660	4.896	2.026	35.040	17.660	4.896	2.026
<b>Câmara de Comerc. de Energia Elétrica - CCEE (d)</b>								
Energia de curto prazo.....	-	-	1.168	513	-	-	2.209	613
<b>Total.....</b>	<b>1.298.864</b>	<b>1.318.076</b>	<b>181.157</b>	<b>187.459</b>	<b>1.439.026</b>	<b>1.458.620</b>	<b>215.340</b>	<b>218.801</b>

- a) Classificam-se como “fornecimento” as operações de venda a consumidores finais, mediante contratos denominados “bilaterais”, estabelecidos entre as partes, que regulam as condições de fornecimento, inclusive preços e formas de seu reajuste;
- b) Cotas de garantia física foram introduzidas pela Lei 12.783/2013 e estão relacionadas a alocação às distribuidoras da garantia física das usinas que assinaram aditivo prorrogando o termo da concessão. Essas usinas passaram a ser remuneradas pela RAG.
- c) Classificam-se como “suprimento” as operações de venda de energia a outras concessionárias de energia elétrica, geralmente, através de contratos firmados em leilões no ACR.
- d) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da CCEE.

## 20.4 Renda da prestação de serviços

Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Petrobras (UTE's) (a).....	14.065	6.878	14.065	6.878
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	2.791	2.666	2.791	2.666
Serviço de Operação e Manutenção - PIRAPORA (Nota 18.3).....	1.971	1.597	-	-
Outros serviços.....	405	-	405	-
	<b>19.232</b>	<b>11.141</b>	<b>17.261</b>	<b>9.544</b>

Em agosto de 2017, a Companhia firmou novo contrato com a Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás com vigência de 365 dias, para a prestação dos serviços de operação e manutenção das turbinas a vapor 3 e 4 da Usina Termelétrica Piratininga. Este novo contrato prevê uma remuneração baseada em um valor fixo e uma parcela variável.

## 21. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

### 21.1 Controladora

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Energia elétrica comprada para revenda.....	(8.543)	(8.778)	-	-	-	-	(8.543)	(8.778)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(4.590)	(4.401)	-	-	-	-	(4.590)	(4.401)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(5.690)	(7.032)	-	-	-	-	(5.690)	(7.032)
Pessoal.....	(83.087)	(74.213)	(20.772)	(20.506)	-	-	(103.859)	(94.719)
Administradores.....	(3.213)	(2.605)	-	-	-	-	(3.213)	(2.605)
Entidade de previdência a empregados (Nota 15).....	(13.991)	(4.301)	-	-	-	-	(13.991)	(4.301)
Material.....	(1.664)	(2.379)	(1.891)	(1.757)	-	-	(3.555)	(4.136)
Serviço de terceiros.....	(32.486)	(29.257)	(15.619)	(11.494)	-	-	(48.105)	(40.751)
Depreciação.....	-	-	(931)	(925)	-	-	(931)	(925)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	(604)	(578)	-	-	(604)	(578)
Arrendamentos e aluguéis.....	-	-	(981)	(804)	-	-	(981)	(804)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 16).....	(7.646)	(13.821)	-	-	-	-	(7.646)	(13.821)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(935)	(2.779)	-	-	-	-	(935)	(2.779)
Custos relativos a construção de ativos próprios.....	(7.957)	(6.039)	-	-	-	-	(7.957)	(6.039)
Sabesp (Nota 18.2).....	-	-	-	-	123.796	-	123.796	-
Ajuste imobilizado.....	-	-	-	-	(2)	(75)	(2)	(75)
Ganho na alienação de bens e direitos (Nota 11).....	-	-	-	-	2.379	1.473	2.379	1.473
Outras.....	(9.018)	(8.182)	-	-	1.988	1.488	(7.030)	(6.694)
<b>Total.....</b>	<b>(178.820)</b>	<b>(163.787)</b>	<b>(40.798)</b>	<b>(36.064)</b>	<b>128.161</b>	<b>2.886</b>	<b>(91.457)</b>	<b>(196.965)</b>

## 21.2 Consolidado

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Energia elétrica comprada para revenda.....	(9.471)	(12.020)	-	-	-	-	(9.471)	(12.020)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(4.876)	(4.496)	-	-	-	-	(4.876)	(4.496)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(5.690)	(7.032)	-	-	-	-	(5.690)	(7.032)
Pessoal.....	(83.087)	(74.213)	(20.772)	(20.506)	-	-	(103.859)	(94.719)
Administradores.....	(3.213)	(2.605)	-	-	-	-	(3.213)	(2.605)
Entidade de previdência a empregados (Nota 15).....	(13.991)	(4.301)	-	-	-	-	(13.991)	(4.301)
Material.....	(1.731)	(2.402)	(1.891)	(1.757)	-	-	(3.622)	(4.159)
Serviço de terceiros.....	(34.714)	(31.319)	(15.619)	(11.495)	-	-	(50.333)	(42.814)
Depreciação.....	(3.941)	(3.939)	(931)	(925)	-	-	(4.872)	(4.864)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	(668)	(642)	-	-	(668)	(642)
Arrendamentos e aluguéis.....	-	-	(1.006)	(885)	-	-	(1.006)	(885)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 16).....	(7.646)	(13.821)	-	-	-	-	(7.646)	(13.821)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(935)	(2.779)	-	-	-	-	(935)	(2.779)
Custos relativos a construção de ativos próprios.....	(7.957)	(6.039)	-	-	-	-	(7.957)	(6.039)
Sabesp (Nota 18.2).....	-	-	-	-	123.796	-	123.796	-
Ajuste imobilizado.....	-	-	-	-	(2)	(75)	(2)	(75)
Ganho na alienação de bens e direitos (Nota 11).....	-	-	-	-	2.379	1.473	2.379	1.473
Outras.....	(9.016)	(8.716)	-	-	1.988	1.497	(7.028)	(7.219)
<b>Total.....</b>	<b>(186.268)</b>	<b>(173.682)</b>	<b>(40.887)</b>	<b>(36.210)</b>	<b>128.161</b>	<b>2.895</b>	<b>(98.994)</b>	<b>(206.997)</b>

## 22. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
<b>Receitas</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	8.151	5.458	9.387	6.877
Remuneração de quotas.....	603	979	603	979
Juros sobre arrendamento UTE Piratininga (Nota 6).....	22.427	24.509	22.427	24.509
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 18.2).....	3.012	-	3.012	-
Juros sobre alienação de bens e direitos.....	14	26	14	26
Outras.....	572	1.532	660	916
	<u>34.779</u>	<u>32.504</u>	<u>36.103</u>	<u>33.307</u>
<b>Despesas</b>				
Juros .....	-	-	(7.808)	(8.640)
Outras:.....				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais.....	(82)	(85)	(82)	(85)
Atualização selic sobre projetos P&D.....	(198)	(203)	(198)	(203)
Juros sobre RGR.....	(810)	(810)	(810)	(810)
Outras.....	(4)	-	(30)	(44)
	<u>(1.094)</u>	<u>(1.098)</u>	<u>(8.928)</u>	<u>(9.782)</u>
<b>Variações Monetárias</b>				
Atualização monetária UTE Piratininga (Nota 6).....	16.578	54.004	16.578	54.004
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 18.2).....	1.728	-	1.728	-
Outras variações monetárias .....	197	347	197	347
	<u>18.503</u>	<u>54.351</u>	<u>18.503</u>	<u>54.351</u>
	<u>52.188</u>	<u>85.757</u>	<u>45.678</u>	<u>77.876</u>

## 23. SEGUROS

A Administração da Companhia mantém apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operacional e Atividades (a).....	09/04/2017	09/04/2018	20.000	305
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (b)...	05/11/2017	05/11/2018	15.000	44
Seguro de riscos operacionais (c).....	23/08/2017	23/08/2018	81.758	210
			<u>116.758</u>	<u>559</u>

- Referem-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela Companhia à terceiros;
- Referem-se a danos causados a terceiros por atos involuntários da Administração.
- Refere-se a cobertura contra danos de incêndio, queda de raio e explosão nos equipamentos da PCH Pirapora

## 24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado		Classificação
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16	
Caixa e equivalentes de caixa.....	119.879	75.162	136.214	80.279	Empréstimos e recebíveis
Revendedores.....	14.310	25.192	18.153	29.211	Empréstimos e recebíveis
Consumidores.....	466	4.191	466	4.191	Empréstimos e recebíveis
Serviços - Canal Pinheiros.....	3.463	1.774	3.463	1.774	Empréstimos e recebíveis
Alienação de bens e direitos.....	148	263	148	263	Empréstimos e recebíveis
Arrendamento UTE Piratininga.....	431.379	476.398	431.379	476.398	Empréstimos e recebíveis
Outros créditos.....	8.464	8.772	6.700	9.452	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados.....	22.088	22.698	25.497	26.178	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro - Sabesp.....	112.460	-	112.460	-	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro indenizável.....	54.006	46.386	54.006	46.386	Empréstimos e recebíveis
Ativo reversível da concessão.....	273.218	275.273	273.218	275.273	Empréstimos e recebíveis
Fornecedores.....	6.644	4.880	6.923	5.084	Passivo financeiro pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	34.473	16.010	34.473	16.010	Passivo financeiro pelo custo amortizado
Financiamentos.....	-	-	85.972	91.725	Passivo financeiro pelo custo amortizado

### Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os valores registrados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, são uma aproximação razoável dos valores justos dos ativos e passivos financeiros da Companhia.

A atividade da Companhia compreende principalmente a geração de energia e está totalmente comprometida por meio de cotas, com as Companhias concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). A atividade de sua Controlada é a geração de energia, a qual foi comercializada através contratos firmados no ambiente de contratação regulada. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

## 24.1 Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente seus níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

### A.1) OPERAÇÕES COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia e sua controlada não detinham instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

### A.2) RISCO DE CRÉDITO

O risco surge da possibilidade de a Companhia e a sua controlada virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, classificados na conta de Revendedores e Consumidores (Nota 5). Este risco é avaliado pela Companhia e sua controlada como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento - a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas no recebimento; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e sua controlada possuem caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 119.879 e 136.214, controladora e consolidado, respectivamente (R\$ 75.162, controladora, e R\$ 80.279, consolidado, em 2016), os quais estão mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a exposição máxima de risco de crédito para os seguintes recebíveis:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.16</b>
Serviços do canal do Rio Pinheiros (Nota 18.4).....	3.463	1.774
Arrendamento Financeiro UTE Piratininga (Nota 6).....	431.379	476.398
Ativo financeiro indenizável (Nota 10).....	54.006	46.386
Ativo reversível da concessão (Nota 11).....	273.218	275.273
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 18.2).....	112.460	-
	<u>874.526</u>	<u>799.831</u>

O risco de crédito sobre as contas a receber de arrendamento financeiro e serviços do canal do Rio Pinheiro são avaliados como baixo pela Administração da Companhia, em virtude não terem histórico e expectativa de perdas.

A realização do contas a receber de arrendamento financeiro da Usina Térmica de Piratininga depende da capacidade financeira da contraparte em efetuar os pagamentos nos prazos contratuais. Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não havia atrasos no recebimento desse contas a receber.

O ativo financeiro indenizável e o ativo reversível da concessão referem-se a valores a serem ressarcidos pelo Poder Concedente através das tarifas da concessão ou em espécie, a Administração da Companhia avalia o risco de crédito como baixo em razão desses valores terem sido apurados de acordo com a regulamentação vigente, muito embora estejam sujeitos à fiscalização da ANEEL e, portanto, sujeitos à eventual glosa.

#### A.3) EXPOSIÇÃO A RISCOS CAMBIAIS

Durante os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia e sua controlada não realizaram transações relevantes em moeda estrangeira.

#### A.4) EXPOSIÇÃO A RISCOS DE TAXAS DE JUROS

As aplicações financeiras da Companhia e sua controlada foram efetuadas em fundos de renda fixa, com liquidez diária e, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, estão registradas pelo valor de suas quotas.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos das variações nas taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras modificar-se de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável, para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente para os próximos 12 meses.

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil - Indicadores Econômicos - Capítulo III Mercados financeiros e de capitais - Taxas de juros efetivas, de 31 de dezembro de 2017, com CDI overnight de 6,89%a.a.

I-CVM 475	Saldo 31.12.2017 Nota 4	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
CDI		6,89%	8,61%	10,34%
Controladora	119.646	8.244	10.302	12.371
Consolidado	135.035	9.304	11.627	13.963

I-CVM 475	Saldo 31.12.2017 Nota 4	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
CDI		6,89%	5,17%	3,45%
Controladora	119.646	8.244	6.186	4.128
Consolidado	135.035	9.304	6.981	4.659

O Contrato de Arrendamento da UTP Piratininga é atualizado mensalmente a uma taxa de 9,32% ao ano mais IGPM.

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IGPM, considerou-se uma taxa de 9,32% a.a, imputados no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 31 de dezembro de 2017, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IGPM equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.

I-CVM 475	Saldo 31.12.2017 Nota 6	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IGPM	4,22%	13,54%	15,20%	15,65%
Arrendamento UTP	431.379	58.409	65.570	67.511

I-CVM 475	Saldo 31.12.2017 Nota 6	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IGPM	4,22%	13,54%	12,49%	11,43%
Arrendamento UTP	431.379	58.409	53.879	49.307

O acordo Sabesp é atualizado a uma taxa de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29% ambos ao ano.

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IPCA, considerou-se uma taxa de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29% a.a. fixos, imputados no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 31 de dezembro de 2017, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IPCA equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.

I-CVM 475	Saldo 31.12.2017 Nota 18.2	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IPCA	3,70%	11,88%	12,81%	13,73%
SABESP	112.460	13.360	14.406	15.441

I-CVM 475	Saldo 31.12.2017 Nota 18.2	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IPCA	3,70%	11,88%	10,96%	10,03%
SABESP	112.460	13.360	12.326	11.280

A Pirapora Energia S.A., controlada da Companhia, possui empréstimo contratado junto ao BNDES para financiamento da construção da PCH Pirapora. O financiamento é atualizado mensalmente pela TJLP + 1,90% a.a.

Para análise de sensibilidade do risco de variação da taxa de juros (TJLP), considerou-se o spread 1,90% a.a. fixo estipulado no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 31 de dezembro de 2017, referente às parcelas já liberadas do empréstimo, para os cenários com variações do TJLP equivalentes a 25% e 50%.

O indexador aplicado no cenário provável corresponde a TJLP atual de 6,75% a.a.

I-CVM 475	Saldo 31.12.2017 Nota 14	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
TJLP	6,75%	8,65%	10,34%	12,03%
Liberado pelo BNDES	85.972	7.437	8.890	10.342

I-CVM 475	Saldo 31.12.2017 Nota 14	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
TJLP	6,75%	8,65%	6,96%	5,28%
Liberado pelo BNDES	85.972	7.437	5.984	4.539

#### A.5) RISCO DE LIQUIDEZ

A Companhia avalia periodicamente os seus índices de liquidez a fim de manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica “Empréstimos e financiamentos” está sendo considerado o fluxo de caixa projetado. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa:

Consolidado	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores....	6.923	-	-	-	-	6.923
Financiamentos	2.783	8.347	11.130	33.391	88.189	143.840
Dividendos.....	-	31.406	-	-	-	31.406
<b>Total</b>	<b>9.706</b>	<b>39.753</b>	<b>11.130</b>	<b>33.391</b>	<b>88.189</b>	<b>182.169</b>

#### A.6) RISCO DE ACELERAÇÃO DE DÍVIDA

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES que possui cláusulas de vencimento antecipado (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros (Nota 14) e outros. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia está em conformidade dos termos dos *covenants* (veja Nota Explicativa nº10).

## 24.2 Risco Hidrológico

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o risco hidrológico destas usinas foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência. A PCH Pirapora, de propriedade de sua controlada, aderiu a repactuação do risco hidrológico conforme Lei 13.203/2015 no produto SP 100, vide outras informações na Nota 7 letra (f), reduzindo sua exposição a esse risco.

### 24.3 Risco de preço

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o aditivo ao contrato de concessão prevê uma revisão tarifária a cada 5 (anos) e um reajuste tarifário em 1º de julho de cada ano, exceto para os anos em que houver a revisão tarifária. Portanto, as tarifas praticadas pela Companhia estão sujeitas ao controle do órgão regulador. De acordo com a fórmula paramétrica prevista na subcláusula 3ª da Cláusula 6ª do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, a RAG será ajustada pela indisponibilidade ou desempenho apurado durante o período medição (60 meses). A avaliação feita pela Companhia, com base nos dados disponíveis em 31 de dezembro de 2016, indica um ajuste positivo na próxima RAG.

Os preços de comercialização de energia elétrica da Controlada são aqueles determinados nos contratos firmados no ACR, os quais são ajustados pela variação do IPCA em bases anuais. Eventual renegociação dos contratos deve ser anuída previamente pelo órgão regulador.

Em 13 de julho de 2017, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.265/2017, publicou e homologou a Receita Anual de Geração das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência da EMAE para o período 1º de julho de 2017 a 30 junho de 2018.

As receitas homologadas por essa resolução para a EMAE estão demonstradas abaixo:

	GAG	Adicionais de investimentos	Bens não reversíveis (5%)	Desempenho	Encargos	Ajustes	RAG
Henry Borden	123.819	4.561	6.191	- 425	5.786	107	140.039
Porto Góes...	4.324	354	216	259	577	5	5.735
Rasgão.....	3.555	443	178	-	533	6	4.715
	<b>131.698</b>	<b>5.358</b>	<b>6.585</b>	<b>- 166</b>	<b>6.896</b>	<b>118</b>	<b>150.489</b>

Fonte: REH 2.265/2017 Nota técnica nº 202/2017

O reajuste homologado representa uma redução de aproximadamente 8% em relação a RAG anterior.

a) GAG

A GAG é parcela que a ANEEL, disponibiliza as concessionárias de geração de energia elétrica no regime de cotas pela gestão dos ativos de geração para remunerar os custos de operação e manutenção das usinas.

b) Adicional de Investimentos

A ANEEL homologa adicional de receita as concessionaria de geração de energia elétrica no regime de cotas pelos investimentos para melhoria e conservação realizados e pleiteados após 31/12/2012.

c) Bens não Reversíveis

A ANEEL reconhece um adicional de receita de 5% do GAG para investimento de bens de natureza não reversíveis tais como: bens administrativos, moveis, utensílios, veículos e etc.

d) Ajustes

Por meio da Resolução Homologatória 2.106 de 05 de julho de 2016 a ANEEL, reconheceu um adicional de receita para investimentos de bens não reversíveis de janeiro de 2013 a junho de 2015, que inicialmente não haviam sido considerados na RAG de 2015/2016, cuja realização ocorrerá no ciclo 2016/2017.

#### **24.4 Risco de regulação**

Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá trazer impacto sobre as atividades da Companhia e de sua controlada.

#### **24.5 Risco de alteração na legislação tributária**

O governo federal poderá implementar alterações na legislação tributária causando impactos nas operações da Companhia e sua controlada, principalmente se aumentarem a carga tributária.

#### **24.6 Risco relacionado à integridade do empreendimento**

Um risco inerente às operações de sua controlada é a possibilidade de rompimento ou galgamento das barragens, o que pode ocasionar inundações em áreas vizinhas e acidentes. A Pirapora adota uma política de segurança de barragens para reduzir a probabilidade de ocorrerem esses eventos ou minimizar seus impactos.

### **25. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO**

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

**a) Contrato de concessão**

A Companhia celebrou com a União, em 04/12/2012, o segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes.

**b) Contrato de uso do sistema de transmissão**

A Companhia mantém contrato com a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista para o uso do sistema de transmissão, com vigência até a data de extinção da autorização ou a extinção da empresa transmissora, o que ocorrer primeiro.

**c) Contrato de operação e manutenção**

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção com a sua controlada, vigente até 2019 e atualizado anualmente pelo IPC - FIPE.

## 26. ALTERAÇÕES NÃO CAIXA

Durante o exercício de 2017, a Companhia e sua controlada realizaram as seguintes operações não caixa:

	<b>Controladora</b>			
	<b>31.12.16</b>	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	<b>31.12.17</b>
Arrendamento UTP.....	476.398	(84.024)	39.005	431.379

	<b>Consolidado</b>			
	<b>31.12.16</b>	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	<b>31.12.17</b>
Arrendamento UTP.....	476.398	(84.024)	39.005	431.379
Financiamentos.....	91.725	(13.561)	7.808	85.972

### DIRETORIA

**LUIZ CARLOS CIOCCHI**  
PRESIDENTE

**CARLOS ALBERTO MARQUES DA SILVA**  
DIRETOR FINANCEIRO E DE  
RELAÇÕES COM INVESTIDORES

**PAULO ROBERTO FARES**  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

**JEAN CESARE NEGRI**  
DIRETOR DE GERAÇÃO

**SERGIO PINFILDI**  
GERENTE DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS,  
CONTROLADORIA E TARIFAS

**FÁBIO TONETTO**  
COORDENADOR DE CONTABILIDADE,  
CUSTOS E FISCAL  
CONTADOR - CRC 1SP264253/O-4



## **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

### **PRESIDENTE**

MARIO ENGLER PINTO JÚNIOR

### **CONSELHEIROS**

CARLOS ANTONIO LUQUE  
LUIZ CARLOS CIOCCHI  
RITA JOYANOVIC

RONALDO GARCIA BARBOZA  
ZEVI KANN  
RICARDO VASSÃO DOS SANTOS

NELSON LUIZ RODRIGUES NUCCI  
JAIRO KLEPACZ  
MARCIO REA

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., dando cumprimento ao estabelecido nos incisos II, III, VII do artigo 163 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 e alterações subsequentes, *examinou as Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2017*, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, compreendendo: Relatório Anual da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do Exercício, Relatório dos Auditores Independentes, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração de Resultados Abrangentes, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, complementados por Notas Explicativas.

Com fundamento nos exames realizados, nos esclarecimentos adicionais prestados pela Diretoria, na aprovação pelo Conselho de Administração e no Relatório dos Auditores Independentes, este Conselho é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas.

É o Parecer.

São Paulo, 21 de março de 2018.

Fabio Bernacchi Maia

Fernanda Montenegro M. Rizek

Marco Antonio Castello Branco

Pedro Henrique G. Guerra

Wagner Montoro Junior



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Example 1** Aos acionistas, conselheiros e diretores da  
**Example 2** EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## 1. Ativo Financeiro indenizável

Veja as Notas 3.8 e 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### Principais assuntos de auditoria

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$54.006 mil referente a investimentos realizados pela Companhia em infraestrutura de geração de energia após 31 de dezembro de 2012, os quais são classificados como ativo financeiro indenizável por se caracterizar, como um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Conforme definido na regulamentação de concessões de companhias de geração de energia, inclusive a Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, os investimentos deverão ser recuperados a partir dos reajustes e/ou revisão tarifária no estabelecimento de uma nova Receita Anual de Geração ("RAG"), a qual incluirá a remuneração desses ativos. A Companhia avaliou e entende que os investimentos foram realizados em caráter prudencial, porém estão sujeitos a aprovação da ANEEL e, conseqüentemente, eventuais ajustes poderão ser necessários, o que poderá impactar as suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Por essas razões, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho dos controles internos chave relativos a identificação e mensuração do valor do ativo financeiro da concessão. Adicionalmente, avaliamos a composição e a natureza dos gastos que formaram os ativos financeiros da concessão e analisamos, por amostragem, a precisão da formação do custo desses ativos. Avaliamos, também, a adequação das divulgações da Companhia, especificamente em relação às comunicações realizadas com a ANEEL sobre a recuperação dos valores investidos.

Com resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que o saldo do ativo financeiro indenizável é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

## 2. Ativo reversível da concessão

Veja as Notas 3.9 e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### Principais assuntos de auditoria

A Companhia mantém contabilizado ativo reversível da concessão registrado a custo histórico, que em 31 de dezembro de 2017 representa o valor de R\$273.218 mil, referente aos investimentos a serem indenizados pelo Poder Concedente (ANEEL) em virtude da renovação da concessão ocorrida em 4 de dezembro de 2012. O valor da indenização, que ainda está em processo de homologação pela ANEEL, será determinado após fiscalização e definido com base no “Valor Novo de Reposição - VNR”. Em 2017, a Companhia contratou empresa especializada para mensurar o valor dos ativos pelo VNR e não identificou indicadores de desvalorização sobre o valor contabilizado. Todavia, até a definição dos valores a serem homologados pela ANEEL, poderão ocorrer perdas ou ganhos, os quais serão reconhecidos quando vierem ao conhecimento da Companhia e atenderem aos requisitos contábeis para registro. Devido à relevância dos investimentos a serem indenizados e ao impacto que eventual diferença no resultado da homologação dos valores pela ANEEL poderá causar nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho dos controles internos chave da Companhia relativos à identificação e valorização dos ativos a serem indenizados pelo Poder Concedente (ANEEL) após a renovação da concessão. Avaliamos a composição dos gastos que formaram os ativos revertidos para a União e analisamos, por amostragem, a precisão da formação do custo dos ativos revertidos. Com auxílio de nossos especialistas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Companhia para estimar o valor justo dos ativos pelo “valor novo de reposição - VNR” especificamente na metodologia de precificação utilizada e sua aderência aos métodos de avaliação aprovados pela ANEEL. Avaliamos, também, a adequação das divulgações da Companhia, especificamente em relação as premissas utilizadas para calcular o “valor novo de reposição”.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que o saldo do ativo reversível da concessão é aceitável, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

### 3. Contrato de Arrendamento e contrato de concessão da Usina Térmica de Piratininga

Veja as Notas 3.7 e 6 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

#### Principais assuntos de auditoria

A Companhia possui um contrato de arrendamento mercantil financeiro, cujo ativo está atrelado a um contrato de concessão, referente à Usina Térmica de Piratininga com a Baixada Santista Energia S.A. vigente até 2024. Em julho de 2015, o contrato de concessão entre a Baixada Santista Energia S.A. e a União encerrou-se, tendo havido a continuidade da operação em caráter especial até 31 de dezembro de 2017. A Companhia aguarda a manifestação da União sobre a renovação da concessão. Nesse interim, a operação dos ativos da concessão continua sendo realizada pela Baixada Santista Energia S.A. Conforme estabelecido no contrato de concessão, considerando que a não renovação da concessão cessaria o contrato de arrendamento mercantil financeiro, o Poder Concedente teria que indenizar a EMAE pela reversão dos bens e instalações vinculados à concessão (pelo seu Valor Novo de Reposição - VNR), conforme regulação atual e a Baixada Santista Energia S.A. necessitaria devolver os ativos arrendados em bom estado de conservação e em plenas condições operacionais. Devido à relevância das estimativas efetuadas para mensurar o valor da indenização deste ativo financeiro e o impacto que eventuais mudanças nas premissas e julgamentos utilizados poderiam ter sobre as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho dos controles internos chave da Companhia relativos à determinação da indenização a receber do Poder Concedente (ANEEL) pela não renovação da concessão. Com auxílio de nossos especialistas em avaliação de ativos, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Companhia para atualizar o valor da indenização em caso de não renovação da concessão, especificamente em relação ao critério para sua atualização anual. Avaliamos as comunicações com a ANEEL sobre o assunto, disponibilizadas pela Companhia, bem como a adequação das divulgações da Companhia, especificamente em relação ao valor a ser indenizado pela União em caso de não renovação da concessão.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a divulgação efetuada sobre o valor de indenização do ativo financeiro nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

### 4. Plano de pensão

Veja as Notas 3.3 e 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

#### Principais assuntos de auditoria

Devido à relevância e grau de julgamento das estimativas efetuadas para mensurar o valor líquido do passivo dos planos de pensão de benefício definido e contribuição variável da Companhia e do impacto que eventuais mudanças nas premissas usadas na mensuração desse valor teriam nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, consideramos esse assunto como relevante para a nossa auditoria.

## Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho dos controles internos chave relativos às informações dos beneficiários e à revisão do cálculo do passivo atuarial. Com o suporte dos nossos especialistas atuariais, avaliamos as premissas aplicadas na determinação do valor líquido do passivo de benefício definido da Companhia, sendo as principais a taxa de desconto, a taxa de inflação e a taxa de mortalidade. Isso incluiu uma comparação dessas premissas com as expectativas e informações de mercado existentes na data-base das demonstrações financeiras. Obtivemos, também, confirmações externas sobre a existência dos ativos financeiros do plano de pensão e efetuamos análises sobre o valor de mercado dos ativos financeiros do plano, assim como, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia, especificamente em relação à análise de sensibilidade do valor líquido do passivo de benefício definido em relação às premissas atuariais utilizadas.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo do passivo atuarial no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



Rosane Palharim  
Contadora CRC 1SP220280/O-9

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, Bairro de Pedreira, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.302.101/0001-42, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da EMAE do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras da EMAE do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
<b>ATIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	119.879	75.162	136.214	80.279
Revendedores.....	5	14.310	25.192	18.153	29.211
Consumidores.....	5	466	4.191	466	4.191
Ativo financeiro indenizável.....	10	323	-	323	-
Serviços - Canal Pinheiros.....	20.4	3.463	1.774	3.463	1.774
Alienação de bens e direitos.....		148	263	148	263
Imposto de renda e contribuição social a recuperar.....		1.330	-	1.331	11
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....		1.111	1.537	1.123	1.552
Estoque.....		1.789	1.965	1.789	1.965
Despesas antecipadas.....	27	109	214	245	214
Arrendamento UTE Piratininga.....	6	79.364	85.141	79.364	85.141
Ativo financeiro - Sabesp.....	20.2	15.545	-	15.545	-
Cauções e depósitos vinculados.....	9	10.161	10.372	10.161	10.372
Outros créditos.....	7	8.464	8.772	5.491	7.315
		<u>256.462</u>	<u>214.583</u>	<u>273.816</u>	<u>222.288</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Realizável a longo prazo					
Arrendamento UTE Piratininga.....	6	352.015	391.257	352.015	391.257
Ativo financeiro - Sabesp.....	20.2	96.915	-	96.915	-
Cauções e depósitos vinculados.....	9	11.927	12.326	15.336	15.806
Ativo financeiro indenizável.....	10	53.683	46.386	53.683	46.386
Ativo reversível da concessão.....	11	273.218	275.273	273.218	275.273
Outros créditos.....	7	-	-	1.209	2.137
Investimentos.....	12	92.718	80.947	1.390	1.390
Imobilizado.....	13	19.052	10.794	174.876	169.461
Intangível.....	14	2.567	1.764	2.567	1.764
		<u>902.095</u>	<u>818.747</u>	<u>971.209</u>	<u>903.474</u>
<b>TOTAL DO ATIVO.....</b>		<u>1.158.557</u>	<u>1.033.330</u>	<u>1.245.025</u>	<u>1.125.762</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores.....		6.644	4.880	6.923	5.084
Financiamentos.....	15	-	-	7.312	6.671
Folha de pagamento.....		6.204	5.382	6.204	5.382
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....		5.990	6.220	5.990	6.220
Entidade de previdência a empregados.....	16	11.348	32.784	11.348	32.784
Tributos e contribuições sociais.....		4.171	4.724	4.368	4.880
Imposto de renda e contribuição social a recolher.....		-	143	-	143
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	21.3	34.473	16.010	34.473	16.010
Taxas regulamentares.....		5.500	5.801	5.504	5.806
Obrigações Especiais - RGR.....	19	1.801	-	1.801	-
Cauções e depósitos vinculados.....		6.633	6.633	6.633	6.633
Encargos de uso da rede elétrica.....		184	174	200	190
Outros passivos.....		5.658	4.284	5.658	4.610
		<u>88.606</u>	<u>87.035</u>	<u>96.414</u>	<u>94.413</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Exigível a longo prazo					
Financiamentos.....	15	-	-	78.660	85.054
Entidade de previdência a empregados.....	16	80.608	76.914	80.608	76.914
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	8.2	99.029	77.832	99.029	77.832
Taxas regulamentares.....		769	769	769	769
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	18	55.269	51.639	55.269	51.639
Obrigações Especiais - RGR.....	19	14.401	16.202	14.401	16.202
		<u>250.076</u>	<u>223.356</u>	<u>328.736</u>	<u>308.410</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social.....	21.1	285.411	285.411	285.411	285.411
Reservas de capital.....		387.130	387.130	387.130	387.130
Outros resultados abrangentes.....		(24.877)	(35.947)	(24.877)	(35.947)
Reservas de lucros.....	21.5	172.211	86.345	172.211	86.345
		<u>819.875</u>	<u>722.939</u>	<u>819.875</u>	<u>722.939</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....</b>		<u><u>1.158.557</u></u>	<u><u>1.033.330</u></u>	<u><u>1.245.025</u></u>	<u><u>1.125.762</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

**Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**  
(Valores em milhares de reais R\$, exceto lucro por ação)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Operações em continuidade Receita / Ingresso.....	22				
Fornecimento de energia elétrica.....		5.492	8.937	5.492	8.937
Suprimento de energia elétrica.....		174.497	178.009	207.639	209.251
Energia Elétrica de Curto Prazo.....		1.168	513	2.209	613
Renda de prestação de serviços.....		19.232	11.141	17.261	9.544
Outras receitas vinculadas.....		2.154	1.860	2.154	1.860
		<b>202.543</b>	<b>200.460</b>	<b>234.755</b>	<b>230.205</b>
Tributos.....					
PIS-PASEP.....		(5.215)	(4.718)	(5.437)	(4.922)
Cofins.....		(24.110)	(21.806)	(25.136)	(22.746)
ISS.....		(971)	(392)	(971)	(392)
		<b>(30.296)</b>	<b>(26.916)</b>	<b>(31.544)</b>	<b>(28.060)</b>
Encargos - Parcela "A".....					
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....		(1.658)	(1.577)	(1.658)	(1.577)
Taxa de fiscalização.....		(604)	(578)	(668)	(642)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH.....		(5.690)	(7.032)	(5.690)	(7.032)
		<b>(7.952)</b>	<b>(9.187)</b>	<b>(8.016)</b>	<b>(9.251)</b>
Receita líquida / Ingresso líquido.....		<b>164.295</b>	<b>164.357</b>	<b>195.195</b>	<b>192.894</b>
Custos não gerenciáveis - Parcela "A".....					
Energia elétrica comprada para revenda.....		(8.543)	(8.778)	(9.471)	(12.020)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição.....		(4.590)	(4.401)	(4.876)	(4.496)
		<b>(13.133)</b>	<b>(13.179)</b>	<b>(14.347)</b>	<b>(16.516)</b>
Resultado antes dos custos gerenciáveis.....		<b>151.162</b>	<b>151.178</b>	<b>180.848</b>	<b>176.378</b>
Custos gerenciáveis - Parcela "B".....					
Pessoal e administradores.....	25	(107.072)	(97.324)	(107.072)	(97.324)
Entidade de previdência privada.....		(13.991)	(4.301)	(13.991)	(4.301)
Material.....		(3.555)	(4.136)	(3.622)	(4.159)
Serviços de terceiros.....		(48.105)	(40.751)	(50.332)	(42.814)
Arrendamento e aluguéis.....		(981)	(804)	(1.007)	(885)
Seguros.....		(338)	(297)	(636)	(592)
Doações, contribuições e subvenções.....		(150)	(12)	(150)	(12)
(Provisões)/ Reversão de provisões.....		(8.580)	(16.600)	(8.580)	(16.600)
Recuperação de despesas.....		2.859	2.172	3.269	2.247
Tributos.....		(9.679)	(8.714)	(9.698)	(8.822)
Depreciação e amortização.....		(931)	(925)	(4.872)	(4.864)
Gastos diversos da atividade vinculada.....		(1.861)	(1.343)	(1.952)	(1.549)
Outras Receitas Operacionais.....		128.311	2.898	128.311	2.907
		<b>(64.073)</b>	<b>(170.137)</b>	<b>(70.332)</b>	<b>(176.768)</b>
<b>Resultado da Atividade.....</b>		<b>87.089</b>	<b>(18.959)</b>	<b>110.516</b>	<b>(390)</b>
<b>Equivalência patrimonial.....</b>		<b>15.438</b>	<b>9.130</b>	-	-
<b>Resultado Financeiro.....</b>	26				
Despesas financeiras.....		(1.094)	(1.098)	(8.928)	(10.783)
Receitas financeiras.....		34.779	32.504	36.103	34.308
Variações monetárias.....		18.503	54.351	18.503	54.351
		<b>52.188</b>	<b>85.757</b>	<b>45.678</b>	<b>77.876</b>
Lucro antes dos impostos sobre o lucro.....		154.715	75.928	156.194	77.486
Despesa com impostos sobre os lucros.....		(35.569)	(20.948)	(37.048)	(22.506)
<b>Lucro líquido do exercício.....</b>		<b>119.146</b>	<b>54.980</b>	<b>119.146</b>	<b>54.980</b>
<b>Lucro por ação.....</b>					
básico - lucro líquido do exercício atribuível a acionistas detentores de ações ordinárias.....		R\$ 3,04166	R\$ 1,40357	R\$ 3,04166	R\$ 1,40357
básico - lucro líquido do exercício atribuível a acionistas detentores de ações preferenciais....		R\$ 3,34583	R\$ 1,54393	R\$ 3,34583	R\$ 1,54393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b> .....	119.146	54.980
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado</b> ....		
Ajuste de avaliação atuarial ( Nota 16).....	16.772	(116.400)
Efeito de imposto de renda e contribuição social (Nota 16).....	(5.702)	39.575
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b> .....	<u>130.216</u>	<u>(21.845)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(Valores em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	RESERVAS DE LUCRO				LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
		SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO	INCENTIVOS FISCAIS		RESERVA LEGAL	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	RESERVA DE RECOMPOSIÇÃO DE ATIVOS		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2016.....</b>	<b>285.411</b>	<b>383.618</b>	<b>3.512</b>	<b>40.878</b>	<b>2.546</b>	-	<b>44.742</b>	-	-	<b>760.707</b>
Ganhos e perdas atuariais líquido do efeito tributário.....	-	-	-	(76.825)	-	-	-	-	-	(76.825)
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	54.980	54.980
Constituição de reserva legal (Nota 21.3).....	-	-	-	-	2.749	-	-	-	(2.749)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar (Nota 21.3).....	-	-	-	-	-	-	24.151	-	(24.151)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros (Nota 21.3).....	-	-	-	-	-	15.022	-	-	(15.022)	-
Dividendo obrigatório (Nota 21.3).....	-	-	-	-	-	-	(2.865)	-	(13.058)	(15.923)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016.....</b>	<b>285.411</b>	<b>383.618</b>	<b>3.512</b>	<b>(35.947)</b>	<b>5.295</b>	<b>15.022</b>	<b>66.028</b>	-	-	<b>722.939</b>
Ganhos e perdas atuariais líquido do efeito tributário.....	-	-	-	11.070	-	-	-	-	-	11.070
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	119.146	119.146
Constituição de reserva legal (Nota 21.3).....	-	-	-	-	5.957	-	-	-	(5.957)	-
Realização de reserva de lucros a realizar (Nota 21.3).....	-	-	-	-	-	-	(4.983)	-	-	(4.983)
Constituição de reserva para recomposição de ativos (Nota 21.3).....	-	-	-	-	-	-	-	84.892	(84.892)	-
Dividendo obrigatório (Nota 21.3).....	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.297)	(28.297)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017.....</b>	<b>285.411</b>	<b>383.618</b>	<b>3.512</b>	<b>(24.877)</b>	<b>11.252</b>	<b>15.022</b>	<b>61.045</b>	<b>84.892</b>	-	<b>819.875</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
MÉTODO INDIRETO**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Atividades operacionais</b>				
Resultado do exercício.....	119.146	54.980	119.146	54.980
Resultado de equivalência patrimonial.....	(15.438)	(9.130)	-	-
Depreciação/ amortização.....	931	925	4.872	4.864
Juros contrato mútuo.....	-	(1.001)	-	-
Baixa cauções e depósitos vinculados.....	-	3.343	-	3.343
Despesa de entidade de plano de previdência.....	13.991	4.301	13.991	4.301
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	935	2.779	935	2.779
Provisão riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	7.646	13.821	7.646	13.821
Tributos diferidos.....	15.495	4.573	15.495	4.573
Ganhos na alienação de bens e direitos.....	(2.379)	(1.473)	(2.379)	(1.473)
Juros sobre financiamentos.....	-	-	7.808	8.640
Acordo Sabesp.....	(123.796)	-	(123.796)	-
Juros e variações monetárias acordo Sabesp.....	(4.740)	-	(4.740)	-
Juros e variações monetárias do arrendamento financeiro.....	(39.005)	(78.513)	(39.005)	(78.513)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Revendedores e consumidores.....	14.607	(15.841)	14.783	(16.219)
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	426	168	429	160
Imposto de renda e contribuição social a recuperar.....	(1.330)	2.784	(1.320)	2.773
Serviços emergenciais - Canal Pinheiros.....	(1.689)	6.341	(1.689)	6.341
Estoques.....	176	134	176	134
Despesas antecipadas.....	105	22	(31)	22
Cauções e depósitos vinculados.....	610	(2.812)	681	(975)
Sabesp.....	16.076	-	16.076	-
Outros créditos.....	(2.593)	1.888	(1.648)	2.499
Contribuições para plano de previdência.....	(14.961)	(35.663)	(14.961)	(35.663)
Fornecedores.....	1.764	336	1.839	342
Folha de pagamento.....	822	558	822	558
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....	(230)	462	(230)	462
Tributos e contribuições sociais.....	(553)	398	(512)	454
Imposto de renda e contribuição social a recolher.....	19.931	14.099	21.073	15.547
Taxas regulamentares.....	(301)	169	(302)	169
Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas.....	(4.016)	(5.429)	(4.016)	(5.429)
Encargos de uso da rede elétrica.....	10	-	10	(10)
Depósitos vinculados.....	-	(7.178)	-	(7.178)
Outros.....	1.374	2.306	1.048	944
	<b>3.014</b>	<b>(42.653)</b>	<b>32.201</b>	<b>(17.754)</b>
Juros pagos com financiamentos.....	-	-	(6.874)	(7.305)
Dividendos recebidos.....	2.168	3.896	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(20.074)	(13.956)	(21.216)	(15.482)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(14.892)</b>	<b>(52.713)</b>	<b>4.111</b>	<b>(40.541)</b>
<b>Atividades de investimento</b>				
Aquisição de imobilizado.....	(5.652)	(269)	(6.750)	(880)
Aquisição de ativos indenizáveis.....	(7.620)	(3.473)	(7.620)	(3.473)
Aquisição de intangível.....	(1.356)	(594)	(1.356)	(594)
Recebimento de arrendamento financeiro.....	84.024	82.722	84.024	82.722
Recebimento da venda de ativo imobilizado.....	5.029	3.141	5.029	3.141
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento</b>	<b>74.425</b>	<b>81.527</b>	<b>73.327</b>	<b>80.916</b>
<b>Atividades de financiamento</b>				
Dividendos pagos.....	(14.816)	(3.629)	(14.816)	(3.629)
Mútuo entre partes relacionadas.....	-	5.589	-	-
Financiamentos.....	-	-	(6.687)	(6.612)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>(14.816)</b>	<b>1.960</b>	<b>(21.503)</b>	<b>(10.241)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>44.717</b>	<b>30.774</b>	<b>55.935</b>	<b>30.134</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	75.162	44.388	80.279	50.145
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	119.879	75.162	136.214	80.279
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>44.717</b>	<b>30.774</b>	<b>55.935</b>	<b>30.134</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

Em cumprimento às disposições legais, a Administração da EMAE submete a V.Sas. relatório das atividades da Companhia no exercício 2017 e Demonstrações Contábeis Regulatórias, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

### CARTA DO PRESIDENTE

Ao longo dos anos, a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“EMAE” ou “Companhia”) tem buscado consolidar seu equilíbrio econômico-financeiro, buscando otimizar suas instalações e operações para adequá-las às suas receitas e solucionar as diversas questões presentes em seu cotidiano por meio de redução de custos, gestão do fluxo de caixa, incremento de receita e desenvolvimento de novos negócios. Seguindo este propósito, o ano de 2017 foi positivo para a EMAE, pois proporcionou a realização de alguns pontos importantes no atingimento desta visão.

Dentre as principais realizações podemos citar a celebração do Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças com a Sabesp, encerrando uma longa discussão e finalizando os processos que tramitavam nas esferas judicial e arbitral relacionados à retirada de água dos reservatórios Billings e Guarapiranga. O instrumento prevê o pagamento de R\$ 218,1 milhões, distribuídos da seguinte forma: R\$ 46,3 milhões, em cinco parcelas anuais e sucessivas de R\$ 9,254 milhões, corrigidas monetariamente pelo IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo e 26 parcelas anuais sucessivas de R\$ 6,6 milhões, também corrigidas pelo IPCA. Com a entrada em vigor do Instrumento, em outubro de 2017, teve início o pagamento das parcelas, inclusive as vencidas, devidamente corrigidas na forma acordada.

No campo de remuneração e benefícios a empregados, merece destaque a renegociação do prazo de amortização do contrato de confissão de dívida do plano Benefício Suplementar Saldado - BSPS, bem como o fechamento para adesões ao plano de previdência complementar vigente e a criação de um novo plano, na modalidade Contribuição Definida - CD a ser oferecido a colaboradores que vierem a ingressar na Companhia, em fase de aprovação na PREVIC. Essas ações resultam em um melhor ajuste entre as necessidades de caixa dos planos de pensão e a geração caixa da EMAE. O fechamento do plano atual para novas adesões e o novo Plano CD mitigam a formação de novos passivos atuariais no futuro.

Com o vencimento do prazo de validade do Termo de Transação Extrajudicial para revisão do modelo de negócio vigente entre a EMAE e a Baixada Santista Energia (“BSE”), relativo ao arrendamento da UTE Piratininga, devido a não implementação de condições suspensivas, um novo contrato foi celebrado entre a EMAE e a Petrobras para prestação dos serviços de operação e manutenção das unidades da UTE Piratininga, o qual permitiu a geração de 81,6 MW médios no período de outubro a dezembro de 2017.

Em setembro de 2017, assinamos contrato de investimento com a Gasen, para desenvolvimento e construção de usina termelétrica na Zona Sul de São Paulo, em área da EMAE. O complexo térmico terá potência de até 1,20 GW (estimada) e é fruto da Chamada Pública nº1/2015 - Implantação e exploração de usina termoelétrica a gás natural em área de propriedade da EMAE.

No âmbito operacional, o destaque do ano foi a conclusão da recuperação das unidades geradoras da PCH Pirapora, após a longa indisponibilidade durante o ano de 2016, ocasionada por danos às suas turbinas, as quais foram totalmente reconstruídas com acompanhamento e certificação da projetista original das máquinas, a empresa italiana Franco Tosi Meccanica. Durante a recuperação foram seguidos os mais altos padrões de engenharia, com a incorporação de diversos ajustes, reparos e melhorias nos sistemas eletromecânicos e nas estruturas civis da usina. Os trabalhos fizeram parte da garantia da Usina e respeitaram um rígido cronograma, garantindo antecipação do retorno à operação das unidades dois meses antes do prazo informado à Aneel.



Trabalhamos fortemente na consolidação da Universidade Corporativa EMAE, com a realização de 1.126 horas de treinamento em 2017. Além disso, continuamos incentivando a busca incessante por excelência em segurança, com a realização de 5.721 horas de treinamentos obrigatórios de segurança do trabalho.

Quando o assunto é meio ambiente, reforçamos, dia a dia, nosso compromisso com a atuação responsável, buscando incessantemente minimizar e, sempre que possível, eliminar os impactos ao meio em que nossas operações se desenvolvem. Nossos projetos de manutenção e expansão dos nossos ativos colocam a variável ambiental em primeiro lugar, de forma a produzir o mínimo impacto junto ao ambiente e às comunidades onde estamos inseridos.

Aos nossos acionistas fica a certeza que a cada ano a Companhia vem se consolidando, uma vez que os resultados dos últimos três exercícios foram positivos (2017: R\$ 119,1 milhões, 2016: R\$ 54,9 milhões e em 2015: 59,8 milhões), mesmo com um cenário econômico desfavorável, demonstrando o cuidado e o zelo da Administração na condução dos negócios, refletindo na busca do justo retorno aos acionistas.

Por fim chegamos em 2018, ano em que completamos 20 (vinte) anos de existência, com importantes desafios como a primeira revisão tarifária da Receita Anual de Geração - Cotas; a continuidade do desenvolvimento das termelétricas selecionadas na Chamada Pública nº 01/2015; o acompanhamento da renovação da concessão da UTE Piratininga, a cargo da subsidiária da Petrobras, BSE Energia e a viabilização regulatória da remotorização da Barragem de Edgar de Souza. Por fim, ressaltamos novamente a importância dos resultados de 2017, que representam um legado de iniciativas estratégicas realizadas que permitirão a continuidade das operações da Companhia de forma sustentável nos próximos anos.

## **GERAÇÃO**

As usinas da Empresa estão conectadas ao sistema interligado nacional e possuem importância estratégica para o sistema dado, principalmente, a sua localização próxima ao principal centro de carga do país. Em termos percentuais, a EMAE responde por 1,06% da capacidade instalada de geração de energia elétrica do Brasil, correspondendo a, cerca de, 6,46% da capacidade hidrelétrica instalada no Estado de São Paulo.

### **Sistema energético operado pela EMAE**

O complexo hidroenergético operado pela Companhia está centrado na Usina Hidroelétrica Henry Borden, cujas principais estruturas associadas são os reservatórios Billings e Pedras, o canal Pinheiros, as usinas elevatórias de Traição e Pedreira e a Estrutura de Retiro. A Companhia possui, ainda, a concessão de duas pequenas usinas hidroelétricas, a UHE Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e a UHE Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê. Todos esses aproveitamentos tem sua energia e potência integralmente contratadas no regime de cotas com as distribuidoras. A EMAE possui, também, uma subsidiária integral, denominada Pirapora Energia S.A., detentora e operadora da PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada. Inaugurada em 23 de dezembro de 2014, a usina teve 16 MW médios vendidos no mercado regulado, pelo período de 30 anos, com início de fornecimento em 2015.

Em 31/12/2017, a Empresa detinha 960,8 MW de potência instalada em operação, dos quais 935,8 MW como controladora e 25 MW por meio da participação (100%) na SPE, conforme quadro a seguir:

*Parque Gerador - Características Físicas*

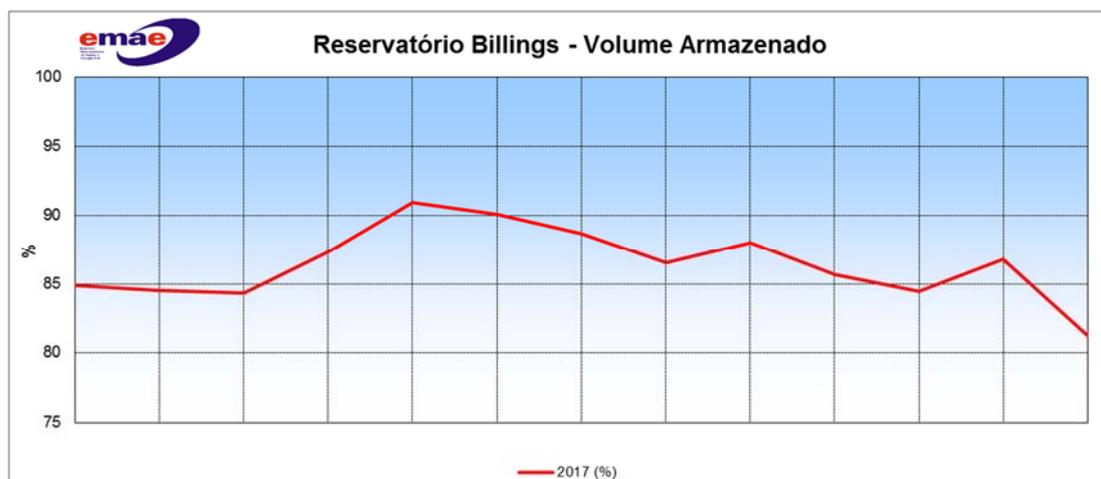
Usinas	Potência Instalada (MW)	Garantia Física / Energia Assegurada (MW médios)	Propriedade	% Potência Instalada (MW)	% Garantia Física (MW Médios)	Início da Outorga	Vencimento da Outorga
<b>INTEGRAL</b>							
UHE Henry Borden	889	127,7	100 %	92,53%	75,86%	01/01/2013	30/11/2042
UHE Porto Góes	24,8	11,63	100 %	2,58%	6,91%	01/01/2013	30/11/2042
UHE Rasgão	22	11,84	100 %	2,29%	7,03%	01/01/2013	30/11/2042
<b>SOCIEDADE DE PROPOSITO ESPECIFICO</b>							
PCH Pirapora	25	17,17	100 %	2,60%	10,20%	24/06/2008	31/12/2044
<b>Tot al</b>	<b>960,8</b>	<b>168,34</b>	<b>100 %</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>		

## Hidrologia

A chuva média acumulada em 2017 foi de 1516 mm na rede de 14 postos pluviométricos utilizada na operação do sistema hidráulico da EMAE, representando cerca de 107% da média histórica. A soma das vazões naturais afluentes aos reservatórios Billings e do Rio das Pedras representou aproximadamente 96% da média histórica.

O bombeamento das águas do Rio Tietê, Reservatório do Guarapiranga e Canal Pinheiros para o Reservatório Billings é realizado em conformidade com norma específica para este fim. Em 2017 ocorreram 42 eventos de bombeamento para essa finalidade, totalizando 694 horas no ano.

O reservatório Billings, principal reservatório da Companhia, que iniciou 2017 com 85,06% de seu volume útil, atingiu 88,85%, em 23 de janeiro. A partir dessa data o nível d'água depreciou-se, chegando a 83,65% no 24 de fevereiro, quando voltou a se recuperar, chegando a 92,49%, em 08 de junho, armazenamento máximo observado no ano. Posteriormente, o nível d'água voltou a cair gradativamente até representar 80,80% do seu volume útil, em 30 de dezembro, valor mínimo verificado no ano. Esse reservatório encerrou 2017 com armazenamento de 81,54% do seu volume útil.



## MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

A partir da assinatura do Segundo Termo Aditivo do Contrato de Concessão nº 002/2004 - ANEEL, em 4 de dezembro de 2012, já sob as condições estabelecidas pela Medida Provisória - MP 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013, as usinas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes passaram a ser remuneradas por meio de contratos com as distribuidoras no Regime de Cotas de Energia e Potência.

Em 2017, a produção das usinas da Companhia atingiu 1.199,43 GWh (137,0MW médios).

Usinas	Potência Instalada (MW)	Geração Verificada 2017 (MWmédio)
Henry Borden	889,0	107,66
Porto Góes	24,8	7,98
Rasgão	22,0	12,15
Pirapora	25,0	9,14
<b>TOTAL</b>	<b>960,8</b>	<b>136,93</b>

A Receita Anual de Geração (RAG + CFURH + Tributos), homologada pela ANEEL e paga em parcelas duodecimais, pelos Contratos de Cotas de Garantia Física e Potência (CCGFs) das usinas são:

Usinas	Potência Instalada (MW)	RAG (2017) R\$ mil
Henry Borden	889,0	157.404
Porto Góes	24,8	5.695
Rasgão	22,0	6.502
<b>TOTAL</b>	<b>935,8</b>	<b>169.601</b>

No período findo em 31 de dezembro de 2017, o fornecimento para consumidores livres resultou em um faturamento de R\$ 5.492 (R\$ 8.937 em 31 de dezembro de 2016). Para garantir tais contratos foram promovidos leilões de compra de energia elétrica, sendo que para este ano, a energia objeto da venda vem sendo adquirida da BOLT Serviços e Comercialização de Energia Ltda.

A PCH Pirapora, subsidiária integral da EMAE, em operação comercial desde 1º de janeiro de 2015, obteve uma receita de R\$ 33.145 mil, proveniente da venda de 16 MW médios no ACR.

*Energia comprada - ACL*

CCEE - Consumidor livre - Leilão Andrade & Canellas de compra de energia elétrica (21/11/2007)	ACL	R\$ 5.492.257,20	IGP-M em 1º/janeiro
COMERCIALIZADOR - LEILÃO COMPASS N5/16	ACL	R\$ 5.350.257,60	N/A

**Receita com Prestação de Serviços para Terceiros**

A EMAE presta, para terceiros, os serviços objeto dos contratos: i) com a Baixada Santista Energia - BSE, para execução dos serviços de operação e manutenção das usinas termoeletricas Fernando Gasparian e Piratininga e ii) com a Prefeitura Municipal de São Paulo, para operação e manutenção da Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda, responsável pelo controle das cheias do córrego Água Espraiada. Em 2017, a receita obtida com a prestação de serviços para terceiros alcançou 17.261 milhões.

**MODELO DE NEGÓCIO**

Usinas	Modelo de Negócio	Receita (estimada 2017/2018)	Anual	Data e Índice de Reajuste no ACR
Henry Borden	Regime de Cotas - 100% ACR até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	ACR R\$ 146.853.459,28	(RAG)	IPCA em 1º/julho
Porto Góes	Regime de Cotas - 100% ACR até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	ACR R\$ 5.843.532,19	(RAG)	IPCA em 1º/julho
Rasgão	Regime de Cotas - 100% ACR até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	ACR R\$ 4.849.023,30	(RAG)	IPCA em 1º/julho
Pirapora	CCEAR - 10º Leilão de Energia de Novos Empreendimentos (30/7/2010)	ACR R\$ 33.144.884,03		IPCA na data base da Distribuidora

**NOVOS NEGÓCIOS E PARCERIA**

A EMAE continuou trabalhando para o desenvolvimento e implantação de novos negócios. Nesse sentido assinou em 28/09/2017 o contrato de investimento com a Gasen para desenvolvimento e construção de nova usina termoeletrica na área da sede, junto a Usina Piratininga. O projeto está inserido na Chamada Pública nº1/2015 - Implantação e exploração de usina termoeletrica a gás natural em área da EMAE com potência total de 2.000 megawatts. Na chamada, foram selecionadas duas empresas parceiras, Gasen e AES Tietê. Atualmente, está em andamento o processo de "Due Dilligence" entre as Empresas. O processo de licenciamento ambiental para todo o empreendimento está sendo conduzido pela EMAE. A Empresa vem buscando obter a outorga para remotorização da Barragem Edgard de Souza. Em 2012, a concessão da usina expirou e o pedido de prorrogação foi indeferido e a decisão sobrestada, para, na sequência, ser definitivamente indeferido em razão de a usina não possuir equipamentos de geração. Com a promulgação da Lei nº 12.783/2013, ficou estabelecido que as concessões das usinas não prorrogadas deveriam ser licitadas. No entanto, com a Lei no 13.360/2016, que altera as condições de outorga da Lei nº 12.783/2013 para empreendimentos com capacidade de até 50MW, liberando a obrigatoriedade de licitação para esses empreendimentos, a EMAE entrou novamente com o pleito de obter autorização como Produtor Independente de Energia Elétrica. O assunto se encontra em análise na Consultoria Jurídica do Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia continua o estudo, em conjunto com o Departamento Hidroviário - DH, de integração dos sistemas de navegação no rio Tietê com a geração de energia. Dentro desse trabalho, formalizou junto à ANEEL o sumário executivo do Aproveitamento Hidrelétrico AHE Guaxatuba, o qual foi aceito, permitindo o início do processo de licenciamento ambiental do empreendimento.

Continua aberta a Chamada Pública nº1/2016 - "Novas oportunidades de negócios de geração de energia a partir de fontes renováveis", que tem o objetivo de selecionar potenciais parceiros para analisar e desenvolver oportunidades de negócio em geração de energia a partir de fontes renováveis. No âmbito da Chamada, foi proposta uma etapa específica de Chamamento Público para fonte fotovoltaica, para selecionar interessados em oportunidade de negócio em empreendimentos fotovoltaicos, com módulos de até 5 MWp, junto à Barragem Edgard de Souza. Apesar de nove interessados terem participado do processo, nenhum deles atendeu aos requisitos da Chamada, que continua aberta a novos proponentes..

## **DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

As informações relativas ao desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações descritos a seguir, devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas, disponibilizadas em [www.emae.com.br/ri](http://www.emae.com.br/ri).

No exercício de 2017, a receita operacional bruta da EMAE sofreu uma pequena variação positiva de 2,74% em relação a 2016. A principal fonte de receita continua sendo as Cotas de Energia, que representam 69,88% do montante total, apesar da queda ocasionada por pelo reconhecimento integral, em 2016 de R\$ 16.094 referente ao adicional de receita relativo aos bens não reversíveis do período de janeiro de 2013 a junho de 2015 de acordo com a Nota Técnica nº 232/2016 - SGT/ANEEL de 14/07/2016. É importante destacar o aumento das receitas com Suprimento de Energia de comercializadores, Energia de Curto Prazo e o impacto da celebração de um novo contrato de operação e manutenção com a Petrobras na rubrica Prestação de Serviço. Essas contas variaram em relação a 2016, 141,66%, 260,36%, 80,86%, respectivamente. Há que destacar, ainda, a queda de 38,55% na receita com Fornecimento de Energia (venda a consumidores finais), decorrente do aditivo contratual com a Toyobo que alterou o volume e preço contratado a partir de julho de 2016.

Os custos dos serviços de energia elétrica somados às despesas gerais e administrativas, em 2017, apresentaram um aumento de 8,22% em relação a 2016. Contribuíram para esse aumento, as despesas com Pessoal, que variou 9,65% - impactada pelo custo de rescisões trabalhistas e pelo aumento dos custos com assistência médica -, e Serviço de terceiros, que teve um aumento de 17,56% em função, principalmente, das despesas com a assessoria jurídica para celebração do acordo com a Sabesp e do aumento dos custos para atendimento do contrato de operação e manutenção da UTE Piratininga.

O Resultado Financeiro do exercício 2017 foi 41,35% inferior ao registrado em 2016, ocasionado pela redução da atualização monetária sobre o saldo do arrendamento da UTE Piratininga nos exercícios (variação IGP-M 2017 -1,91% e 2016 7,17%), parcialmente compensado pelas Receitas Financeiras, que registraram um aumento de 8,4%, impactadas pelos Rendimentos de aplicações financeiras, 36,5% maior que em 2016, e a entrada de recursos do Acordo Sabesp, que juntas, representam 34,3% do total das receitas financeiras.

Como reflexo dos principais fatos econômico-financeiros, a EMAE obteve no exercício findo em 31/12/2017, lucro líquido consolidado de R\$ 119,1 milhões, resultado esse 116,82% maior que o do exercício anterior.

## **INVESTIMENTOS**

### **Investimento nas Instalações**

Com o objetivo de manter a confiabilidade, segurança e disponibilidade dos ativos e visando compatibilizar as necessidades de investimentos, a EMAE investiu, no exercício de 2017, recursos próprios da ordem de R\$ 10,0 milhões nas suas instalações de geração e estruturas hidráulicas.

Os investimentos para o exercício de 2018 foram aprovados na 327ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 06.12.2017, no montante de R\$ 28 milhões.

### **Pesquisa e Desenvolvimento**

Por força da Lei Federal nº 9.991, de 24 de julho de 2000, os Agentes de Geração de Energia do Setor Elétrico são obrigados a aplicar 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida - ROL em Pesquisa & Desenvolvimento - P&D do Setor Elétrico.

Para a EMAE, o início de sua participação com essas obrigações de P&D se deu a partir de 2004, com a assinatura do seu primeiro contrato de concessão.

Desde o início do programa na Empresa, em setembro de 2004, até dezembro/2017, a Companhia já deduziu de sua ROL cerca de R\$ 21,05 milhões em P&D, dos quais R\$ 8,42 milhões foram destinados, sem correção de valor, para conta de desenvolvimento de projetos, R\$ 8,42 milhões destinados em taxas para o FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, e R\$ 4,21 milhões destinados em taxas para a Coordenação Geral de Orçamento e Finanças do Ministério de Minas e Energia, conforme resolução setorial. Os recursos destinados a projetos de P&D são acumulados em uma conta específica, reajustada pela SELIC, conforme determina a regulamentação da ANEEL. Do total dos recursos aplicados na conta de P&D, já foram desembolsados para a realização de projetos R\$ 8,50 milhões.

No exercício de 2017, foi concluído o contrato do projeto de P&D cooperado com outras concessionárias intitulado "Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração de Energia Elétrica a partir de Biogás Oriundo de Resíduos e Efluentes Líquidos na Matriz Energética Brasileira" e foram iniciados 4 (quatro) novos projetos de P&D próprios da Empresa, captados na Chamada Pública lançada em 2016, sob os seguintes títulos: (i) Análise Preditiva baseada em Inteligência Artificial para Sistemas Supervisórios de Usinas Hidrelétricas; (ii) Análise da variabilidade solarimérica e redução da vida útil de sistemas fotovoltaicos em locais inóspitos: estudo de caso na região do Tietê; (iii) Estudo da influência da comunidade vegetal sob áreas de encosta - impactos sobre a manutenção, Usina Henry Borden (UHB), Cubatão, São Paulo; e (iv) Impacto ambiental na água do reservatório Billings/SP no controle de Eichhornia crassipes e Pistia stratiotes utilizando os herbicidas Diquat, Imazapyr e Glifosato.

Ainda em 2017, foi lançada nova Chamada Pública para captação de propostas de projetos de P&D, sendo contabilizadas até dezembro, 5 (cinco) propostas enviadas por instituições interessadas em desenvolver pesquisa, cujos conteúdos se encontram em avaliação.

## MERCADO DE CAPITAIS

### Composição Acionária

A EMAE é uma sociedade de capital aberto, de direito privado, cujo controle acionário é exercido pelo Governo do Estado de São Paulo.

O capital social integralizado de R\$ 285.411 mil está dividido em uma base acionária composta por 29.237 acionistas, sendo as ações divididas em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais de classe única. Os dez maiores acionistas da EMAE detêm 93,94% do capital da EMAE.

### Capital Total



O capital social pode ser aumentado, conforme Estatuto social aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2011, até o limite máximo de R\$ 1.116.050 mil, mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvindo-se antes o Conselho Fiscal.

### Cotação Máxima, Média, Menor e Variação Ações EMAE 2017.

	Data da Ocorrência	1ª Cotação R\$	Variação (%) em Relação ao Fechamento 30/12/2016	Número de Ocorrências
Máxima	16/05/2017	10,69	6,0606	2
Média	12/04/2017	9,24	7,1069	1
Mínima	30/08/2017	7,60	7,2261	1

### Valor de Mercado (Capitalização de Mercado)

Valor Médio Ponderado das ações no período (30/12/2016 à 30/12/2017): R\$ 8,9676  
 Valor de Mercado: R\$ 331.326.854,35

### Análise do Mercado Financeiro no Exercício 2017

As ações preferenciais da Companhia (EMAEE) encerraram o ano cotadas a R\$ 9,10, representando uma valorização de 6,06% no exercício. No mesmo período, o Ibovespa valorizou 26,86% e o Índice de Energia Elétrica (IEE), setor no qual atuamos, valorizou 10,04%. Em 2017, foram pagos a título de dividendo, referente ao exercício de 2016, para as ações preferenciais R\$ 0,4471145 por ação, o que representa 4,914% de dividendo *yield* e para as ações ordinárias o dividendo pago por ação foi de R\$ 0,406495, equivalente a 4,467% de dividendo *yield*.

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

A EMAE tem o compromisso de manter os mais altos padrões profissionais e éticos na condução de seus negócios e na relação com os investidores e com o mercado, assim, busca o aprimoramento contínuo de suas práticas de governança corporativa, com foco na transparência e na probidade nos negócios que está envolvida. Dentro dessa visão, a Companhia atende a todos os regulamentos que regem a atuação e relacionamento das empresas listadas com o mercado e busca se adequar às novas exigências impostas pela legislação voltada para as sociedades de economia mista.

A Companhia compreende que é sua responsabilidade combater a corrupção em todas as suas manifestações e assume o compromisso de conduzir suas atividades sem se submeter à influência de suborno e de tratativas escusas. Sendo assim, busca conscientizar seus colaboradores e todas as pessoas físicas ou jurídicas que possam representar a Companhia sobre os danos causados pela corrupção.

A EMAE adota um modelo de governança no qual o direcionamento estratégico da Companhia é feito pelo Conselho de Administração (“CA”) responsável também pelo acompanhamento dos planos, programas, projetos e do orçamento aprovado. Em 2017, o CA era composto por 10 (dez) membros, sendo um deles independente, um eleito pelos acionistas preferencialistas e um eleito pelos empregados, nos termos do Estatuto Social da Companhia. A Diretoria, composta por 04 (quatro) membros, é o órgão da administração responsável pela gestão operacional da Companhia. A EMAE conta ainda com um Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, com 5 (cinco) membros titulares - sendo um deles eleito pelos acionistas preferencialistas -, e um Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, eleito em 2017, nos termos da lei 13.303/2016.

A Companhia conta, também, com auditoria interna e externa, esta última realizada por auditor independente, sujeito a rotatividade estabelecida nos termos da Instrução CVM nº 308/99, e uma área de relações com investidores.

A EMAE possui como seus principais instrumentos de governança seu Estatuto Social, Políticas de Segurança e Saúde, de Divulgação de Informação Relevante e de Transações com Partes Relacionadas, esta última aprovada pelo Conselho de Administração em dezembro de 2017, a qual possui como principal objetivo assegurar que as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses, sejam tomadas conforme os interesses da Companhia e seus acionistas.

Do ponto de vista de estrutura, conforme determina o Estatuto Social da Companhia, a EMAE apresenta a seguinte estrutura de governança:

- **Conselho de Administração**<sup>1</sup>

A instância máxima da Administração da EMAE corresponde ao Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 11 (onze) membros, eleitos pela Assembleia Geral. Dentre os membros do Conselho de Administração, o Estatuto Social da EMAE assegura a participação de no mínimo 1 (um) membro Independente, 1 (um) membro eleito pelos acionistas preferencialistas, em eleição em separado, e 1 (um) membro eleito pelos empregados.

---

<sup>1</sup> Mais informações a respeito do Conselho de Administração estão disponíveis nos artigos 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12, 13 e 14 do Estatuto Social da Companhia disponibilizado em [www.emae.com.br/ri](http://www.emae.com.br/ri) seção “Governança Corporativa” e no Formulário de Referência no item 12.5/6, disponibilizado [www.emae.com.br/ri](http://www.emae.com.br/ri) seção “Informações Financeiras/Formulário de Referência”.

Atualmente os membros do Conselho de Administração são:

---

Mario Engler Pinto Junior - Presidente

---

Jairo Klepacz - Conselheiro Independente

---

Rita Joyanovic - Conselheira (eleita por controlador)

---

Carlos Antonio Luque - Conselheiro (eleito por controlador)

---

Marcio Rea - Conselheiro (eleito por controlador)

---

Nelson Luiz Rodrigues Nucci - (eleito por controlador)

---

Luiz Carlos Ciochi - Conselheiro (eleito por controlador)

---

Zevi Kann - Conselheiro (eleito por controlador)

---

Ronaldo Garcia Barboza - Conselheiro (eleito preferencialista)

---

Ricardo Vassão dos Santos - Conselheiro (representante dos empregados)

---

- **Diretoria Executiva<sup>2</sup>**

Composta por um Diretor-Presidente e três diretores, que exercem suas atribuições de acordo com o determinado pelo Estatuto Social e Regimento Interno da Diretoria. A Diretoria Executiva é eleita pelo Conselho de Administração, por um período de dois anos, permitida a reeleição. Sua composição em dezembro de 2016 era:

---

Luiz Carlos Ciochi - Diretor-Presidente

---

Carlos Alberto Marques da Silva - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

---

Paulo Roberto Fares - Diretor Administrativo

---

Jean Cesare Negri - Diretor de Geração

---

- **Conselho Fiscal<sup>3</sup>**

O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, com igual número de suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral. Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e suas alterações, um dos membros titular e seu respectivo suplente podem ser eleitos pelos titulares de ações preferenciais, em votação em separado. Seu funcionamento é permanente, e suas competências e atribuições são as previstas na Lei e no Estatuto Social.

---

<sup>2</sup> Mais informações a respeito da Diretoria estão disponíveis nos artigos 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21 do Estatuto Social da Companhia disponibilizado em [www.emae.com.br/ri](http://www.emae.com.br/ri) na seção “Governança Corporativa” e no Formulário de Referência no item 12.5/6, disponibilizado [www.emae.com.br/ri](http://www.emae.com.br/ri) seção “Informações Financeiras/Formulário de Referência”.

<sup>3</sup> Mais informações a respeito do Conselho do Fiscal estão disponíveis nos artigos 22, 23, 24 e 25 do Estatuto Social da Companhia disponibilizado em [www.emae.com.br/ri](http://www.emae.com.br/ri) na seção “Governança Corporativa” e no Formulário de Referência no item 12.5/6, disponibilizado [www.emae.com.br/ri](http://www.emae.com.br/ri) na seção “Informações Financeiras/Formulário de Referência”.

Membros do Conselho Fiscal eleitos na AGO de 2017.

Efetivo	Suplente
Fabio Bernacchi Maia (eleito por controlador)	André Luiz Grotti Clemente (eleito por controlador)
João Carlos de Souza Meirelles (eleito por controlador)	Marco Antonio Castello Branco (eleito por controlador)
Fernanda Montenegro de Menezes Rizek (eleita por controlador)	Paola Sanches Vallejo de Moraes Forjaz (eleita por controlador)
Pedro Henrique Giocondo Guerra (eleito por controlador)	David Polessi de Moraes (eleito por controlador)

#### Remuneração dos Membros da Administração e Conselho Fiscal

Os Administradores e Conselheiros Fiscais da EMAE têm sua remuneração definida em Assembleia Geral. A política de remuneração bem como sua composição está detalhada no Formulário de Referência (FRe)<sup>4</sup> (itens 13.1, 13.2 e 13.3).

#### Mudanças na Estrutura

No ano de 2017, a única alteração na estrutura da EMAE foi a implantação do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento.

- **Comitê de Elegibilidade<sup>5</sup>**

O Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento (“Comitê”) tem como uma das suas funções auxiliar os acionistas na indicação de Administradores e Conselheiros Fiscais sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições, à luz da Lei 13.303/2016. É responsável também pela supervisão do processo de indicação e de avaliação de Administradores e Conselheiros Fiscais. Além disso, o Comitê pode atuar auxiliando os órgãos da administração, em caráter consultivo, objetivando o aconselhamento estratégico para o atendimento ao interesse público que justificou a criação da Companhia.

Os membros do comitê são:

---

Antônio Fazzani Bina

---

Almir Fernando Martins

---

Cláudio Tucci Junior

---

#### Atendimento a Acionista

O relacionamento com acionistas, investidores e mercado em geral é de responsabilidade da Diretoria Financeira e de Relações com Investidores e sempre é pautado pela transparência, simetria de informação, equidade de tratamento e respeito aos direitos de investidores.

A EMAE dispõe, ainda, de uma área de relações com investidores (RI) que coordena a distribuição das informações ao mercado financeiro em geral, investidores, analistas de mercado, instituições financeiras, órgãos reguladores e fiscalizadores.

<sup>4</sup> Formulário de Referência (FRe) – disponível em [www.emae.com.br/ri](http://www.emae.com.br/ri) na sessão “Informações Financeiras”.

<sup>5</sup> Mais informações a respeito do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento estão disponíveis no artigo 29, 30 e 31 do Estatuto Social da Companhia disponibilizado em [www.emae.com.br/ri](http://www.emae.com.br/ri) na seção “Governança Corporativa” e no Formulário de Referência no item 12.7/8, disponibilizado [www.emae.com.br/ri](http://www.emae.com.br/ri) na seção “Informações Financeiras/Formulário de Referência”.

A Empresa mantém uma Política de Divulgação de Informação Relevante, atualizada em 2016, em consonância com a Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, que estabelece regras que deverão ser observadas pelo Diretor de Relações com Investidores e demais Pessoas Vinculadas.

A EMAE possui um sítio de Relações com Investidores na internet ([www.emae.com.br/ri](http://www.emae.com.br/ri)) concentrando as informações em um único endereço (URL), facilitando, assim, o acesso dos interessados às informações financeiras da Companhia. Esse sítio, específico de Relações com Investidores, mantém grande quantidade de informações de interesse de acionistas e investidores, além de outros públicos. A EMAE publica, ainda, em jornais de grande circulação, informações de interesse desses públicos, além de, conforme a legislação vigente, o relatório anual de administração, fatos relevantes e comunicados ao mercado.

No caso dos conselhos e acionistas, são disponibilizadas informações relativas ao conteúdo das reuniões e assembleias com a antecedência necessária à apreciação.

Entre os instrumentos utilizados pela EMAE para divulgação temos:

- relatório anual de administração;
- formulário de referência;
- informações trimestrais / anuais;
- fatos relevantes / comunicados ao mercado;
- atas, extratos das atas e
- sumários de decisões das assembleias.

Visando a transparência e a equidade da informação, a EMAE disponibiliza em seus websites (<http://emae.com.br> e <http://emae.com.br/ri>), informações sobre a Companhia, contratos, clientes, resoluções tarifárias, seu estatuto, a composição acionária, composição de conselhos e diretoria, entre outras.

A EMAE mantém canais de comunicação com seus públicos, com destaque para os serviços de Relações com Investidores e Ouvidoria.

## **SOCIOAMBIENTAL**

### **Relatório Socioambiental<sup>6</sup>**

A EMAE, desde 2012, publica o relatório seguindo o padrão *Global Reporting Initiative - GRI*, mantendo o atendimento da parte quantitativa nos padrões Aneel.

O relato busca sintetizar as informações a fim de facilitar a leitura e contempla o tripé da sustentabilidade, abordando as dimensões econômico-financeira, social e ambiental.

Em 2017, o relato seguiu as diretrizes da GRI, na opção de adesão “essencial”, e abrangeu o conjunto de indicadores da ANEEL.

---

<sup>6</sup> O relatório está disponível em [www.emae.com.br/ri](http://www.emae.com.br/ri) na seção “Governança Corporativa”.

## Recursos Humanos

### Emprego

A Empresa possui um quadro próprio de 396 empregados e, em consonância com a sua Política Social Empresarial e atenta ao seu bem-estar e às suas necessidades, procura mantê-los sempre motivados e comprometidos, oferecendo uma cesta de benefícios, sendo alguns deles extensivos aos familiares, como assistência médica e odontológica, vale-refeição, vale alimentação, auxílio-creche, auxílio-babá, vale transporte, previdência privada, auxílio pessoa com deficiência e programa de remuneração por resultados.

Distribuição dos empregados por idade e gênero	2017			2016		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Abaixo de 18 anos	0	0	0	0	0	0
De 18 até 30 anos	0	0	0	2	0	2
De 31 até 40 anos	45	4	41	53	6	47
De 41 até 50 anos	171	9	162	180	9	171
50 anos ou mais	180	17	163	200	23	177

### Remuneração, benefícios e carreira (R\$ Mil)

	2017	2016	2015
Folha de pagamento bruta	63.400	58.089	63.175
Encargos sociais compulsórios	21.236	20.740	21.101
Educação	163	157	142
Alimentação	4.604	4.659	4.591
Transporte	19	24	33
Saúde	12.563	9.283	9.690
Fundação	2.129	2.152	2.213
Nº de beneficiados pelo programa de prev. complementar	376	414	450
Outros	N/D	145	137

### Treinamento e Desenvolvimento

No ano de 2017 foram viabilizadas, 7.500 horas de treinamento divididas em cursos ministrados por empregados e instrutores contratados, além de participações em seminários, congressos e cursos de especialização e de segurança no trabalho. No ano, 351 empregados participaram de eventos de treinamento, o que representou cerca de 80% do corpo funcional e gerencial. No total foram 844 participações.

Merecem destaque:

- a continuidade da Universidade Corporativa que realizou 17 eventos com 459 participações ao todo, contabilizando 1.126 horas de treinamento;
- a disseminação do Código de Conduta e Programa de Integridade composto por palestras ministradas em Cubatão, Rasgão e Sede da Empresa e

- o Programa de Estágio, iniciado no segundo semestre, que proporciona a complementação da formação escolar de 15 estudantes, por meio de experiências profissionais que promovem aperfeiçoamento técnico e de relacionamento humano.

A Companhia mantém, para atendimento aos seus colaboradores, os Programas de Concessão de Bolsa de Estudos, Pós-Graduação e Estágio Curricular. Além desses programas para o público interno, também proporciona oportunidades para a sociedade por meio dos Programas Aprendizagem Profissional e de Estágio Curricular Externo.

A fim de buscar a melhoria das habilidades e do desempenho dos seus colaboradores, a EMAE realiza a Avaliação de Desempenho, possibilitando a correção de rumos, melhoria na atuação das equipes, valoração das melhores performances, melhoria na comunicação entre avaliados e avaliadores, além de possibilitar o aumento da produtividade da Empresa. Tal ação tem periodicidade anual e já está consolidada no calendário da Companhia.

#### *Participações em Treinamentos*

	Masc.	Total de Horas	Fem.	Total de Horas	Total Geral Participações	Horas
Superior	250	2.140	76	1.216	326	3.356
Administrativo	19	152	12	96	31	248
Técnico	146	1.168	-	-	146	1.168
Operacional	341	2.728	-	-	341	2.728
<b>Total</b>	<b>756</b>	<b>6188</b>	<b>88</b>	<b>1312</b>	<b>844</b>	<b>7.500</b>

Escolaridade dos colaboradores (as)	Total	2017		Total	2016	
		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
Total Superior e extensão universitária	135	19	116	151	20	131
Ensino Médio	200	9	191	214	11	203
Ensino Fundamental	61	6	55	70	7	63

#### **Segurança, Saúde e Bem-Estar Social**

A Companhia investe na atenção para com a saúde, bem-estar e segurança do trabalho por meio dos serviços de saúde, em especial pela realização de exames periódicos com características que excedem às exigências legais, pela constante conscientização sobre o cuidado com a saúde e bem-estar, valorizando a prevenção por meio de diversas ações e campanhas ao longo do ano e realizando treinamentos com foco na capacitação e prevenção de acidentes, destinados aos empregados do quadro próprio e das empresas contratadas. Assim, a EMAE envida esforços para que os empregados se conscientizem da importância do trabalho com segurança, e de prevenir doenças e acidentes, com a consequente melhoria em sua qualidade de vida.

Além disso, o uso dos equipamentos de proteção individual e coletiva é obrigatório em todas as atividades e a Empresa fiscaliza constantemente o estado de conservação e o uso desses equipamentos.

A Empresa possui e divulga amplamente a sua Política de Segurança e Saúde, que preconiza o respeito à vida, a proteção, a saúde e a segurança no trabalho de seus empregados e de prestadores de serviço como componentes essenciais do desempenho empresarial e responsabilidade fundamental da gerência em todos os níveis.

A EMAE fundamenta a gestão da Segurança e Saúde na busca permanente do bem-estar de seus empregados e prestadores de serviço, no cumprimento da legislação pertinente em vigor e na busca da melhoria contínua dos processos produtivos, através da prevenção, controle e eliminação dos riscos associados ao trabalho e da promoção da saúde e qualidade de vida. Além disso, evidencia as ações elaboradas e realizadas pelo SESMT - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, as quais transcendem o desenvolvimento dos Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e do Laudo das Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT. Além disso, atenta às novas tecnologias, a Empresa investiu fortemente em equipamentos de segurança, principalmente aqueles voltados à segurança para os trabalhos em altura.

Esses são os principais instrumentos utilizados para que os trabalhadores percebam a importância de prevenir doenças e acidentes. Além do SESMT, a EMAE tem estabelecida a formação de duas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPA.

COMISSÕES	QUANTIDADE	% (*)
CIPAs Cubatão e Sede	30	7,2
SESMT	5	1,2
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>8,4</b>

(\*) Em relação ao total de empregados (414)

A Empresa mantém a prática da comunicação de quaisquer ocorrências consideradas como acidente, seja com ou sem lesão, utilizada como uma ferramenta preventiva, uma vez que, pela sua natureza, podem causar acidentes com lesão, tendo em vista o seu potencial de gravidade.

O esforço dispendido para a redução de acidentes, no período, contribuiu para que não houvesse ocorrência que resultasse em mutilação ou óbito, resultando em uma Taxa de Frequência de 8,15 e uma Taxa de Gravidade de 101,42 para 9 acidentes com 112 dias perdidos.

REGIÕES	ACIDENTES	
	Sem Afastamento	Com Afastamento
Interior	1	0
Capital	1	2
Litoral	2	3
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

(\*) Todos do gênero masculino

	2017	2016	2015
Média de acidentes de trabalho por empregado / ano	0,022	0,022	0,035
Acidentes com afastamento temporário de empregados e / ou de prestadores de serviço (%)	1,2	0,45	2,29
Acidentes que resultaram em mutilação ou outros danos à integridade física de empregados e / ou de prestadores de serviço, com afastamento permanente do cargo (incluindo LER) (%)	0	0	0
Acidentes que resultaram em morte de empregados e / ou de prestadores de serviço (%)	0	0	0
Índice TF (taxa de frequência) total da empresa no período, para empregados	8,15	8,43	13,19
Investimentos em programas de prevenção e tratamento de dependência (drogas e álcool) (R\$ Mil)	0	0	5

O sistema de regras aplicado no registro e relato de estatísticas de acidentes indica a inclusão de todas as lesões e mortes. Todos os dias perdidos começam a contar no mesmo dia da ocorrência, sempre em dias calendário.

Não obstante todos os esforços envidados para garantir a segurança dos trabalhadores, em 23/10/2017 ocorreu um acidente de potencial grave na Usina Henry Borden (UHB), situada na cidade de Cubatão, o qual provocou lesões, sem mutilações e incapacidades, em 3 (três) empregados e o afastamento do trabalho de 2 (dois) deles por 15 (quinze) dias e de 1 (um) por 70 (setenta) dias.

Apesar desses empregados já terem retornado ao trabalho continuam recebendo toda a assistência médica especializada necessária para o seu adequado restabelecimento.

Um defeito interno no painel do Centro de Controle de Motores (CCM) provocou a abertura de arco voltaico entre os isoladores dos contatos de 440Vca para a carcaça do painel e o calor, instantaneamente produzido, alcançou esses empregados que, no momento, realizavam o trabalho no equipamento.

A análise e investigação do acidente levaram a Companhia a iniciar uma ampla revisão dos procedimentos de trabalho e de segurança e, também à intensificação da conscientização sobre a importância de serem rigorosamente seguidos os procedimentos operacionais e da adoção plena de um comportamento seguro.

Além dos empregados do quadro próprio, essas ações se estendem aos empregados de empresas prestadoras de serviço. Dos treinamentos realizados com fornecedores, no que diz respeito à segurança, foram dedicadas 2.427 horas para 809 pessoas.

Visando criar e manter uma cultura voltada para a importância da segurança e saúde, a EMAE mantém, também, em sua grade de desenvolvimento, ações voltadas à saúde e valorização da vida. Nesse contexto, em 2017 foram realizadas as seguintes ações:

- Dia Nacional e Mundial da Saúde
- Como prevenir a gripe
- Vacinação Antigripal
- Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial
- Inverno - Doenças mais Comuns

- Dia Mundial sem Tabaco
- Dia Nacional de Combate ao Fumo
- Dia do Desafio - “Você se mexe e o mundo mexe junto”
- Dia Nacional de Combate às Drogas
- Dia Mundial da Obesidade
- Outubro Rosa - “Prevenção do Câncer de Mama”
- Novembro Azul - “Combate ao Câncer de Próstata”
- Semana Nacional Trânsito
- Maio Amarelo - Ação Pela Vida no Trânsito
- Dia Mundial do Coração
- Dia Mundial de Luta contra a AIDS
- Prevenção da Hepatite A e do Tétano
- Orientações sobre estresse, diabetes mellitus e conservação auditiva

A EMAE buscou, ainda, incentivar os empregados a identificar os hábitos cotidianos adequados, considerando as peculiaridades da sua vida pessoal e profissional, para o aprimoramento da sua qualidade de vida, por meio do Programa Qualidade de Vida Bem me Quero, além de aproveitar a capacidade de trabalho dos empregados que, impossibilitados de exercerem plenamente as tarefas de seus cargos, em função de acidente de trabalho ou doença, ligada ou não à atividade profissional, puderam se dedicar à Companhia em outras funções, do mesmo cargo ou de outro, respeitando-se as suas limitações físicas, emocionais e mentais, dentro do Programa de Qualificação Profissional.

A Empresa preza pela observância incondicional do respeito à vida, oferecendo a todo corpo funcional condições e equipamentos adequados à utilização. Tem ainda, como política, prestar a mais ampla assistência, social e financeira, a funcionários envolvidos em acidentes. Finalmente, fundamentada no respeito pelos seus colaboradores, tem como prática comunicar com antecedência qualquer mudança operacional que impacte a rotinas de seu corpo funcional.

A EMAE possui duas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPA, que contam com 35 integrantes, divididos em Sede e Cubatão, enquanto a equipe de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT possui cinco empregados.

### **Comunidade e meio ambiente**

O desenvolvimento das atividades da Companhia deve estar alinhado aos anseios das comunidades onde nossas instalações estão inseridas e com a proteção ao meio ambiente. Com base nessas premissas, a EMAE desenvolve e implanta programas socioambientais incentivando a conservação ambiental e o exercício da cidadania. A Companhia também busca soluções viáveis para compatibilizar a geração de energia, o uso múltiplo das águas e as políticas de saneamento, incorporando a preservação do meio ambiente no planejamento dos empreendimentos, obras e serviços, minimizando e, quando possível, eliminando impactos ambientais.

Além dos programas institucionais (coleta seletiva, coleta de óleo comestível usado e coleta de filme radiográfico), a Companhia deu continuidade aos programas de gerenciamento de resíduos (óleos isolante e lubrificante, lâmpadas contendo vapor de mercúrio, pneus etc.) e de logística reversa, em consonância com a Política Estadual de Resíduos Sólidos.

Merece destaque no ano o Desenvolvimento de Estudos de Dispersão Atmosférica visando a implantação de usinas termoeletricas na área da sede da EMAE e UHE Henry Borden e o contrato para destinação adequada de transformadores contaminados com Bifenilos Policlorados (PCBs). Também destacamos o plantio de mudas nativas para recuperação ambiental de área reintegrada junto ao reservatório Billings, a Caracterização de Material de Dragagem do Canal Pinheiros Superior e Inferior, conforme a licença ambiental das Atividades de Manutenção do Canal do Rio Pinheiros.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS CONTÁBEIS  
REGULATÓRIAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Setor Elétrico no Brasil**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre - ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH - Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

## **2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das Demonstrações contábeis regulatórias individuais e consolidadas foi autorizada em Reunião de Diretoria ocorrida em 24/04/2018. Após a sua emissão, somente o Conselho de Administração tem a prerrogativa para alterar as Demonstrações contábeis regulatórias.

## **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações contábeis regulatórias individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração definiu premissas, com base no seu melhor julgamento das informações disponíveis à época, para elaborar estimativas de determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas reportados nestas demonstrações contábeis. Os valores que serão efetivamente realizados em períodos subsequentes podem divergir destas estimativas realizadas, em função de novos eventos ou de novas informações disponíveis após a data da elaboração das estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e à medida que novos fatos ou informações estejam disponíveis os valores das estimativas são recalculados. Os impactos dessas revisões são reconhecidos prospectivamente.

As informações sobre os principais julgamentos e estimativas, cujos valores reconhecidos são significativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 - Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento;
- Nota 7 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 8 - Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido;
- Nota 10 - Ativo financeiro indenizável;
- Nota 11 - Ativo reversível da concessão;
- Nota 13 - Imobilizado;
- Nota 16 - Entidade de previdência a empregados;
- Nota 18 - Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários;
- Nota 28 - Instrumentos financeiros.

## 2.4 Base de mensuração

As Demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do seguinte item material reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- o ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado conforme explicado na nota explicativa 16.

## 2.5 Demonstrações contábeis regulatórias consolidadas

As demonstrações contábeis regulatórias consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e da sua controlada Pirapora Energia S.A.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora. As políticas contábeis são adotadas de forma uniforme aquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

## 2.6 Informações por segmento

A Diretoria Colegiada da Companhia, coordenada pelo seu Diretor Presidente, realiza o acompanhamento e a revisão das operações da Companhia e de sua controlada de forma integrada considerando um único segmento que é o de geração de energia.

Dessa forma não estão sendo apresentadas informações por segmento, uma vez que elas são as mesmas que as apresentadas na Demonstração do Resultado.

# 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

## 3.1 Receita operacional

As fontes de receita operacional da Companhia e sua controlada referem-se a:

- Receitas relativas à construção de ativos próprios

A Companhia registra a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o *CPC 17 - Contratos de Construção*. Os custos das construções da infraestrutura efetuados pela Companhia são confiavelmente mensurados. Portanto, as receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A perda esperada nos contratos de construção, quando conhecida, é registrada imediatamente como despesa. Considerando que: (i) o modelo regulatório vigente não prevê margem de lucro na remuneração da construção ou melhoria da infraestrutura da concessão; (ii) as construções e melhorias são substancialmente executadas através de serviços especializados de terceiros, e (iii) toda receita de construção está relacionada com a infraestrutura da concessão, a Companhia registra a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

- Fornecimento de energia elétrica

A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem os critérios para a transferência da quantidade de energia vendida para o comprador. De acordo com essas regras, o volume de energia entregue para o comprador é determinado, em bases mensais, de acordo com os termos do contrato de venda de energia. A receita de fornecimento de energia elétrica também inclui as transações no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

- Regime de cotas

A RAG das usinas objeto segundo termo aditivo ao contrato de concessão remuneram os serviços de operação e manutenção, os investimentos realizados, investimentos a realizar e os encargos setoriais. A RAG relativa aos serviços de operação e manutenção e aos encargos setoriais é reconhecida, mensalmente, no resultado à razão de 1/12 avos, de forma a permitir sua confrontação com os custos e despesas dos serviços operação e manutenção e dos encargos realizados no mesmo período. O recebimento dessas cotas ocorre em bases mensais na mesma proporção da receita reconhecida.

Em virtude dos investimentos realizados serem registrados como receita de Contratos de Construção em contrapartida à rubrica Ativo Financeiro Indenizável, a parcela da RAG relativa à remuneração dos investimentos realizados é registrada a crédito da rubrica Ativo Financeiro Indenizável, como recebimento desse contas a receber, e a parcela da RAG relativa a remuneração dos investimentos a realizar é registrada a crédito da rubrica Outras Obrigações, no passivo, como um adiantamento recebido.

Os valores registrados em Outras Obrigações são transferidos a crédito da rubrica Ativo Financeiro Indenizável à medida que os investimentos previstos na RAG são realizados.

- Renda da prestação de serviços

A Companhia possui contratos de prestação de serviços de operação e manutenção da UTE Piratininga. A Companhia reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão dos serviços na data do balanço.

### **3.2 Receitas e despesas financeiras**

As receitas e despesas com juros são reconhecidas no resultado à medida que as receitas são auferidas ou os juros são incorridos. As variações monetárias são apropriadas ao resultado, de acordo com a variação dos índices de atualização monetária, no período de competência.

### **3.3 Benefícios a empregados**

#### **A) BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO A COLABORADORES**

As despesas com benefícios de curto prazo a colaboradores são reconhecidas no resultado, na rubrica de despesas com pessoal, à medida que o serviço correspondente é prestado.

#### B) PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

As obrigações por contribuição ao plano de contribuição definida são reconhecidas no resultado, na rubrica despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados.

#### C) PLANOS DE BENEFÍCIO DEFINIDO

A obrigação líquida da Companhia dos planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado a valor presente para determinar a obrigação da Companhia na data do encerramento de cada exercício, o qual é apresentado líquido de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação do plano de benefício definido é realizado por atuário qualificado.

Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

### 3.4 Impostos e encargos setoriais sobre vendas

Os principais impostos e contribuições que incidem sobre as receitas de vendas são os seguintes:

Imposto sobre serviços - De 2% até 5%, incidentes sobre serviços de qualquer natureza;

Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;

Encargos setoriais - correspondem aos valores gastos a título de compensação financeira de recursos hídricos e a taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica.

P&D - Programa de pesquisa e desenvolvimento - corresponde a 1% da receita operacional líquida conforme determinado pela Aneel.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações contábeis.

### 3.5 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são registrados no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

#### DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido, pela Companhia, no balanço patrimonial na rubrica “Imposto de renda e contribuição social a recuperar ou a recolher” pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, o qual reflete as incertezas, se houver, na sua apuração. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço.

Os impostos a recolher ou a recuperar são compensados somente se certos critérios forem atendidos, entre os quais se for permitido legalmente.

#### DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos apurados de acordo com a legislação societária e os apurados de acordo com a legislação tributária. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que estavam vigentes até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

### **3.6 Estoque**

Os materiais em estoque nos almoxarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção) e no ativo imobilizado em curso (quando destinados a obras), estão registrados ao custo médio de aquisição.

### **3.7 Arrendamentos para terceiros**

A Companhia possui um contrato de arrendamento para terceiros, o qual, na data de seu início, foi classificado como arrendamento mercantil financeiro em razão de transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade legal para a arrendatária. Os recebimentos do arrendamento mercantil são tratados como amortização do contas a receber.

O reconhecimento da receita financeira baseia-se na taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido da Companhia no arrendamento mercantil financeiro.

### **3.8 Ativo financeiro indenizável**

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de geração de energia elétrica, a Companhia, classifica como ativo financeiro, os investimentos na infraestrutura da concessão realizados após a renovação da concessão em 2012, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, conforme previsto na cláusula 7ª, subcláusulas 2ª e 4ª. do segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004 - ANEEL.

A Companhia entende que os investimentos na infraestrutura da concessão são realizados de forma prudente, conforme previsto na Resolução Normativa nº 642, de 16/12/2014. Os investimentos realizados após 31/12/2012 têm sido incorporados à tarifa nas revisões/reajustes da RAG pela ANEEL.

### **3.9 Ativo reversível da concessão**

De acordo com a Lei 12.783, no momento da renovação da concessão, os ativos da concessão são revertidos para a União, mediante indenização. As concessões das usinas de Rasgão, Henry Borden e Porto Góes foram renovadas em 4/12/2012.

Até 31/12/2015, o valor da indenização estava em processo de definição pelo Poder Concedente. Conforme o Decreto 7.850 de 2013, a indenização é determinada através de fiscalização para determinar os ativos indenizáveis e apurar o VNR (valor novo de reposição) desses ativos. Em virtude do Poder Concedente ainda não ter concluído esse processo, em 31/12/2017, a Companhia mantém registrado, na rubrica ativo reversível da concessão, os ativos mensurados ao seu custo histórico, ou seja, pelo valor reclassificado da rubrica ativo imobilizado.

### **3.10 Imobilizado**

#### RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

A Companhia e sua controlada reconhecem os gastos com investimentos no ativo imobilizado se for estimado que tenham vida útil econômica superior a um ano e se espera que venham trazer benefícios econômicos futuros. Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

#### A) CUSTOS SUBSEQUENTES

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios econômicos futuros sejam auferidos pela Companhia e sua controlada.

#### B) DEPRECIAÇÃO

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são largamente utilizadas no setor de energia elétrica e aceitas pelo mercado como adequadas. A determinação da depreciação sobre o imobilizado de Pirapora levou em consideração a melhor estimativa de sua Administração quanto ao direito de indenização dos ativos remanescentes, inclusive o projeto básico de geração, não amortizados ao final da autorização. As taxas médias anuais de depreciação estão apresentadas na Nota nº 13.

### **3.11 Intangível**

#### RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

A Companhia e sua controlada reconhecem os gastos com investimentos no ativo intangível se estes resultem de direitos contratuais ou de outros direitos legais que trarão benefícios econômicos futuros. Os itens do intangível são mensurados pelo custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzidos de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

#### AMORTIZAÇÃO

A amortização é calculada pelo método linear.

### **3.12 Instrumentos financeiros**

A Companhia e sua controlada classificam seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias: i) “empréstimos e recebíveis”; e ii) “passivos financeiros pelo custo amortizado”.

## EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Nessa categoria são classificados os instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estejam cotados em mercado ativo.

Os instrumentos financeiros classificados como “empréstimos e recebíveis” foram registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescidos dos custos de transação e mensurados posteriormente pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

## PASSIVO FINANCEIRO PELO CUSTO AMORTIZADO

Os instrumentos financeiros classificados como “Passivo financeiro pelo custo amortizado” são registrados inicialmente pelo seu valor justo diminuído de seu custo de transação e mensurados posteriormente pelo seu custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Na nota 28 é apresentada uma tabela com a classificação dos ativos e passivos financeiros de acordo com as categorias acima mencionadas.

### **3.13 Redução ao valor recuperável de ativos**

#### ATIVOS FINANCEIROS

Ativos financeiros, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A provisão constituída para redução ao valor recuperável de ativos financeiros está apresentada na Nota nº 7.

#### ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os valores contábeis de ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o ativo é submetido a teste para confirmar a recuperação de seu valor contábil seja por venda ou por uso. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

### **3.14 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários**

A Companhia e sua controlada são parte em processos judiciais e administrativos. Esses processos são avaliados periodicamente pela Administração e seus consultores legais para que uma estimativa razoável de sua probabilidade de perda seja feita. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais em que é provável ocorrer uma saída de recursos para liquidar a contingência ou obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Caixa e bancos conta movimento.....	233	183	1.179	1.249
Aplicações financeiras (a).....	119.646	74.979	135.035	79.030
	<u>119.879</u>	<u>75.162</u>	<u>136.214</u>	<u>80.279</u>

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, sem prazos fixados para o resgate e mantidos pela Companhia e sua controlada para uso em suas operações normais.

- (a) A Companhia aplica sua disponibilidade em Fundos de Renda Fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizou, em média, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 0,7511% ao mês e em 31 de dezembro de 2016, 0,9458% ao mês.

## 5. REVENDEDORES E CONSUMIDORES

### 5.1. Controladora

DESCRIÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					TOTAL 2017	TOTAL 2016
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
<b>Fornecimento de Energia</b>	<b>466</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>466</b>	<b>4.191</b>
- Residencial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>4.191</b>
- Comercial	466	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>466</b>	-
- Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Poderes Públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Serviço Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Serviço Taxado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Fornecimento Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- ( - ) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	14.310	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>14.310</b>	<b>25.192</b>
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>14.776</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>14.776</b>	<b>33.574</b>

## 5.2. Consolidado

DESCRIÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES						VALORES RENEGOCIADOS					TOTAL 2017	TOTAL 2016	
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
<b>Fornecimento de Energia</b>	<b>466</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>466</b>	<b>4.191</b>
- Residencial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.191
- Comercial	466	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>466</b>	-
- Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Poderes Públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Serviço Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Serviço Taxado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Fornecimento Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- ( - ) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	18.153	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>18.153</b>	<b>29.211</b>
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>18.619</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>18.619</b>	<b>37.593</b>

## 6. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA

Em 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras celebraram o Instrumento Particular de Arrendamento dos Ativos da UTE Piratininga (“Arrendamento”), pelo período de 17 (dezesete) anos, com remuneração de R\$ 45.000 por ano, pagáveis em parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M, a partir do segundo ano, com a consequente transferência dos direitos de exploração de geração de energia elétrica e com opção de compra, que poderá ser exercida no décimo segundo ano de vigência do contrato. O Arrendamento possui cláusula resolutiva caso não seja emitido novo ato autorizativo com a liquidação das obrigações pendentes.

A transferência de concessão para exploração da Usina Termoelétrica Piratininga para a Baixada Santista Energia S.A. - BSE foi contemplada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008.

Em 21 de maio de 2008, cumpridas as condições suspensivas então existentes, o contrato tornou-se eficaz. Na mesma data, a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do instrumento particular de arrendamento para a Baixada Santista S.A. - BSE, sua subsidiária integral.

Com a transferência da concessão para a Baixada Santista Energia (“BSE”), coube a esta requerer, como de fato requereu, a renovação junto à ANEEL, em 5 de julho de 2012, a qual foi ratificada posteriormente, em 3 de julho de 2013, de acordo com a Lei nº 12.783, de 13 de janeiro de 2013. O prazo contratual da concessão encerrou-se em 07 de julho de 2015, mas não houve manifestação formal do Poder Concedente sobre o pedido de renovação. Aguarda-se, portanto, a manifestação do Poder Concedente sobre este requerimento, a qual até a data de aprovação destas Demonstrações contábeis regulatórias continuava em processo de análise.

O valor líquido contábil dos ativos relacionados ao Arrendamento seria de R\$ 77.867 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 86.464 em 31 de dezembro de 2016), caso tivessem sido mantidos no ativo imobilizado e depreciados até essa data. Em 31 de dezembro de 2017, a Administração elaborou uma estimativa do valor dos ativos, no caso de não renovação da concessão, para determinar o possível montante a ser indenizado pelo Poder Concedente, conforme estabelece a cláusula décima primeira do contrato de concessão da UTE Piratininga.

Adicionalmente, a Baixada Santista Energia (“BSE”) assumiu a obrigação de devolver os Bens arrendados, no final do prazo de dezessete anos, “no estado de uso e conservação em que os recebeu, consideradas as depreciações e inovações tecnológicas inerentes ao desenvolvimento da operação do Contrato”, cabendo a Companhia direito a indenização caso a BSE não o faça.

Na hipótese de inadimplemento de uma das partes nos termos do contrato, a parte adimplente terá o direito, além da resolução do contrato, conforme previsto, ao pagamento, pela parte inadimplente de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor global de R\$ 765.000.000,00 (Setecentos e sessenta e cinco milhões de reais) corrigidos pelo IGPM desde o cumprimento das condições suspensivas previstas.

A Administração da Companhia entende que a estimativa do valor a ser indenizado, em caso de não renovação da concessão, se aproxima dos montantes a serem recebidos pelas parcelas do arrendamento financeiro com a BSE.

A operação de Arrendamento da UTE Piratininga, na data de seu início, foi classificada como arrendamento mercantil financeiro, pelos seguintes motivos:

- transferência para o arrendatário dos riscos e benefícios inerentes ao controle e à propriedade da UTE;
- no início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos se aproximava do valor justo da UTE;

- o os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que somente o arrendatário poderia utilizá-los sem que fossem feitas modificações significativas.

Demonstrativo da mutação do arrendamento da UTE Piratininga:

Conta	Controladora e Consolidado				Saldo 31.12.17
	Saldo 31.12.16	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	
<b>ATIVO</b>					
Circulante.....	85.141	55.820	22.427	(84.024)	79.364
Não Circulante.....	391.257	(55.820)	16.578	-	352.015
	<b>476.398</b>	<b>-</b>	<b>39.005</b>	<b>(84.024)</b>	<b>431.379</b>

	Controladora e Consolidado	
	31.12.17	31.12.16
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000
Receita financeira não realizada (a).....	(85.780)	(108.207)
Variação monetária.....	405.689	389.111
Recebimentos.....	(653.530)	(569.506)
	<b>431.379</b>	<b>476.398</b>

- (a) Refere-se a variação monetária aplicada sobre o saldo remanescente do contrato de arrendamento, a ser realizado no recebimento das parcelas futuras.

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, por ano de vencimento:

Não circulante	
2019.....	72.558
2020.....	66.335
2021.....	60.645
2022.....	55.445
2023.....	50.690
2024.....	46.342
	<b>352.015</b>

## 7. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
<b>Circulante</b>				
Serviços em curso (a).....	2.241	2.738	2.241	2.521
Bens destinados a conserto (b).....	44	5.772	44	5.772
Dividendos a receber de controlada (c).....	3.667	2.168	-	-
Valores a receber - Energia Livre (d).....	4.144	4.144	4.144	4.144
Funcionários cedidos (e).....	14.793	13.832	14.793	13.832
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (f).....	(20.817)	(19.882)	(20.817)	(19.882)
GSF Pirapora energia (g).....	-	-	928	928
Outras contas a receber (h).....	4.392	-	4.158	-
	<u>8.464</u>	<u>8.772</u>	<u>5.491</u>	<u>7.315</u>
<b>Não Circulante</b>				
GSF Pirapora energia (g).....	-	-	1.209	2.137
	<u>8.464</u>	<u>8.772</u>	<u>6.700</u>	<u>9.452</u>

- a) Referem-se a gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;
- b) Referem-se a saídas de bens que se encontram em estabelecimento de terceiro para conserto;
- c) Referem-se aos dividendos obrigatórios a receber de sua controlada. O saldo em 31.12.16 foi recebido em novembro de 2017, e o saldo em 31.12.17 será pago em data a ser deliberada pela Administração da controlada;
- d) Em decorrência do mandado de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADDEE, em 15/09/2010, que através de liminar suspendeu a cobrança do valor da RTE. A EMAE constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo integral do contas a receber de RTE contabilizado e ainda não recebido;
- e) Referem-se a valores a receber pelos funcionários cedidos a outras entidades do Governo do Estado de São Paulo. Os valores vencidos há mais de 30 dias encontram-se provisionados na rubrica "Provisão para crédito de liquidação duvidosa".
- f) Provisão para crédito de liquidação duvidosa constituída dos seguintes valores: R\$ 14.185, funcionários cedidos; R\$ 4.144, energia livre; R\$ 1.083, multas contratuais; R\$ 1.026, O&M Petrobrás; e R\$ 215 de outros valores a receber.
- g) GSF: Em 06 de janeiro de 2016, o Conselho de Administração da Pirapora Energia autorizou a Empresa a aderir à repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e nas condições estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015.

Para suprir os contratos regulados, a Companhia adquiriu energia elétrica no mercado de curto prazo no valor de R\$ 4.163 e, com a repactuação esses custos foram convertidos em ativo regulatório e o montante foi elevado para R\$ 4.703.

O referido Ativo Regulatório, até seu exaurimento, será utilizado no pagamento do prêmio correspondente ao produto SP100 (cobertura total), na ordem de R\$ 1.332/ano.

- h) Referem-se a diversos valores a receber, tais como: R\$ 1.729, operação e manutenção da UTE Piratininga; R\$ 1.046, multas contratuais; R\$ 574, adiantamento à empregados; R\$ 462, aluguéis; e R\$ 234 relativo a operação e manutenção PCH Pirapora.

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

### 8.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado fiscal

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda	Imposto de Renda	Imposto de Renda	Imposto de Renda	Contribuição Social	Contribuição Social	Contribuição Social	Contribuição Social
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
<b>Lucro antes dos impostos e contribuições.....</b>	154.715	75.928	156.194	77.486	154.715	75.928	156.194	77.486
Alíquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente.....	(38.679)	(18.982)	(39.049)	(19.372)	(13.924)	(6.834)	(14.057)	(6.974)
<b>a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes</b>								
Psap Lei 9.532 - excesso de contribuição.....	(666)	(3.243)	(666)	(3.243)	(240)	(1.167)	(240)	(1.167)
Outros.....	1.912	4.642	1.912	4.642	688	1.671	688	1.671
<b>b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais de períodos anteriores, para os quais não foi registrada provisão</b>								
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL .....	11.422	2.284	11.422	2.284	3.918	681	3.918	681
<b>c) Efeito regime lucro presumido de controlada</b>								
Pirapora Energia S.A.....	-	-	(621)	(666)	-	-	(355)	(362)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado...</b>	(26.011)	(15.299)	(27.002)	(16.355)	(9.558)	(5.649)	(10.046)	(6.151)
Corrente.....	(14.618)	(11.936)	(15.609)	(12.992)	(5.456)	(4.439)	(5.944)	(4.941)
Diferido.....	(11.393)	(3.363)	(11.393)	(3.363)	(4.102)	(1.210)	(4.102)	(1.210)
Alíquota efetiva.....	17%	20%	17%	21%	6%	7%	6%	8%

### 8.2 Composição dos saldos - Parte B do LALUR - Livro de Apuração do Lucro Real:

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e		Controladora e	
	Consolidado	Consolidado	Consolidado	Consolidado
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
<b>Imposto de Renda</b>				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	19.733	15.602	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 e 2013 (b).....	47.170	53.665	-	-
Obrigação fiscal diferida arrendamento (c).....	-	-	89.368	99.196
Obrigação fiscal diferida Sabesp (e).....	-	-	28.115	-
Obrigação fiscal diferida RAG (d).....	-	-	-	2.013
Passivo (Ativo) fiscal diferido ORA (f).....	-	-	(9.423)	(13.616)
<b>Contribuição Social</b>				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	7.104	5.617	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 e 2013 (b).....	11.660	13.999	-	-
Obrigação fiscal diferida arrendamento (c).....	-	-	32.173	35.710
Obrigação fiscal diferida Sabesp (e).....	-	-	10.121	-
Obrigação fiscal diferida RAG (d).....	-	-	-	724
Passivo (Ativo) fiscal diferido ORA (f).....	-	-	(3.392)	(4.902)
	85.667	88.883	146.962	119.125
Provisão para créditos tributários (g).....	(85.667)	(88.883)	(47.933)	(41.293)
	-	-	99.029	77.832

a) Referem-se ao registro, até o exercício de 2017, de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis onde destacamos como as mais relevantes as contingências trabalhistas, cíveis e tributárias e a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

b) Referem-se a saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, referentes aos exercícios de 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 e 2013;

c) Referem-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 6);

d) Referem-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ajuste da RAG.

e) Referem-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre a indenização por lucros cessantes a receber da Sabesp. (Nota 20.2)

f) Referem-se à passivo fiscal diferido sobre a Reserva de Outros Resultados Abrangentes (Ajuste da Avaliação Atuarial);

g) Referem-se à provisão para créditos tributários sobre prejuízos fiscais (item b)) e diferenças temporariamente indedutíveis (itens a) e c)). A Companhia registrou um total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitado a 30% do passivo fiscal diferido. Em 31 de dezembro de 2017 os montantes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social totalizam R\$ 188.679 (R\$ 214.660 em 31 de dezembro 2016) e R\$ 129.588 (R\$ 155.539 em 31 de dezembro 2016) respectivamente.

## 9. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
<b>Circulante</b>				
Depósitos vinculados (a).....	10.161	10.372	10.161	10.372
<b>Não circulante</b>				
Depósitos judiciais (b).....	11.927	12.326	15.336	15.806
	<u>22.088</u>	<u>22.698</u>	<u>25.497</u>	<u>26.178</u>

a) R\$ 10.161 (R\$ 9.589 em 31 de dezembro de 2016) referem-se a depósitos restritos. Em 31 de dezembro de 2016, havia recursos oriundos da alienação de bens e direitos, que serão utilizados para investimento no serviço concedido, no montante de R\$783.

b) Refere-se a diversos depósitos iniciais ou recursais envolvendo processos cíveis e trabalhistas da Companhia e sua controlada. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação das provisões trabalhistas registradas no passivo relacionadas a esses depósitos judiciais. No saldo consolidado, estão incluídas as garantias do financiamento no montante de R\$3.409 em 31 de dezembro de 2017 (R\$3.480 em 2016).

## 10. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

	Controladora e Consolidado	
	31.12.17	31.12.16
Circulante.....	323	-
Não circulante.....	53.683	46.386
	<u>54.006</u>	<u>46.386</u>

Nesta conta estão classificados os investimentos em infraestrutura de geração realizados após 31/12/2012, data base de corte para fins de renovação dos contratos abarcados pela Lei nº 12.783, os quais serão recuperados por meio da RAG nos processos de revisão e reajuste tarifário. A Resolução Normativa nº 642/2014 aprovou o submódulo dos Procedimento de Regulação Tarifária - PRORET 12.3, o qual estabeleceu os procedimentos para a recuperação dos investimentos realizados através da RAG.

A Administração da Companhia informa que os investimentos feitos após a renovação contratual são de caráter prudencial, porém estão sujeitos a aprovação da ANEEL para serem incluídos na base de remuneração.

A Companhia classificou o ativo financeiro indenizável na categoria de instrumentos financeiros “empréstimos e recebíveis”, portanto mensurando esse ativo ao custo amortizado. Em virtude da característica desse ativo, em cada processo de reajuste ou revisão tarifária novas tarifas são homologadas pela ANEEL, ocasionando modificações no fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável. Essas modificações poderão gerar eventuais ganhos ou perdas no valor do custo amortizado do ativo, os quais serão ajustados no resultado.

A seguir, demonstramos a movimentação do ativo financeiro indenizável:

Controladora e Consolidado					
	Saldo em 31/12/2016	Adições (a)	Transferência	Recebimentos (b)	Saldo em 31/12/2017
<b>Circulante</b>					
Ativo financeiro.....	-	-	659	(336)	323
<b>Não circulante</b>					
Ativo financeiro.....	46.386	7.956	(659)	-	53.683
	<u>46.386</u>	<u>7.956</u>	<u>-</u>	<u>(336)</u>	<u>54.006</u>

- a) As adições do período referem-se aos investimentos realizados nas usinas para a manutenção e operação da mesmas que serão indenizadas pela ANEEL, durante os próximos reajuste da RAG.
- b) QRR - Quota de reintegração regulatória - Corresponde a uma parcela do ressarcimento do investimento realizado pelo concessionário que é calculado pela ANEEL, e divulgado no evento do reajuste tarifário.

Do montante total do Ativo financeiro indenizável, a Companhia submeteu aproximadamente R\$ 27.000 para análise inicial da ANEEL, dos quais aproximadamente R\$ 6.000 foram reconhecidos na RAG 2015/2016 e o restante foram reconhecidos na RAG 2016/2017. O montante de R\$ 19.300 será submetido para a ANEEL à medida que as obras de infraestrutura correspondentes forem concluídas.

## 11. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO

Refere-se aos ativos reversíveis identificados pela Administração da Companhia. Nos termos do art. 2º do Decreto 7.850, de 30 de novembro de 2012, e a Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, após a fiscalização e a definição dos valores com base na VNR pela ANEEL esses ativos reversíveis serão indenizados pelo Poder Concedente.

“Art. 2º - Deverão ser submetidas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL até 31 de dezembro de 2013, na forma definida pela Agência, as informações complementares, excetuando o projeto básico do empreendimento previsto no art., 10 do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, necessárias para o cálculo da parcela de investimentos vinculados a bens reversíveis, realizados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou não depreciados, dos empreendimentos de geração.

§ 1º A ANEEL fiscalizará os valores de que trata este artigo, com vistas, a critério do poder concedente, à indenização ou ao seu reconhecimento na base tarifária, neste caso incorporados quando dos processos tarifários”.

Os ativos reversíveis registrados nessa conta não incluem os ativos relacionados com os projetos básicos, os quais foram indenizados em dezembro de 2012.

Em atendimento ao requerido no referido Decreto, a Administração da Companhia emitiu um Ofício à ANEEL, em 26 de dezembro de 2013, manifestando o interesse em receber a devida indenização relativa aos investimentos vinculados a bens reversíveis realizados nas Usinas da Companhia até 31 de dezembro de 2012, visando seu ressarcimento nos termos do artigo citado acima.

Essa manifestação foi feita em conformidade com o art. 4º da Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013, conforme descrito abaixo:

“Art. 4º As concessionárias alcançadas por esta resolução deverão, até 31 de dezembro de 2013, manifestar interesse no recebimento do valor complementar relativo à parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, e não indenizados.

§ 1º A concessionária que manifestar interesse, nos termos do caput, deverá, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados do protocolo da manifestação, comprovar a realização dos respectivos investimentos vinculados a bens reversíveis de que trata o art. 3º desta resolução.”

A Administração da Companhia apresentou para a ANEEL, em 4 de junho de 2014, a relação dos investimentos realizados em ativos reversíveis a serem indenizados, e a correspondente documentação comprobatória. O valor líquido contábil dos ativos reversíveis monta R\$ 273.218.

	<b>Controladora e Consolidado</b>
Ativo reversível da concessão	<b>31.12.16</b>
Saldo em 31.12.16	275.273
Realização de ativo reversível (a)	(2.055)
Saldo em 31.12.17	<u>273.218</u>

(a) A Companhia obteve a anuência da ANEEL para a venda da Usina Isabel por meio do Ofício 1107/2016, e sendo assim efetuou pela concorrência ASL/AAP/9002/2017 a efetivação da alienação do bem pelo valor de R\$ 4.206 com recebimento a vista.

Os bens reversíveis, apurados pela administração, são os seguintes:

	<b>31.12.2017</b>
Complexo UHE Henry Borden.....	203.659
Usina Porto Góes.....	7.299
Usina Rasgão.....	6.255
Usina Edgar de Souza.....	56.005
	<u><b>273.218</b></u>

Em 20/02/2017 a Companhia firmou contrato com a LMDM Consultoria com o objetivo de Elaboração de cálculos do Valor Novo de Reposição - VNR dos investimentos realizados até 31/12/2012 e saldo de investimentos não amortizados até 31/12/2012, conforme Resolução Normativa ANEEL 596/13, para subsídio à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, nos moldes estabelecidos na Lei Federal nº 12.783, de 2013, de 11 de janeiro de 2013.

Os relatórios gerados demonstram que não há razão para a constituição de provisão para perda de recuperabilidade nos valores pleiteados perante o órgão regulador, todavia, a ANEEL poderá apresentar valor de indenização diferente daquele pleiteado, o qual será analisado pela Companhia e, caso aplicável, realizará os ajustes de perdas ou ganhos que se fizerem necessários.

## 12. INVESTIMENTOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Pirapora Energia S.A.....	91.328	79.557	-	-
Outros.....	1.390	1.390	1.390	1.390
Total.....	<u>92.718</u>	<u>80.947</u>	<u>1.390</u>	<u>1.390</u>

A Companhia possui o controle e participação em 100% do patrimônio da sua controlada Pirapora Energia S.A.. Abaixo, é apresentado um resumo das informações financeiras da controlada:

	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Ativo.....	181.697	174.515
Passivo.....	90.369	94.958
Patrimônio Líquido.....	91.328	79.557
	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Lucro do exercício.....	15.438	9.130

	<u>Controlada</u>
Saldo em 31.12.2015.....	72.595
Resultado de equivalência patrimonial....	9.130
Dividendo mínimo obrigatório.....	(2.168)
Saldo em 31.12.2016.....	<u>79.557</u>
Resultado de equivalência patrimonial....	15.438
Dividendo mínimo obrigatório.....	(3.667)
Saldo em 31.12.2017.....	<u>91.328</u>

### 13. IMOBILIZADO

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2017 está representada por:

#### Controladora

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2017			2016
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Geração		6.676	-	6.676	6.676
Custo Histórico		6.676	-	6.676	6.676
Transmissão		-	-	-	-
Custo Histórico		-	-	-	-
Administração		40.898	(38.520)	2.378	2.527
Custo Histórico	2,68%	40.898	(38.520)	2.378	2.527
		<b>47.574</b>	<b>(38.520)</b>	<b>9.054</b>	<b>9.203</b>
<b>Em Curso -</b>					
Geração		7.850	-	7.850	1.001
Administração		2.148	-	2.148	590
		<b>9.998</b>	<b>-</b>	<b>9.998</b>	<b>1.591</b>
		<b>57.572</b>	<b>(38.520)</b>	<b>19.052</b>	<b>10.794</b>

#### Consolidado

Ativo Imobilizado -	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2017			2016
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Geração		170.005	(8.360)	161.645	164.011
Custo Histórico	3,22%	170.005	(8.360)	161.645	164.011
Transmissão		0	0	0	0
Custo Histórico		0	0	0	0
Administração		41.752	(38.520)	3.232	3.354
Custo Histórico	2,68%	41.752	(38.520)	3.232	3.354
		<b>211.757</b>	<b>(46.880)</b>	<b>164.877</b>	<b>167.365</b>
<b>Em Curso -</b>					
Geração		7.850	-	7.850	1.506
Administração		2.149	-	2.149	590
		<b>9.999</b>	<b>-</b>	<b>9.999</b>	<b>2.096</b>
		<b>221.756</b>	<b>(46.880)</b>	<b>174.876</b>	<b>169.461</b>

## Controladora

Ativo Imobilizado em Serviço -	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
<b>Geração</b>	<b>6.676</b>	-	-	-	-	<b>6.676</b>	-	-	<b>6.676</b>	<b>6.676</b>	-	-	-
Terrenos	6.676	-	-	-	-	6.676	-	-	6.676	6.676	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CPC01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Transmissão</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>40.668</b>	<b>40</b>	-	<b>190</b>	-	<b>40.898</b>	<b>230</b>	<b>(38.520)</b>	<b>2.378</b>	<b>2.527</b>	-	-	-
Terrenos	36	-	-	-	-	36	-	-	36	36	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.874	-	-	-	-	2.874	-	(1.867)	1.007	1.080	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	36.273	6	-	176	-	36.454	181	(35.229)	1.225	1.340	-	-	-
Veículos	133	-	-	-	-	133	-	(133)	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	1.353	34	-	14	-	1.401	49	(1.291)	110	71	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>47.344</b>	<b>40</b>	-	<b>190</b>	-	<b>47.574</b>	<b>230</b>	<b>(38.520)</b>	<b>9.054</b>	<b>9.203</b>	-	-	-
<b>Ativo Imobilizado em Curso -</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2016</b>	<b>Adições (A)</b>	<b>Baixas (B)</b>	<b>Transferências (C)</b>	<b>Reavaliação</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2017</b>	<b>Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)</b>	<b>Depreciação Acum.</b>	<b>Valor Líquido em 31/12/2017</b>	<b>Valor Líquido em 31/12/2016</b>	<b>Obrigações Especiais Brutas</b>	<b>Amortização Acum.</b>	<b>Obrigações Especiais Líquidas</b>
<b>Geração</b>	<b>1.001</b>	<b>6.849</b>	-	-	-	<b>7.850</b>	<b>6.849</b>	-	<b>7.850</b>	<b>1.001</b>	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	1.001	6.849	-	-	-	7.850	6.849	-	7.850	1.001	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>590</b>	<b>1.883</b>	-	<b>(325)</b>	-	<b>2.148</b>	<b>1.558</b>	-	<b>2.148</b>	<b>590</b>	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	12	-	-	-	12	12	-	12	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	455	963	-	(325)	-	1.093	638	-	1.093	455	-	-	-
Veículos	135	-	-	-	-	135	-	-	135	135	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	42	-	-	-	42	42	-	42	-	-	-	-
Outros	-	866	-	-	-	866	866	-	866	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>1.591</b>	<b>8.732</b>	-	<b>(325)</b>	-	<b>9.998</b>	<b>8.407</b>	-	<b>9.998</b>	<b>1.591</b>	-	-	-
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>48.935</b>	<b>8.772</b>	-	<b>(135)</b>	-	<b>57.572</b>	<b>8.637</b>	<b>(38.520)</b>	<b>19.052</b>	<b>10.794</b>	-	-	-

## Consolidado

Ativo Imobilizado em Serviço -	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
<b>Geração</b>	<b>168.907</b>	<b>1.098</b>	-	-	-	<b>170.005</b>	<b>1.098</b>	<b>(8.360)</b>	<b>161.645</b>	<b>164.011</b>	-	-	-
Terrenos	6.676	-	-	-	-	6.676	-	-	6.676	6.676	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	49.910	78	-	-	-	49.988	78	(2.210)	47.778	48.725	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	48.026	53	-	-	-	48.079	53	(2.092)	45.987	46.872	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	64.295	967	-	-	-	65.262	967	(4.058)	61.204	61.738	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CPC01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Transmissão</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>41.522</b>	<b>40</b>	-	<b>190</b>	-	<b>41.752</b>	<b>230</b>	<b>(38.520)</b>	<b>3.232</b>	<b>3.354</b>	-	-	-
Terrenos	36	-	-	-	-	36	-	-	36	36	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3.726	-	-	-	-	3.726	-	(1.867)	1.859	1.905	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	36.273	6	-	176	-	36.455	182	(35.229)	1.226	1.340	-	-	-
Veículos	133	-	-	-	-	133	-	(133)	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	1.354	34	-	14	-	1.402	48	(1.291)	111	73	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>210.429</b>	<b>1.138</b>	-	<b>190</b>	-	<b>211.757</b>	<b>1.328</b>	<b>(46.880)</b>	<b>164.877</b>	<b>167.365</b>	-	-	-
<b>Ativo Imobilizado em Curso -</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2016</b>	<b>Adições (A)</b>	<b>Baixas (B)</b>	<b>Transferências (C)</b>	<b>Reavaliação</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2017</b>	<b>Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)</b>	<b>Depreciação Acum.</b>	<b>Valor Líquido em 31/12/2017</b>	<b>Valor Líquido em 31/12/2016</b>	<b>Obrigações Especiais Brutas</b>	<b>Amortização Acum.</b>	<b>Obrigações Especiais Líquidas</b>
<b>Geração</b>	<b>1.506</b>	<b>6.849</b>	-	<b>(505)</b>	-	<b>7.850</b>	<b>6.344</b>	-	<b>7.850</b>	<b>1.506</b>	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	476	-	-	(476)	-	-	(476)	-	-	476	-	-	-
Edificações	29	-	-	(29)	-	-	(29)	-	-	29	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	1.001	6.849	-	-	-	7.850	6.849	-	7.850	1.001	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>590</b>	<b>1.884</b>	-	<b>(325)</b>	-	<b>2.149</b>	<b>1.559</b>	-	<b>2.149</b>	<b>590</b>	-	-	-
Edificações	-	13	-	-	-	13	13	-	13	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	455	963	-	(325)	-	1.093	638	-	1.093	455	-	-	-
Veículos	135	-	-	-	-	135	-	-	135	135	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	42	-	-	-	42	42	-	42	-	-	-	-
Outros	-	866	-	-	-	866	866	-	866	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>2.096</b>	<b>8.733</b>	-	<b>(830)</b>	-	<b>9.999</b>	<b>7.903</b>	-	<b>9.999</b>	<b>2.096</b>	-	-	-
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>212.525</b>	<b>9.871</b>	-	<b>(640)</b>	-	<b>221.756</b>	<b>9.231</b>	<b>(46.880)</b>	<b>174.876</b>	<b>169.461</b>	-	-	-

## Controladora

Adições do Ativo Imobilizado -	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação / Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	12	-	-	-	-	-	12
Máquinas e Equipamentos	969	-	-	-	-	6.849	7.818
Móveis e Utensílios	76	-	-	-	-	-	76
Veículos	-	-	-	-	-	-	-
Outros	866	-	-	-	-	-	866
<b>Total das Adições</b>	<b>1.923</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.849</b>	<b>8.772</b>

## Consolidado

Adições do Ativo Imobilizado -	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação / Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	78	-	-	-	-	-	78
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	65	-	-	-	-	-	65
Máquinas e Equipamentos	1.830	106	-	-	-	6.849	8.785
Móveis e Utensílios	76	-	-	-	-	-	76
Veículos	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	866	866
<b>Total das Adições</b>	<b>2.049</b>	<b>106</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.715</b>	<b>9.870</b>

As dez principais adições (pelo Critério de valor) ao imobilizado e intangível no exercício foram:

<b>Controladora</b>	
<b>Descrição do Bem</b>	
1. DISJUNTOR COM PAINEL DE MÉDIA TENSÃO COM CUBICULO	390
2. MAQUINA LIMPA GRADES - ESTRUTURA SUSTENTA CJ DESLO	380
3. MAQUINA LIMPA GRADES - ESTRUTURA CABINE COMANDO	358
4. SOFTWARE SIST GESTÃO SEGURANÇA	248
5. SOFTWARE ENCAT 002 003/15	200
6. SOFTWARE SPED CONTABIL	156
7. SOFTWARE SPED ECF	156
8. SOFTWARE SPED EPEC	156
9. SOFTWARE SPED FISCAL	156
10. SOFTWARE SPED PIS/COFINS	156

<b>Descrição do Bem</b>	
1 PLATAFORMA DE LANÇA ARTICULADA	622
2 DISJUNTOR COM PAINEL DE MÉDIA TENSÃO COM CUBICULC	390
3 MAQUINA LIMPA GRADES - ESTRUTURA SUSTENTA CJ DESL	380
4 MAQUINA LIMPA GRADES - ESTRUTURA CABINE COMANDO	358
5 SOFTWARE SIST GESTÃO SEGURANÇA	248
6 SOFTWARE ENCAT 002 003/15	200
7 SOFTWARE SPED CONTABIL	156
8 SOFTWARE SPED ECF	156
9 SOFTWARE SPED EPEC	156
10 SOFTWARE SPED FISCAL	156

Durante o exercício de 2017 não ocorreram baixas no ativo imobilizado da Companhia.

#### **Análise de redução ao valor recuperável dos ativos:**

Em virtude da paralisação nas operações da controlada Pirapora durante o exercício de 2016, o que poderia indicar uma possível perda no valor recuperável desses ativos não financeiros, a Companhia realizou em 2016 teste de recuperabilidade desses ativos utilizando fluxos de caixas descontados sem identificar provisão a ser constituída naquele exercício. Para o exercício de 2017, em virtude do retorno de suas unidades geradoras em agosto de 2017, a controlada Pirapora efetuou novo teste de recuperabilidade utilizando fluxos de caixas descontados e concluiu que não há indicadores de desvalorização em 31 de dezembro 2017.

A Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que há garantia de indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da autorização, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original. Desta forma, a Companhia deprecia os seus ativos de acordo com as taxas determinadas pela Aneel, em que pese a legislação e a Resolução Autorizativa preverem a possibilidade da renovação da autorização e indenização dos saldos não depreciados e/ou amortizados.

#### 14. INTANGÍVEL

##### Controladora e consolidado

Intangível -	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti- zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>										
<b>Geração</b>	<b>2.263</b>	<b>1.368</b>	-	-	-	<b>3.631</b>	<b>1.368</b>	<b>(1.075)</b>	<b>2.556</b>	<b>1.751</b>
Softw ares	2.263	1.368	-	-	-	3.631	1.368	(1.075)	2.556	1.751
<b>Administração</b>	<b>2.770</b>	-	-	-	-	<b>2.770</b>	-	<b>(2.758)</b>	<b>12</b>	<b>13</b>
Softw ares	2.770	-	-	-	-	2.770	-	(2.758)	12	13
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>5.032</b>	<b>1.368</b>	-	-	-	<b>6.401</b>	<b>1.368</b>	<b>(3.833)</b>	<b>2.567</b>	<b>1.764</b>

## 15. FINANCIAMENTOS

Em 8 de março de 2012 a controlada Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$ 98.000 a ser pago em 192 parcelas mensais. Tal valor representava 60% do valor do investimento previsto para a construção da PCH (Pequena Central Hidrelétrica). Em 31 de dezembro de 2017, o valor total atualizado do financiamento é de R\$ 85.972 (R\$ 91.725 em 2016), sendo R\$ 7.312 classificados como passivo circulante (R\$ 6.671 em 2016) e R\$ 78.660 como passivo não circulante (R\$ 85.054 em 2016).

O vencimento será em 15 de setembro 2030, com atualização pela TJLP + 1,9% a.a.

A taxa efetiva do contrato até 31 de dezembro de 2017 é de 9,89% ao ano.

	Consolidado				31.12.17
	31.12.16				
	Saldo	Juros	Pagamento do principal	Pagamento dos juros	Saldo
<b>Circulante e Não Circulante</b>					
Financiamento BNDES.....	91.725	7.808	(6.687)	(6.874)	85.972

	Consolidado				31.12.16
	31.12.15				
	Saldo	Juros	Pagamento do principal	Pagamento dos juros	Saldo
<b>Circulante e Não Circulante</b>					
Financiamento BNDES.....	97.002	8.640	(6.612)	(7.305)	91.725

Para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado com o BNDES, como o principal e juros da dívida, comissões, multas e outras despesas, a Companhia cedeu as seguintes garantias:

- Direitos creditórios provenientes dos Contratos de Compra de Energia Elétrica Incentivada - CCEI.

A cessão fiduciária mencionada, abrangerá os créditos que venham a ser depositados na "Conta Centralizadora", na "Conta Reserva do Serviço da Dívida" e na "Conta Para Sobre custos", até o pagamento integral de todas as obrigações contratuais. Estes valores encontram-se registrados como Cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no valor de R\$ 3.409 em 31 dezembro de 2017 (R\$ 3.480 em 2016). (Nota 9)

- Direitos creditórios sobre os Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado (CCEARs) celebrados na forma do Leilão de Energia Nova nº 10/2010.
- Direitos creditórios provenientes do Contrato de Arrendamento entre a Companhia e a Baixada Santista Energia S.A, e

Penhora da totalidade das ações de sua controlada, em favor do BNDES, e quaisquer outras ações representativas do capital social, que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo emitidas, pela mesma até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas no presente Contrato de Financiamento.

O contrato contém cláusulas de *covenants* qualitativos e quantitativos.

1) ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida

A Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato, o ICSD de, no mínimo 1,20 a ser calculado conforme previsão contratual.

2) ICP - Índice de Capitalização Próprio

A Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato, o ICP de, igual ou superior a 30%, definido como a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia atendeu plenamente os *covenants* qualitativos e quantitativos.

## 16. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

		Controladora e Consolidado			
		31.12.17		31.12.16	
Credor	Objeto	Circulante	Não Circulante	Total	Total
FUNDAÇÃO CESP	- Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS.....	11.348	1.805	13.153	44.988
	- Ajuste CPC 33 (IAS 19).....	-	78.803	78.803	64.710
		<u>11.348</u>	<u>80.608</u>	<u>91.956</u>	<u>109.698</u>

### 16.1. PLANOS DE BENEFÍCIOS

A Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

	Controladora e Consolidado				
	31.12.16	31.12.17			
		Amortização	Despesa	ORA	Saldo
Entidade de previdência a empregados.....	109.698	(14.961)	13.991	(16.772)	91.956

Por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria ocorridas em 1997, o referido plano foi reformulado, com o saldamento do plano até então vigente (BSPS) e a criação de um novo plano que tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado, a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do plano de suplementação.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados.

O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

## 16.2. RESUMO DO ESTUDO ATUARIAL DE ACORDO COM O CPC 33 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes em 31 de dezembro de 2017, seguindo os critérios determinados pelo “CPC 33 Benefícios a Empregados”, o passivo atuarial da EMAE foi apurado conforme segue:

### A) PREMISSAS ATUARIAIS

As principais premissas atuariais utilizadas para determinação da obrigação atuarial são as seguintes:

	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.16</b>
Taxa nominal utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	10,10%	10,50%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano.....	10,10%	10,50%
Taxa de crescimento salarial futuro.....	6,29%	5,50%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada.....	4,50%	4,50%
Fator de capacidade do benefício/salário preservar seu poder aquisitivo.....	4,50%	4,50%
Taxa de rotatividade.....	não adotada	não adotada
Tábua de mortalidade.....	AT - 2000	AT - 2000
Tábua de entrada em invalidez.....	LIGHT-FRACA	LIGHT-FRACA
Tábua de mortalidade de ativos.....	Método de Hamza	Método de Hamza
Nº de participantes ativos .....	374	421
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez .....	701	669
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez .....	30	29
Nº de participantes inativos - pensionistas .....	66	55

## B) AVALIAÇÃO ATUARIAL

Na avaliação atuarial dos planos foi utilizado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

O plano de benefício definido (BD) tem contribuição paritária.

### B1) CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS

	B.S.P.S		B.D		C.V		TOTAL	TOTAL
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Total do passivo atuarial.....	732.180	724.430	254.236	226.803	48.252	49.500	1.034.668	1.000.733
Valor justo dos ativos (marcados a mercado)...	(643.227)	(624.932)	(333.355)	(302.012)	(45.249)	(39.300)	(1.021.831)	(966.244)
Efeito de limitação de ativo.....	-	-	79.119	75.209	-	-	79.119	75.209
Passivo líquido (ativo).....	88.953	99.498	-	-	3.003	10.200	91.956	109.698

### B2) MOVIMENTAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DOS PLANOS:

	B.S.P.S		B.D		C.V	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Valor presente da obrigação atuarial total líquida..	724.430	573.104	226.803	182.874	49.500	29.161
Custo do serviço corrente.....	-	-	1.806	1.799	-	-
Juros sobre obrigação atuarial.....	73.165	66.753	24.274	21.668	5.012	3.325
(Ganho)/Perda atuarial.....	(9.728)	134.853	11.237	28.715	(1.697)	20.477
Benefícios pagos.....	(55.687)	(50.280)	(9.884)	(8.253)	(4.563)	(3.463)
Valor presente da obrigação atuarial total líquida..	732.180	724.430	254.236	226.803	48.252	49.500

### B3) MOVIMENTAÇÃO DOS ATIVOS DO PLANOS:

	B.S.P.S		B.D		C.V	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Valor justo do ativo do plano.....	(624.932)	(548.444)	(302.012)	(266.186)	(39.300)	(30.771)
Contribuições de empresa para o plano.....	(9.593)	(30.463)	(1.488)	(1.603)	-	-
Rendimento esperado dos ativos do plano.....	(62.719)	(63.759)	(31.132)	(31.879)	(4.312)	(3.950)
Rendimento dos ativos do plano (superior)/ inferior à taxa de desconto...	342	(30.703)	(6.739)	(8.843)	(6.200)	(8.042)
Contribuições de participantes para o plano .....	(2.012)	(1.843)	(1.868)	(1.754)	-	-
Benefícios pagos pelo plano.....	55.687	50.280	9.884	8.253	4.563	3.463
Valor justo do ativo do plano.....	(643.227)	(624.932)	(333.355)	(302.012)	(45.249)	(39.300)

### B4) CONCILIAÇÃO DO VALOR LÍQUIDO DO PASSIVO ATUARIAL:

	B.S.P.S		B.D		C.V	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Valor líquido do passivo (ativo) atuarial total do início do ano.....	99.498	24.660	-	-	10.200	-
Despesa / (receita) reconhecida na Demonstração de Resultados...	10.446	2.994	2.845	1.932	700	(625)
Contribuição da empresa para o plano.....	(9.593)	(30.463)	(1.488)	(1.603)	-	-
Contribuições de participantes para o plano.....	(2.012)	(1.843)	(1.868)	(1.754)	-	-
(Ganho) Perda atuarial em ORA.....	(9.386)	104.150	511	1.425	(7.897)	10.825
<b>Saldo final.....</b>	<b>88.953</b>	<b>99.498</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.003</b>	<b>10.200</b>

## B5) ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Análises de sensibilidades	B.S.P.S		B.D		C.V	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Taxa de desconto ser reduzida em 0,50%.....	771.424	762.564	272.108	240.207	50.944	55.039
Taxa de desconto ser aumentada em 0,50%.....	696.230	689.656	238.193	213.130	45.796	44.474
Inflação ser reduzida em 0,50%.....	734.054	726.285	254.886	227.384	48.375	49.396
Inflação ser aumentada em 0,50%.....	730.305	722.575	253.585	226.222	48.128	49.605
Crescimento salarial ser reduzida em 0,50%.....	732.180	724.430	251.312	212.902	48.252	49.500
Crescimento salarial ser aumentado em 0,50%.....	732.180	724.430	257.286	227.552	48.252	49.500
Reajustes dos benefícios ser reduzido em 0,50%.....	734.054	726.285	254.886	227.222	48.375	49.396
Reajustes dos benefícios ser aumentado em 0,50%..	730.305	722.275	253.585	226.222	48.128	49.605

As movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes são como segue:

	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.16</b>
<b>Saldo no início do exercício.....</b>	(54.465)	61.935
(Perda) Ganho atuarial gerado pela taxa de desconto.....	(45.471)	(143.173)
(Perda) atuarial gerado pela experiência demográfica.....	45.659	(40.872)
(Perda) atuarial gerado pela premissa demográfica.....	-	-
Ganho atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano...	12.597	47.588
Alteração no "teto do ativo" diferente dos juros.....	3.987	20.057
<b>Saldo no final do exercício.....</b>	<b>(37.693)</b>	<b>(54.465)</b>

As premissas de ativos do plano é a de investir 85% em renda fixa, 10% em renda variável e 5% em outros, com uma margem de variação de 2,5% para mais ou para menos.

A estimativa da despesa para o exercício de 2018 está demonstrada a seguir:

	<b>31.12.18</b>
Custos dos serviços correntes.....	2.060
Juros sobre obrigação atuarial.....	104.514
Rendimento esperado dos ativos dos plano.....	(103.217)
Receita (Despesa) com juros sobre o ajuste do "teto do ativo".....	7.991
<b>Total da despesa projetada para o exercício.....</b>	<b>11.348</b>

### 16.3. EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS COM A FUNDAÇÃO CESP

Para equacionar o fluxo de caixa entre a EMAE e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumento jurídico formalizado em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contrato de ajuste de reservas a amortizar (contrato de Ajustes de Reservas Matemáticas), que possui cláusula variável, para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao “Benefício Suplementar Proporcional Saldado” - BSPS. Esse contrato prevê a amortização em 240 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1997, com atualização pela variação do IGP-DI e acrescido de juros de 6% a.a. Em 22 de junho de 2017 foi assinado um aditivo prorrogando o vencimento do contrato para março de 2032.

Anualmente, ao final de cada exercício, o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ao saldo do contrato e as parcelas de amortização são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

Conforme mencionado acima, esse contrato possui cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representa na essência, garantia para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da EMAE é registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS 19.

Em 31 de dezembro de 2017, a diferença entre os saldos apresentados neste contrato e o do passivo registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS19, é decorrente da diferença entre as metodologias e premissas utilizadas pela EMAE e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e que serão ajustadas anualmente pelos seus efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

Saldo da dívida.....	13.153
Ajuste atuarial.....	78.803
Saldo CPC 33 (R1)/IAS 19.....	<u>91.956</u>

## 17. COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO E DÍVIDA LÍQUIDA

### Controladora

RESUMO	Juros de	Principal	Principal +	Total	Total
	Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	2017	2016
<b>(+) Dívida Bruta</b>	-	11.348	80.608	91.956	109.698
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	-
Tributária	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	11.348	80.608	91.956	109.698
Intra-setoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intra-setoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
<b>(-) Ativos Financeiros</b>	-	(119.879)	-	(119.879)	(75.162)
Alta Liquidez	-	(119.879)	-	(119.879)	(75.162)
Demais Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
<b>(+) Dívida Líquida I</b>	-	(108.531)	80.608	(27.923)	34.536
<b>(+/-) Derivativos / Fair Value</b>	-	-	-	-	-
<b>(+) Dívida Líquida II</b>	-	(108.531)	80.608	(27.923)	34.536

### Consolidado

RESUMO	Juros de	Principal	Principal +	Total	Total
	Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	2017	2016
<b>(+) Dívida Bruta</b>	-	18.660	159.268	177.928	201.423
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	7.312	78.660	85.972	91.725
Tributária	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	11.348	80.608	91.956	109.698
Intra-setoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intra-setoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
<b>(-) Ativos Financeiros</b>	-	(136.214)	-	(136.214)	(80.279)
Alta Liquidez	-	(136.214)	-	(136.214)	(80.279)
Demais Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
<b>(+) Dívida Líquida I</b>	-	(117.554)	159.268	41.714	121.144
<b>(+/-) Derivativos / Fair Value</b>	-	-	-	-	-
<b>(+) Dívida Líquida II</b>	-	(117.554)	159.268	41.714	121.144

Abertura dos Ativos Financeiros

Controladora

LIN	Instituições/ Linha Devedora	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplentes	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data proximo Juros pgto de Juros	Frequência de pgto de juros	Data da Proxima Amortização	Frequência da Amortização	Sistemematica da Amortização
9	Ativos Financeiros	-	119.879	-	119.879								
9.1	<b>Caixa e Aplicações Financeiras</b>	-	119.879	-	119.879								
9.1.1	Saldo Final - Conta 111	-	233	-	233								
9.1.2	Aplic Financeira CDB	-	-	-	-								
9.1.3	Aplic Financeira Fundos DI	-	-	-	-								
9.1.4	Aplic Financeira Fundos de Renda Fi	-	119.646	-	119.646								
9.1.5	Aplic Financeira ou Ativo Financ 01	-	-	-	-								
9.1.6	Aplic Financeira ou Ativo Financ 02	-	-	-	-								
9.2	<b>Mutuos Ativos</b>	-	-	-	-								
9.2.1	Mútuo 01	-	-	-	-								
9.2.6	Mútuo 02	-	-	-	-								

Abertura dos Ativos Financeiros

Consolidado

LIN	Instituições/ Linha Devedora	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplentes	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data proximo Juros pgto de Juros	Frequência de pgto de juros	Data da Proxima Amortização	Frequência da Amortização	Sistemematica da Amortização
9	Ativos Financeiros	-	136.214	-	136.214								
9.1	<b>Caixa e Aplicações Financeiras</b>	-	136.214	-	136.214								
9.1.1	Saldo Final - Conta 111	-	1.179	-	1.179								
9.1.2	Aplic Financeira CDB	-	-	-	-								
9.1.3	Aplic Financeira Fundos DI	-	-	-	-								
9.1.4	Aplic Financeira Fundos de Renda Fi	-	135.035	-	135.035								
9.1.5	Aplic Financeira ou Ativo Financ 01	-	-	-	-								
9.1.6	Aplic Financeira ou Ativo Financ 02	-	-	-	-								
9.2	<b>Mutuos Ativos</b>	-	-	-	-								
9.2.1	Mútuo 01	-	-	-	-								
9.2.6	Mútuo 02	-	-	-	-								

## 18. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

### Controladora e consolidado

Tabela 31

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outros	Total
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	26.363	25.102	15	159	<b>51.639</b>
Constituição	9.749	2.340	1	-	<b>12.090</b>
Pagamentos	(4.016)	-	-	-	<b>(4.016)</b>
Baixas	(1.351)	(2.934)	-	(159)	<b>(4.444)</b>
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>30.745</b>	<b>24.508</b>	<b>16</b>	-	<b>55.269</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>30.745</b>	<b>24.508</b>	<b>16</b>	-	<b>55.269</b>

#### A) PERICULOSIDADE

Trata-se de ação coletiva promovida pelo Sindicato dos Eletricários em 07/07/1999, perante a Justiça do Trabalho de São Paulo, processo nº 01767006319995020039 - 39ª Vara, pleiteando a condenação da Companhia ao pagamento do adicional de periculosidade para a totalidade dos empregados então existentes nos seus quadros. A ação foi julgada procedente apenas para 104 empregados e o processo se encontra pendente de julgamento de recurso de Agravo de Instrumento pelo Tribunal Superior do Trabalho. A referida ação foi classificada com probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia.

#### B) DIVERSAS

Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex- empregados às quais requerem, em geral, o pagamento de horas extras, equiparação salarial, insalubridade e outras questões. Deste conjunto de processos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, houve, em pequena parcela, reformas de sentenças pelos Tribunais superiores, com alteração da probabilidade de êxito, o que resultou na majoração do saldo de provisionamento.

#### C) CÍVEIS

Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial, sendo o mais relevante descrito a seguir:

Trata-se de processo decorrente do Despacho 288/2002 da ANEEL no qual a Companhia figura em litisconsórcio passivo em ação ajuizada pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., a qual pleiteia o direito de não optar pelo chamado "alívio de exposição" relativo ao período de racionamento ocorrido em 2001, o que permite a liquidação na CCEE em seu favor. Em 09 de abril de 2014, foi publicado acórdão dando provimento ao recurso de apelação da AES Sul, ao qual foram opostos pela EMAE e outras Interessadas embargos de declaração. Atualmente, referidos recursos aguardam julgamento.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda provável em 31 de dezembro de 2017 sendo o valor provisionado para esta causa de R\$ 23.072 (R\$ 21.308 em 31 de dezembro de 2016).

### Contingências Possíveis

Natureza	Controladora e Consolidado	
	Possível	
	31.12.17	31.12.16
Administrativo.....	11.863	849
Ambiental .....	77.069	70.759
Cível.....	31.575	21.794
Trabalhista.....	10.929	15.665
Tributário.....	1.824	729
	<u>133.260</u>	<u>109.796</u>

#### D) ADMINISTRATIVO

Os processos mais relevantes referem-se ao indeferimento pela SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL de parte do pedido de compensação de PIS/Cofins (PERDCOMP), anteriormente classificadas como probabilidade Remota, em que a Companhia, com base em avaliação de advogados externos, vai prosseguir o questionamento na esfera judicial. O valor atualizados dos processos apensos em 28/12/2017, não encerrados administrativamente, totaliza R\$ 11.863.

#### E) AMBIENTAL

Obrigação judicial de remoção do lodo da flotação, em função da composição amigável entre a EMAE e o Ministério Público, até então litigantes, em 27 de junho de 2007, objetivando viabilizar a elaboração de EIA/RIMA para que, uma vez aprovado, tornasse possível a implantação do sistema de tratamento por flotação de águas do Canal Pinheiros para despoluição de 50m<sup>3</sup>/s e posterior bombeamento para o reservatório Billings. Contudo, em 12 de abril de 2012, o Ministério Público requereu o cumprimento de sentença em face da Companhia, consubstanciado em (i) pagamento de multa diária totalizada no importe de R\$ 32.833 e (ii) desmobilização das instalações implantadas e restituição das áreas ao estado anterior. Intimada, após prazo estabelecido pelo juiz, a Companhia comprovou a desmobilização das instalações, bem como requereu, em 10 de dezembro de 2012, a dilação de prazo de 24 meses para remoção do lodo advindo da flotação, prazo esse deferido.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2017, sendo o total da causa de R\$ 77.056 (R\$ 70.705 em 2016).

F) CÍVEL

O processo mais relevante refere-se à ação originada pela Fundação CESP - a qual visa a condenação da Companhia ao pagamento do déficit técnico do quadro de empregados. A autora encontra-se em vantagem, uma vez que o tribunal julgou procedente o pleito exordial, porém o processo encontra-se em fase de recursos.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2017, sendo o total da causa de R\$ 14.997 (R\$ 14.198 em 2016).

Inclusão em 2017 da concessão de liminar contra o IPTU lançado pela Prefeitura Municipal de São Paulo, no valor de R\$ 9.362.

G) TRABALHISTA

Entre os processos avaliados como de risco possível, o montante mais relevante refere-se a disputas movidas pelos sindicatos que representam os empregados ou por disputas individuais, nos quais ex-empregados reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

Vários processos foram reclassificados para probabilidade provável e em menor monta para probabilidade remota, totalizando uma redução de R\$ 8.777.

**19. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS - RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR**

Com o advento do Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017, os recursos da RGR que tenham sido investidos pelas Concessionárias na expansão e na melhoria dos seus sistemas, até 31 de dezembro de 1971 e 31 de dezembro de 1992 e que não tenham sido compensados, serão corrigidos monetariamente, pelos mesmos índices de correção do ativo permanente dos concessionários, devendo incidir juros de 5% ao ano.

A EMAE, desde sua abertura em 1998, possui registrado na conta de Obrigações Especiais - RGR, o montante de R\$ 16.202. Até 31/12/2017 a EMAE recolhia os juros correspondentes, conforme estabelecido na legislação vigente. Entretanto, a partir de janeiro de 2018 até dezembro de 2027 (9 anos), com base em nova legislação em vigor, o referido montante será amortizado em bases mensais mediante recolhimento à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

	<b>Controladora e Consolidado</b>		
	<b>31.12.16</b>	<b>Transferência</b>	<b>31.12.17</b>
<b>Circulante</b>			
Obrigações Especiais - RGR.....	-	1.801	1.801
<b>Não Circulante</b>			
Obrigações Especiais - RGR.....	16.202	(1.801)	14.401

## 20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com partes relacionadas, descritas a seguir:

### 20.1. Compartilhamento das instalações das Sedes Administrativas EMAE/CESP

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 462 (R\$ 418 em 31 de dezembro de 2016) com a CESP, referente a aluguel dos imóveis da sede e despesas de condomínio.

### 20.2. Ativo financeiro - Acordo Sabesp

A Companhia é sucessora da Light, empresa responsável pela construção do Sistema Hidroenergético do Alto Tietê, do qual fazem parte os reservatórios Guarapiranga e Billings, ambos construídos com a finalidade de regularização de vazões para a geração de energia elétrica. A captação de água desses reservatórios para abastecimento público teve início em 1928 e 1944, respectivamente, e, em 1958 foi celebrado um Termo de Acordo entre Light e o então Departamento de Águas e Esgotos de São Paulo, antecessora da SABESP, elevando a vazão captada e prevendo as formas de compensação à companhia de energia pela perda energética e a submissão de eventuais divergências entre as partes à arbitragem. Posteriormente, por outros instrumentos legais, as vazões captadas foram sendo sucessivamente aumentadas, sempre condicionadas, porém, à devida compensação financeira.

Com a frustração das tentativas administrativas de solução amigável, a Companhia propôs a medida cautelar de protesto interruptivo da prescrição em face da SABESP e do DAEE, referente à compensação financeira pela captação de água, e medida semelhante em face da SABESP e do Estado de São Paulo, no que se refere à interrupção do bombeamento. Em seguida, em 14/11/2012, a Companhia propôs a ação de instituição de compromisso arbitral, com fundamento em Termo de Acordo celebrado com o ente antecessor da SABESP, para tratar da compensação relacionada às captações realizadas no Reservatório Guarapiranga e, em 28/02/2013, foi publicada sentença julgando procedente o pedido da Companhia e determinando providências para o imediato início da arbitragem. Em 30/04/2013, a Companhia apresentou requerimento de instituição de arbitragem junto ao Centro de Arbitragem AMCHAM (“Procedimento Arbitral”).

Em 04/09/2013, a Companhia protocolizou a petição inicial da ação judicial visando à compensação das perdas financeiras relacionadas às retiradas de água pela SABESP do reservatório Billings (“Ação Billings”). Em 07/10/2013, foi publicada decisão em que o Juízo da 6ª Vara Cível do Foro Central determinou a remessa dos autos da Ação Billings para a 5ª Vara Cível daquele mesmo foro, por entender haver identidade de partes e causa de pedir com o processo nº 0064069- 18.2012.8.26.0100, em trâmite perante a 5ª Vara Cível daquele mesmo Foro, onde o processo se encontra atualmente.

Desde 2014, conforme comunicado ao mercado emitido em 10 de abril daquele ano, a Companhia vem negociando um acordo com a Sabesp com o objetivo de resolver as duas ações que tramitam na esfera judicial e arbitral. As negociações resultaram na celebração de um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças (“Instrumento”) para o encerramento de todos os seguintes litígios, conforme fato relevante emitido em 28 de outubro de 2016 pela Companhia.

1. Ação de Instituição de Compromisso Arbitral nº 0064069-18.2012.8.26.0100, em trâmite perante a 5ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, ora em fase de apelação (Ação de Instituição da Arbitragem);
2. Procedimento Arbitral nº 069/2013, em trâmite perante o Centro de Arbitragem da Câmara Americana de Comércio para o Brasil - São Paulo - Amcham, (Procedimento Arbitral);
3. Ação Ordinária nº 1064876-84.2013.8.26.0100, em trâmite perante a 6ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo - Capital (Ação Billings); e
4. Ação Cautelar de Exibição de Documentos nº 019598-24.2013.8.26.0053, proposta pela SABESP contra a EMAE perante a 9.ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo (Exibição de Documentos)

Esse Instrumento determina o recebimento pela EMAE de R\$ 218.130 distribuídos da seguinte forma:  
a) R\$ 46.270, em cinco parcelas anuais e sucessivas de R\$ 9.254, corrigidas monetariamente pelo IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo; e b) R\$ 171.860, em vinte e seis parcelas anuais sucessivas de R\$ 6.610, corrigidos monetariamente pelo IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo.

A Cláusula Segunda do Instrumento estabelece como condições suspensivas para sua eficácia (i) a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), nos termos da legislação vigente, que foi aprovada pela ANEEL no dia 30 de dezembro de 2016 por meio do despacho 3.431. (ii) a aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia, (iii) a deliberação da Assembleia Geral da EMAE e a (iv) aprovação dos órgãos societários competentes da Sabesp. Essas condições suspensivas tem prazo de 1 ano para sua implementação, a contar da data de assinatura do Instrumento (28 de outubro de 2016).

Caso qualquer das Condições Suspensivas não se implemente no prazo de até 01 (um) ano, a contar da assinatura da avença, a Transação resolver-se-á de pleno direito, não surtindo nenhum efeito e considerando-se como jamais celebrada. A não implementação de qualquer uma das condições suspensivas permite que seja requerido o prosseguimento dos Litígios isoladamente por qualquer das Partes, após notificação prévia da outra Parte.

Em 9 de novembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a transação com a SABESP.

Em 10 de novembro de 2016, o Conselho de Administração da SABESP aprovou a transação com a EMAE.

Por meio do Despacho nº 3.431, de 30 de dezembro de 2016, a ANEEL, decidiu anuir ao Instrumento Particular de Transação e outras Avenças.

Em 13 de junho de 2017, foi convocada a Assembleia Geral da Companhia a se realizar em 6 de julho de 2017 para deliberar sobre esse acordo.

A AGE do dia 6 de julho de 2017 dentre outros assuntos teve em sua pauta a "Proposta de Acordo com a Companhia de Saneamento Básico de São Paulo - SABESP para o encerramento dos seguintes litígios da Ação de Instituição de Compromisso Arbitral nº 0064069-18.2012.8.26.0100, do Procedimento Arbitral nº 069/2013; da Ação Ordinária nº 064879-84.2013.8.26.0100 e da Ação Cautelar de exibição de Documentos nº 0019598- 24.2013.8.26.0053 todos relativos à retirada de água dos reservatórios Billings e Guarapiranga. Foi acolhido o pedido da acionista Secretaria da Fazenda para suspender esse item da pauta, por arguir que em face do Ofício nº 076/2017/CVM/SEP/GEA-3, que versa sobre o impedimento do Estado de São Paulo e da Companhia do Metropolitano de São Paulo de votarem, nos termos do artigo 115, § 1º, da Lei nº 6.404/76.

Em 29 de setembro de 2017, por meio do Ofício nº 195/2017/CVM/SEP/GEA-3, a CVM comunicou à EMAE, que o colegiado da entidade decidiu pelo indeferimento do recurso interposto pelo Procurador Geral do Estado de São Paulo, na qualidade de representante do acionista controlador da EMAE. Concluiu por maioria, pelo impedimento de voto do Estado de São Paulo.

Em 18 de outubro de 2017, o Conselho de Administração da EMAE aprovou a formalização do 1º aditivo ao Instrumento, que exclui a condição suspensiva de aprovação do Instrumento em Assembleia Geral de acionistas da EMAE, mantendo-se inalterado os demais termos e condições da transação. Portanto, instruindo a Diretoria da Companhia a tomar as providências necessárias para realizar o aditamento do Instrumento.

Diante dessa decisão, a celebração do referido aditivo foi aprovada pelos Conselhos de Administração da SABESP e da EMAE, em 11 de outubro de 2017 e 18 de outubro de 2017, respectivamente. O aditivo excluiu a condição suspensiva consistente na aprovação do Instrumento pela Assembleia Geral de acionistas da EMAE e manteve os demais termos e as condições suspensivas previstas, as quais foram devidamente implementadas e, portanto, o Instrumento passou a ter plena eficácia.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 112.460 com a SABESP, referente ao saldo a receber do instrumento, dos quais 96.915 estão classificados no ativo não circulante.

Demonstrativo da mutação do Contrato da Sabesp:

	Controladora e Consolidado				Saldo 31.12.17
	Ingresso	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	
<b>ATIVO</b>					
Circulante					
Sabesp.....	37.914	939	-	(16.076)	22.777
Ajuste a valor presente.....	(10.244)	-	3.012	-	(7.232)
	<u>27.670</u>	<u>939</u>	<u>3.012</u>	<u>(16.076)</u>	<u>15.545</u>
Não Circulante					
Sabesp.....	180.216	(939)	1.728	-	181.005
Ajuste a valor presente.....	(84.090)	-	-	-	(84.090)
	<u>96.126</u>	<u>(939)</u>	<u>1.728</u>	<u>-</u>	<u>96.915</u>
	<u>123.796</u>	<u>-</u>	<u>4.740</u>	<u>(16.076)</u>	<u>112.460</u>

O ajuste a valor presente foi apurado por uma taxa de juros média de 6,89% ao ano, aplicado pelo prazo do contrato.

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, por ano de vencimento:

Não circulante	
2019.....	14.531
2020.....	13.584
2021.....	12.698
2022.....	4.827
2023.....	4.513
2024 até 2042.....	46.762
	96.915

### **20.3. Prestação de Serviço EMAE para PIRAPORA**

A Companhia no ano de 2016 iniciou a prestação de serviço de operação e manutenção para a Pirapora referente à PCH Pirapora. O prazo para prestação dos serviços é de 4 anos, contados a partir da autorização de início expedida pela Pirapora Energia S.A., podendo ser prorrogado, a critério das partes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia reconheceu em seu resultado uma receita de prestação de serviço no valor de R\$ 1.971 (R\$ 1.597 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

### **20.4. Serviços canal Pinheiros**

Refere-se a gastos com serviços de Adequação da Calha do Canal do Rio Pinheiros, oriundos de recursos do Governo do Estado de São Paulo, com intuito de garantir eficiência operacional.

Em 03 de outubro de 2016, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Energia e Mineração - SEM, e a EMAE celebraram Convênio, pelo prazo de 60 meses, para a cooperação na execução das atividades de manutenção da calha do Rio Pinheiros.

Entre as obrigações do Estado de São Paulo cabe repassar à EMAE, os recursos necessários ao cumprimento do objeto do Convênio, estipulado no montante de R\$ 124.999. Os recursos serão repassados por intermédio da SEM, em parcelas duodecimais, de acordo com o Plano de Trabalho que integra o Convênio, durante os 60 meses do prazo de execução do Convênio.

À EMAE, entre suas obrigações, cabe aplicar os recursos financeiros recebidos do Estado, única e exclusivamente, para os fins definidos no Convênio e detalhados no Plano de Trabalho e encaminhar à SEM a prestação de contas, no prazo de 30 dias contados da finalização de todas as etapas previstas no Plano de Trabalho.

Os gastos nas atividades previstas são registrados em conta específica do ativo no balanço patrimonial e anualmente a Companhia presta contas desses valores para o Governo do Estado de São Paulo. O reembolso por parte do Estado é realizado mensalmente e a Companhia registra esses valores de reembolso como obrigações no grupo de Depósitos Vinculados. Quando ocorre a aprovação dos gastos na prestação de contas, a Companhia realiza a compensação dos ativos e passivos. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo a receber é de R\$ 3.463 (R\$ 1.774 em 31 de dezembro de 2016).

## 20.5. Cessão de Empregados

Refere-se a cessão de empregados, mediante ressarcimento à Secretaria de Energia e Mineração, Gestão Pública, Saneamento, Justiça, Casa Civil e outros órgãos da Administração do Estado de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo a receber é de R\$ 14.793 (R\$ 13.832 em 31 de dezembro de 2016), vide Nota 7.

## 20.6. Remuneração do pessoal chave da administração

Partes Relacionadas	2017		2016	
	nº de membros	Remuneração	nº de membros	Remuneração
Diretoria Estatutária.....	4	1.404	3	957
Conselho Fiscal.....	5	253	5	254
Conselho Administrativo.....	10	669	10	836
	19	2.326	18	2.047

(a) Média anual.

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 21.1. Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

	Quantidades de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
<b>Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:</b>						
Fazenda do Estado de São Paulo.....	14.354.538	97,61	52.068	0,23	14.406.606	38,99
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ (Custodiada na B3 S.A. Brasil, Bolsa,Balcão ("B3")).....	350.832	2,39	-	-	350.832	0,95
	14.705.370	100,00	52.068	0,23	14.757.438	39,94
<b>Centrais Elétricas Brasileiras S/A. - ELETROBRÁS.....</b>						
Álvaro Luiz Alves de Lima Alvares Otero.....	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
Leonardo Izecksohn.....	-	-	2.200.633	9,89	2.200.633	5,96
Fanny Berta Izecksohn.....	-	-	1.045.573	4,70	1.045.573	2,83
Eduardo Augusto Ribeiro Magalhães.....	-	-	642.734	2,89	642.734	1,74
ELETRÓPAR - ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S/A.....	-	-	547.200	2,46	547.200	1,48
Outros.....	-	-	523.911	2,36	523.911	1,42
	-	-	2.813.262	12,65	2.813.262	7,61
	14.705.370	100,00	22.241.714	100,00	36.947.084	100,00

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não houve emissão de novas ações.

De acordo com o estatuto social da Companhia, independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$ 1.116.050 mediante deliberação do conselho de administração e ouvindo-se antes o conselho fiscal.

Cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da assembleia geral. As ações preferenciais não terão direito de voto, mas farão jus a: a) prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade; b) direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie; c) direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; e d) direito de eleger e destituir um membro do conselho de administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

## 21.2. Lucro por ação - básico e diluído

As ações preferenciais têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação na tabela abaixo contemplam essa condição.

Cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares, exceto valor por ação):

	<b>Controladora e Consolidado</b>			
	<b>2017</b>		<b>2016</b>	
<b>Lucro líquido do exercício .....</b>	<b>R\$</b>	<b>119.146</b>	<b>R\$</b>	<b>54.980</b>
Número de ações ordinárias.....		14.705.370		14.705.370
Número de ações preferenciais.....		22.241.714		22.241.714
<b>Total.....</b>		<b>36.947.084</b>		<b>36.947.084</b>
<b>Lucro por ação básico e diluído</b>				
Ação Preferencial.....	R\$	3,34583	R\$	1,54393
Ação Ordinária.....	R\$	3,04166	R\$	1,40357

A quantidade média ponderada de ações usadas no cálculo do lucro básico por ação coincide com a quantidade média ponderada de ações usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

### 21.3. Destinação do lucro líquido do exercício

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Lucro líquido do exercício.....	119.146	54.980
(-) Constituição de reserva legal (5%).....	5.957	2.749
(=) Lucro remanescente após a reserva.....	113.189	52.231
(a) Dividendo proposto.....	28.297	13.058
(b) Realização de reserva de lucros a realizar.....	4.983	2.865
(c) Dividendos a serem pagos durante o ano calendário 2018.....	33.280	15.923
(-) Constituição de reserva de lucros a realizar.....	-	24.151
(-) Constituição de reserva de retenção de lucros.....	-	15.022
(-) Constituição de reserva estatutária para recomposição de ativos.....	84.892	-
(=) Lucro remanescente.....	-	-

A Administração da Companhia propõe as seguintes destinações:

Constituição de Reserva legal de R\$ 5.957; dividendo mínimo obrigatório de R\$ 28.297, realização da reserva de lucros a realizar no valor de R\$ 4.983, que serão distribuídos a título de dividendos adicionados ao dividendo obrigatório; e constituição da reserva estatutária para recomposição de ativos no valor de R\$ 84.892.

### 21.4. Dividendos por ação

A nota a seguir estabelece a destinação dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (em milhares, exceto valor por ação):

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Dividendo líquido do exercício.....	33.280	15.923
	Quantidade	Quantidade
	de Ações	de Ações
ON.....	14.705.370	14.705.370
PN.....	22.241.714	22.241.714
<b>Total de ações (ON e PN)</b>	<b>36.947.084</b>	<b>36.947.084</b>
<b>Dividendo por ação</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
Ação ordinária.....	0,84959	0,40650
Ação preferencial.....	0,93455	0,44715
<b>Total de dividendos por tipo de ação</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
ON.....	12.494	5.978
PN.....	20.786	9.945
	<b>33.280</b>	<b>15.923</b>

## 21.5. Mutações das reservas de lucros

A nota a seguir demonstra as mutações das reservas de lucros em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	<b>Controladora e Consolidado</b>
	<b>31.12.17</b>
Saldo inicial das reservas de lucros em 31.12.16.....	86.345
Constituição de reserva legal.....	5.957
Realização da reserva de lucros a realizar.....	(4.983)
Constituição da reserva para recomposição de Ativos.....	84.892
Saldo final das reservas de lucros em 31.12.17.....	<u>172.211</u>

## 22. RECEITA OPERACIONAL

### 22.1. Controladora

Receita Bruta	MWh		R\$	
	2017	2016	2017	2016
<b>Fornecimento - Faturado</b>	<b>26.280</b>	<b>38.933</b>	<b>5.492</b>	<b>8.937</b>
Residencial				
Industrial	26.280	38.933	5.492	8.937
<b>Suprimento Faturado</b>	<b>1.272.584</b>	<b>1.279.143</b>	<b>174.497</b>	<b>178.009</b>
<b>Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado</b>	-	-	-	-
Consumidores Cativos	-	-	-	-
Consumidores Livres	-	-	-	-
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-
<b>Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado</b>	-	-	-	-
<b>(-) Transferências</b>	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias	-	-	-	-
<b>Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado</b>	-	-	-	-
Serviços Cobráveis	-	-	-	-
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.298.864</b>	<b>1.318.076</b>	<b>179.989</b>	<b>186.946</b>

### 22.2. Consolidado

Receita Bruta	MWh		R\$	
	2017	2016	2017	2016
<b>Fornecimento - Faturado</b>	<b>26.280</b>	<b>38.933</b>	<b>5.492</b>	<b>8.937</b>
Residencial				
Industrial	26.280	38.933	5.492	8.937
<b>Suprimento Faturado</b>	<b>1.412.746</b>	<b>1.419.687</b>	<b>207.639</b>	<b>209.251</b>
<b>Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado</b>	-	-	-	-
Consumidores Cativos	-	-	-	-
Consumidores Livres	-	-	-	-
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-
<b>Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado</b>	-	-	-	-
<b>(-) Transferências</b>	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias	-	-	-	-
<b>Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado</b>	-	-	-	-
Serviços Cobráveis	-	-	-	-
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.439.026</b>	<b>1.458.620</b>	<b>213.131</b>	<b>218.188</b>

## 23. RESULTADO DA ATIVIDADE

### 23.1 Controladora

2017	Controladora	
	Geração	Total
<b>Receita / Ingresso</b>	202.543	202.543
Fornecimento de energia elétrica	5.492	5.492
Suprimento de energia elétrica	174.497	174.497
Energia Elétrica de Curto Prazo	1.168	1.168
Outras receitas	21.386	21.386
<b>Tributos</b>	(30.296)	(30.296)
PIS-PASEP	(5.215)	(5.215)
Cofins	(24.110)	(24.110)
ISS	(971)	(971)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>	(7.952)	(7.952)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.658)	(1.658)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(5.690)	(5.690)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(604)	(604)
Outros encargos	-	-
<b>Receita líquida / Ingresso líquido</b>	164.295	164.295
<b>Custos não gerenciáveis - Parcela "A"</b>	(13.133)	(13.133)
Energia elétrica comprada para revenda	(8.543)	(8.543)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	(4.590)	(4.590)
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>	151.162	151.162
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>	(64.073)	(64.073)
Pessoal e administradores	(107.072)	(107.072)
Entidade de previdência privada	(13.991)	(13.991)
Material	(3.555)	(3.555)
Serviços de terceiros	(48.105)	(48.105)
Arrendamento e aluguéis	(981)	(981)
Seguros	(338)	(338)
Doações, contribuições e subvenções	(150)	(150)
Provisões	(8.580)	(8.580)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	2.859	2.859
Tributos	(9.679)	(9.679)
Depreciação e amortização	(931)	(931)
Gastos diversos	(1.861)	(1.861)
Outras Receitas Operacionais	128.311	128.311
Outras Despesas Operacionais	-	-
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>87.089</b>	<b>87.089</b>

## 23.2 Consolidado

2017	Consolidado	
	Geração	Total
<b>Receita / Ingresso</b>	234.755	234.755
Fornecimento de energia elétrica	5.492	5.492
Suprimento de energia elétrica	207.639	207.639
Energia Elétrica de Curto Prazo	2.209	2.209
Outras receitas	19.415	19.415
<b>Tributos</b>	(31.544)	(31.544)
PIS-PASEP	(5.437)	(5.437)
Cofins	(25.136)	(25.136)
ISS	(971)	(971)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>	(8.016)	(8.016)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.658)	(1.658)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(5.690)	(5.690)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(668)	(668)
Outros encargos	-	-
<b>Receita líquida / Ingresso líquido</b>	195.195	195.195
<b>Custos não gerenciáveis - Parcela "A"</b>	(14.347)	(14.347)
Energia elétrica comprada para revenda	(9.471)	(9.471)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	(4.876)	(4.876)
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>	180.848	180.848
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>	(70.332)	(70.332)
Pessoal e administradores	(107.072)	(107.072)
Entidade de previdência privada	(13.991)	(13.991)
Material	(3.622)	(3.622)
Serviços de terceiros	(50.332)	(50.332)
Arrendamento e aluguéis	(1.007)	(1.007)
Seguros	(636)	(636)
Doações, contribuições e subvenções	(150)	(150)
Provisões	(8.580)	(8.580)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	3.269	3.269
Tributos	(9.698)	(9.698)
Depreciação e amortização	(4.872)	(4.872)
Gastos diversos	(1.952)	(1.952)
Outras Receitas Operacionais	128.311	128.311
Outras Despesas Operacionais	-	-
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>110.516</b>	<b>110.516</b>

## 24. ENCARGOS E DEMAIS DESPESAS SETORIAIS

### 24.1 Controladora

<b>Encargos e demais despesas setoriais</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.658)	(1.577)
Taxa de Fiscalização	(604)	(578)
Comp. Financeira pela Utilização de Rec. Hídricos - CFURH	(5.690)	(7.032)
<b>Total</b>	<b>(7.952)</b>	<b>(9.187)</b>

### 24.2 Consolidado

<b>Encargos e demais despesas setoriais</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.658)	(1.577)
Taxa de Fiscalização	(668)	(642)
Comp. Financeira pela Utilização de Rec. Hídricos - CFURH	(5.690)	(7.032)
<b>Total</b>	<b>(8.016)</b>	<b>(9.251)</b>

## 25. PESSOAL E ADMINISTRADORES

### Controladora e consolidado

<b>Pessoal e Administradores</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Pessoal</b>	<b>(103.859)</b>	<b>(94.719)</b>
Remuneração	(46.765)	(46.262)
Encargos	(30.248)	(29.852)
Assistência médica	(13.193)	(9.934)
Despesas rescisórias	(7.248)	(3.381)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(2.848)	(3.415)
Outros	(3.557)	(1.875)
<b>Administradores</b>	<b>(3.213)</b>	<b>(2.605)</b>
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(2.534)	(2.389)
Prêmio estatutário	(679)	(216)
<b>Total</b>	<b>(107.072)</b>	<b>(97.324)</b>

## 26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
<b>Receitas</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	8.151	5.458	9.387	6.877
Remuneração de quotas.....	603	979	603	979
Juros sobre arrendamento UTE Piratininga (Nota 6).....	22.427	24.509	22.427	24.509
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 20.2).....	3.012	-	3.012	-
Juros sobre alienação de bens e direitos.....	14	26	14	26
Outras.....	572	1.532	660	916
	<u>34.779</u>	<u>32.504</u>	<u>36.103</u>	<u>33.307</u>
<b>Despesas</b>				
Juros .....	-	-	(7.808)	(8.640)
Outras:.....				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais.....	(82)	(85)	(82)	(85)
Atualização selic sobre projetos P&D.....	(198)	(203)	(198)	(203)
Juros sobre RGR.....	(810)	(810)	(810)	(810)
Outras.....	(4)	-	(30)	(44)
	<u>(1.094)</u>	<u>(1.098)</u>	<u>(8.928)</u>	<u>(9.782)</u>
<b>Variações Monetárias</b>				
Atualização monetária UTE Piratininga (Nota 6).....	16.578	54.004	16.578	54.004
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 20.2).....	1.728	-	1.728	-
Outras variações monetárias .....	197	347	197	347
	<u>18.503</u>	<u>54.351</u>	<u>18.503</u>	<u>54.351</u>
	<u>52.188</u>	<u>85.757</u>	<u>45.678</u>	<u>77.876</u>

## 27. SEGUROS

A Administração da Companhia mantém apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância	
			segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operacional e Atividades (a).....	09/04/2017	09/04/2018	20.000	305
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (b)...	05/11/2017	05/11/2018	15.000	44
Seguro de riscos operacionais (c).....	23/08/2017	23/08/2018	81.758	210
			<u>116.758</u>	<u>559</u>

a) Referem-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela Companhia à terceiros;

b) Referem-se a danos causados a terceiros por atos involuntários da Administração.

c) Refere-se a cobertura contra danos de incêndio, queda de raio e explosão nos equipamentos da PCH Pirapora

## 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado		Classificação
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16	
Caixa e equivalentes de caixa.....	119.879	75.162	136.214	80.279	Empréstimos e recebíveis
Revendedores.....	14.310	25.192	18.153	29.211	Empréstimos e recebíveis
Consumidores.....	466	4.191	466	4.191	Empréstimos e recebíveis
Serviços - Canal Pinheiros.....	3.463	1.774	3.463	1.774	Empréstimos e recebíveis
Alienação de bens e direitos.....	148	263	148	263	Empréstimos e recebíveis
Arrendamento UTE Piratininga.....	431.379	476.398	431.379	476.398	Empréstimos e recebíveis
Outros créditos.....	8.464	8.772	6.700	9.452	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados.....	22.088	22.698	25.497	26.178	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro - Sabesp.....	112.460	-	112.460	-	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro indenizável.....	54.006	46.386	54.006	46.386	Empréstimos e recebíveis
Ativo reversível da concessão.....	273.218	275.273	273.218	275.273	Empréstimos e recebíveis
Fornecedores.....	6.644	4.880	6.923	5.084	Passivo financeiro pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	34.473	16.010	34.473	16.010	Passivo financeiro pelo custo amortizado
Financiamentos.....	-	-	85.972	91.725	Passivo financeiro pelo custo amortizado

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os valores registrados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, são uma aproximação razoável dos valores justos dos ativos e passivos financeiros da Companhia.

A atividade da Companhia compreende principalmente a geração de energia e está totalmente comprometida por meio de cotas, com as Companhias concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). A atividade de sua Controlada é a geração de energia, a qual foi comercializada através contratos firmados no ambiente de contratação regulada.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

### 28.1 Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente seus níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

#### A.1) OPERAÇÕES COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia e sua controlada não detinham instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

#### A.2) RISCO DE CRÉDITO

O risco surge da possibilidade de a Companhia e a sua controlada virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, classificados na conta de Revendedores e Consumidores (Nota 5). Este risco é avaliado pela Companhia e sua controlada como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento - a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas no recebimento; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e sua controlada possuem caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 119.879 e 136.214, controladora e consolidado, respectivamente (R\$ 75.162, controladora, e R\$ 80.279, consolidado, em 2016), os quais estão mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a exposição máxima de risco de crédito para os seguintes recebíveis:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.16</b>
Serviços do canal do Rio Pinheiros (Nota 20.4).....	3.463	1.774
Arrendamento Financeiro UTE Piratininga (Nota 6).....	431.379	476.398
Ativo financeiro indenizável (Nota 10).....	54.006	46.386
Ativo reversível da concessão (Nota 11).....	273.218	275.273
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 20.2).....	112.460	-
	<u>874.526</u>	<u>799.831</u>

O risco de crédito sobre as contas a receber de arrendamento financeiro e serviços do canal do Rio Pinheiro são avaliados como baixo pela Administração da Companhia, em virtude não terem histórico e expectativa de perdas.

A realização do contas a receber de arrendamento financeiro da Usina Térmica de Piratininga depende da capacidade financeira da contraparte em efetuar os pagamentos nos prazos contratuais. Até a data da emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias não havia atrasos no recebimento desse contas a receber.

O ativo financeiro indenizável e o ativo reversível da concessão referem-se a valores a serem ressarcidos pelo Poder Concedente através das tarifas da concessão ou em espécie, a Administração da Companhia avalia o risco de crédito como baixo em razão desses valores terem sido apurados de acordo com a regulamentação vigente, muito embora estejam sujeitos à fiscalização da ANEEL e, portanto, sujeitos à eventual glosa.

#### A.3) EXPOSIÇÃO A RISCOS CAMBIAIS

Durante os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia e sua controlada não realizaram transações relevantes em moeda estrangeira.

#### A.4) EXPOSIÇÃO A RISCOS DE TAXAS DE JUROS

As aplicações financeiras da Companhia e sua controlada foram efetuadas em fundos de renda fixa, com liquidez diária e, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, estão registradas pelo valor de suas quotas.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos das variações nas taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras modificar-se de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável, para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente para os próximos 12 meses.

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil - Indicadores Econômicos - Capítulo III Mercados financeiros e de capitais - Taxas de juros efetivas, de 31 de dezembro de 2017, com CDI overnight de 6,89%a.a.

I-CVM 475	Saldo 31.12.2017 Nota 4	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
CDI		6,89%	8,61%	10,34%
Controladora	119.646	8.244	10.302	12.371
Consolidado	135.035	9.304	11.627	13.963

I-CVM 475	Saldo 31.12.2017 Nota 4	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
CDI		6,89%	5,17%	3,45%
Controladora	119.646	8.244	6.186	4.128
Consolidado	135.035	9.304	6.981	4.659

O Contrato de Arrendamento da UTP Piratininga é atualizado mensalmente a uma taxa de 9,32% ao ano mais IGPM.

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IGPM, considerou-se uma taxa de 9,32% a.a, imputados no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 31 de dezembro de 2017, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IGPM equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.

I-CVM 475	Saldo 31.12.2017 Nota 6	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IGPM	4,22%	13,54%	15,20%	15,65%
Arrendamento UTP	431.379	58.409	65.570	67.511

I-CVM 475	Saldo 31.12.2017 Nota 6	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IGPM	4,22%	13,54%	12,49%	11,43%
Arrendamento UTP	431.379	58.409	53.879	49.307

O acordo Sabesp é atualizado a uma taxa de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29% ambos ao ano.

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IPCA, considerou-se uma taxa de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29% a.a. fixos, imputados no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 31 de dezembro de 2017, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IPCA equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.

I-CVM 475	Saldo 31.12.2017 Nota 20.2	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IPCA	3,70%	11,88%	12,81%	13,73%
SABESP	112.460	13.360	14.406	15.441

I-CVM 475	Saldo 31.12.2017 Nota 20.2	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IPCA	3,70%	11,88%	10,96%	10,03%
SABESP	112.460	13.360	12.326	11.280

A Pirapora Energia S.A., controlada da Companhia, possui empréstimo contratado junto ao BNDES para financiamento da construção da PCH Pirapora. O financiamento é atualizado mensalmente pela TJLP + 1,90% a.a.

Para análise de sensibilidade do risco de variação da taxa de juros (TJLP), considerou-se o spread 1,90% a.a. fixo estipulado no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 31 de dezembro de 2017, referente às parcelas já liberadas do empréstimo, para os cenários com variações do TJLP equivalentes a 25% e 50%.

O indexador aplicado no cenário provável corresponde a TJLP atual de 6,75% a.a.

I-CVM 475	Saldo 31.12.2017 Nota 15	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
TJLP	6,75%	8,65%	10,34%	12,03%
Liberado pelo BNDES	85.972	7.437	8.890	10.342

I-CVM 475	Saldo 31.12.2017 Nota 15	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
TJLP	6,75%	8,65%	6,96%	5,28%
Liberado pelo BNDES	85.972	7.437	5.984	4.539

#### A.5) RISCO DE LIQUIDEZ

A Companhia avalia periodicamente os seus índices de liquidez a fim de manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica “Empréstimos e financiamentos” está sendo considerado o fluxo de caixa projetado. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa:

Consolidado	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores....	6.923	-	-	-	-	6.923
Financiamentos	2.783	8.347	11.130	33.391	88.189	143.840
Dividendos.....	-	31.406	-	-	-	31.406
<b>Total</b>	<b>9.706</b>	<b>39.753</b>	<b>11.130</b>	<b>33.391</b>	<b>88.189</b>	<b>182.169</b>

#### A.6) RISCO DE ACELERAÇÃO DE DÍVIDA

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES que possui cláusulas de vencimento antecipado (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros (Nota 15) e outros. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia está em conformidade dos termos dos *covenants*( (Nota 15).

## 28.2 Risco Hidrológico

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o risco hidrológico destas usinas foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência. A PCH Pirapora, de propriedade de sua controlada, aderiu a repactuação do risco hidrológico conforme Lei 13.203/2015 no produto SP 100, vide outras informações na Nota 7 letra (f), reduzindo sua exposição a esse risco.

### 28.3 Risco de preço

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o aditivo ao contrato de concessão prevê uma revisão tarifária a cada 5 (anos) e um reajuste tarifário em 1º de julho de cada ano, exceto para os anos em que houver a revisão tarifária. Portanto, as tarifas praticadas pela Companhia estão sujeitas ao controle do órgão regulador. De acordo com a fórmula paramétrica prevista na subcláusula 3ª da Cláusula 6ª do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, a RAG será ajustada pela indisponibilidade ou desempenho apurado durante o período medição (60 meses). A avaliação feita pela Companhia, com base nos dados disponíveis em 31 de dezembro de 2016, indica um ajuste positivo na próxima RAG.

Os preços de comercialização de energia elétrica da Controlada são aqueles determinados nos contratos firmados no ACR, os quais são ajustados pela variação do IPCA em bases anuais. Eventual renegociação dos contratos deve ser anuída previamente pelo órgão regulador.

Em 13 de julho de 2017, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.265/2017, publicou e homologou a Receita Anual de Geração das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência da EMAE para o período 1º de julho de 2017 a 30 junho de 2018.

As receitas homologadas por essa resolução para a EMAE estão demonstradas abaixo:

	<b>GAG</b>	<b>Adicionais de investimentos</b>	<b>Bens não reversíveis (5%)</b>	<b>Ajustes</b>			<b>RAG</b>	
				<b>Desempenho</b>	<b>Encargos</b>			
Henry Borden	123.819	4.561	6.191	-	425	5.786	107	140.039
Porto Góes...	4.324	354	216		259	577	5	5.735
Rasgão.....	3.555	443	178		-	533	6	4.715
	<b>131.698</b>	<b>5.358</b>	<b>6.585</b>	<b>-</b>	<b>166</b>	<b>6.896</b>	<b>118</b>	<b>150.489</b>

Fonte: REH 2.265/2017 Nota técnica nº 202/2017

O reajuste homologado representa uma redução de aproximadamente 8% em relação a RAG anterior.

#### a) GAG

A GAG é parcela que a ANEEL, disponibiliza as concessionárias de geração de energia elétrica no regime de cotas pela gestão dos ativos de geração para remunerar os custos de operação e manutenção das usinas.

#### b) Adicional de Investimentos

A ANEEL homologa adicional de receita as concessionaria de geração de energia elétrica no regime de cotas pelos investimentos para melhoria e conservação realizados e pleiteados após 31/12/2012.

c) Bens não Reversíveis

A ANEEL reconhece um adicional de receita de 5% do GAG para investimento de bens de natureza não reversíveis tais como: bens administrativos, moveis, utensílios, veículos e etc.

d) Ajustes

Por meio da Resolução Homologatória 2.106 de 05 de julho de 2016 a ANEEL, reconheceu um adicional de receita para investimentos de bens não reversíveis de janeiro de 2013 a junho de 2015, que inicialmente não haviam sido considerados na RAG de 2015/2016, cuja realização ocorrerá no ciclo 2016/2017.

#### **28.4 Risco de regulação**

Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá trazer impacto sobre as atividades da Companhia e de sua controlada.

#### **28.5 Risco de alteração na legislação tributária**

O governo federal poderá implementar alterações na legislação tributária causando impactos nas operações da Companhia e sua controlada, principalmente se aumentarem a carga tributária.

#### **28.6 Risco relacionado à integridade do empreendimento**

Um risco inerente às operações de sua controlada é a possibilidade de rompimento ou galgamento das barragens, o que pode ocasionar inundações em áreas vizinhas e acidentes. A Pirapora adota uma política de segurança de barragens para reduzir a probabilidade de ocorrerem esses eventos ou minimizar seus impactos.

### **29. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO**

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

#### **A) Contrato de concessão**

A Companhia celebrou com a União, em 04/12/2012, o segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes.

#### **B) Contrato de uso do sistema de transmissão**

A Companhia mantém contrato com a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista para o uso do sistema de transmissão, com vigência até a data de extinção da autorização ou a extinção da empresa transmissora, o que ocorrer primeiro.

#### **C) Contrato de operação e manutenção**

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção com a sua controlada, vigente até 2019 e atualizado anualmente pelo IPC - FIPE.

### 30. ALTERAÇÕES NÃO CAIXA

Durante o exercício de 2017, a Companhia e sua controlada realizaram as seguintes operações não caixa:

	<b>Controladora</b>			
	<b>31.12.16</b>	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	<b>31.12.17</b>
Arrendamento UTP.....	476.398	(84.024)	39.005	431.379

	<b>Consolidado</b>			
	<b>31.12.16</b>	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	<b>31.12.17</b>
Arrendamento UTP.....	476.398	(84.024)	39.005	431.379
Financiamentos.....	91.725	(13.561)	7.808	85.972

### 31. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações

**RECONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora						Consolidado					
	Regulatório		Societário		Regulatório		Societário		Regulatório		Societário	
	31.12.17	Ajuste	31.12.17	31.12.16	Ajuste	31.12.16	31.12.17	Ajuste	31.12.17	31.12.16	Ajuste	31.12.16
<b>ATIVO</b>												
<b>CIRCULANTE</b>												
Caixa e equivalentes de caixa.....	119.879	-	119.879	75.162	-	75.162	136.214	-	136.214	80.279	-	80.279
Revendedores.....	14.310	-	14.310	25.192	-	25.192	18.153	-	18.153	29.211	-	29.211
Consumidores.....	466	-	466	4.191	-	4.191	466	-	466	4.191	-	4.191
Ativo financeiro indenizável (1).....	323	-	323	-	-	-	323	-	323	-	-	-
Serviços - Canal Pinheiros.....	3.463	-	3.463	1.774	-	1.774	3.463	-	3.463	1.774	-	1.774
Alienação de bens e direitos.....	148	-	148	263	-	263	148	-	148	263	-	263
Imposto de renda e contribuição social a recuperar.....	1.330	-	1.330	-	-	-	1.331	-	1.331	11	-	11
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	1.111	-	1.111	1.537	-	1.537	1.123	-	1.123	1.552	-	1.552
Estoque.....	1.789	-	1.789	1.965	-	1.965	1.789	-	1.789	1.965	-	1.965
Despesas antecipadas.....	109	-	109	214	-	214	245	-	245	214	-	214
Arrendamento UTE Piratininga.....	79.364	-	79.364	85.141	-	85.141	79.364	-	79.364	85.141	-	85.141
Ativo financeiro - Sabesp.....	15.545	-	15.545	-	-	-	15.545	-	15.545	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados.....	10.161	-	10.161	10.372	-	10.372	10.161	-	10.161	10.372	-	10.372
Outros créditos.....	8.464	-	8.464	8.772	-	8.772	5.491	-	5.491	7.315	-	7.315
	<u>256.462</u>	<u>-</u>	<u>256.462</u>	<u>214.583</u>	<u>-</u>	<u>214.583</u>	<u>273.816</u>	<u>-</u>	<u>273.816</u>	<u>222.288</u>	<u>-</u>	<u>222.288</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>												
Realizável a longo prazo												
Arrendamento UTE Piratininga.....	352.015	-	352.015	391.257	-	391.257	352.015	-	352.015	391.257	-	391.257
Ativo financeiro - Sabesp.....	96.915	-	96.915	-	-	-	96.915	-	96.915	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados.....	11.927	-	11.927	12.326	-	12.326	15.336	-	15.336	15.806	-	15.806
Ativo financeiro indenizável (1).....	53.683	-	53.683	46.386	-	46.386	53.683	-	53.683	46.386	-	46.386
Ativo reversível da concessão (1).....	273.218	-	273.218	275.273	-	275.273	273.218	-	273.218	275.273	-	275.273
Outros créditos.....	-	-	-	-	-	-	1.209	-	1.209	2.137	-	2.137
Investimentos.....	92.718	-	92.718	80.947	-	80.947	1.390	-	1.390	1.390	-	1.390
Imobilizado (1).....	19.052	-	19.052	10.794	-	10.794	174.876	-	174.876	169.461	-	169.461
Intangível.....	2.567	-	2.567	1.764	-	1.764	2.567	-	2.567	1.764	-	1.764
	<u>902.095</u>	<u>-</u>	<u>902.095</u>	<u>818.747</u>	<u>-</u>	<u>818.747</u>	<u>971.209</u>	<u>-</u>	<u>971.209</u>	<u>903.474</u>	<u>-</u>	<u>903.474</u>
<b>TOTAL DO ATIVO.....</b>	<u>1.158.557</u>	<u>-</u>	<u>1.158.557</u>	<u>1.033.330</u>	<u>-</u>	<u>1.033.330</u>	<u>1.245.025</u>	<u>-</u>	<u>1.245.025</u>	<u>1.125.762</u>	<u>-</u>	<u>1.125.762</u>

**RECONCILIAÇÃO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora						Consolidado					
	Regulatório		Societário		Regulatório		Societário		Regulatório		Societário	
	31.12.17	Ajuste	31.12.17	31.12.16	Ajuste	31.12.16	31.12.17	Ajuste	31.12.17	31.12.16	Ajuste	31.12.16
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>												
<b>CIRCULANTE</b>												
Fornecedores.....	6.644	-	6.644	4.880	-	4.880	6.923	-	6.923	5.084	-	5.084
Financiamentos.....	-	-	-	-	-	-	7.312	-	7.312	6.671	-	6.671
Folha de pagamento.....	6.204	-	6.204	5.382	-	5.382	6.204	-	6.204	5.382	-	5.382
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....	5.990	-	5.990	6.220	-	6.220	5.990	-	5.990	6.220	-	6.220
Entidade de previdência a empregados.....	11.348	-	11.348	32.784	-	32.784	11.348	-	11.348	32.784	-	32.784
Tributos e contribuições sociais.....	4.171	-	4.171	4.724	-	4.724	4.368	-	4.368	4.880	-	4.880
Imposto de renda e contribuição social a recolher.....	-	-	-	143	-	143	-	-	-	143	-	143
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	34.473	-	34.473	16.010	-	16.010	34.473	-	34.473	16.010	-	16.010
Taxas regulamentares.....	5.500	-	5.500	5.801	-	5.801	5.504	-	5.504	5.806	-	5.806
Obrigações especiais - RGR.....	1.801	-	1.801	-	-	-	1.801	-	1.801	-	-	-
Encargos de uso da rede elétrica.....	184	-	184	174	-	174	200	-	200	190	-	190
Cauções e depósitos vinculados.....	6.633	-	6.633	-	-	-	6.633	-	6.633	-	-	-
Outros passivos.....	5.658	-	5.658	10.917	-	10.917	5.658	-	5.658	11.243	-	11.243
	<b>88.606</b>	<b>-</b>	<b>88.606</b>	<b>87.035</b>	<b>-</b>	<b>87.035</b>	<b>96.414</b>	<b>-</b>	<b>96.414</b>	<b>94.413</b>	<b>-</b>	<b>94.413</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>												
Exigível a longo prazo												
Financiamentos.....	-	-	-	-	-	-	78.660	-	78.660	85.054	-	85.054
Entidade de previdência a empregados.....	80.608	-	80.608	76.914	-	76.914	80.608	-	80.608	76.914	-	76.914
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	99.029	-	99.029	77.832	-	77.832	99.029	-	99.029	77.832	-	77.832
Taxas regulamentares.....	769	-	769	769	-	769	769	-	769	769	-	769
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	55.269	-	55.269	51.639	-	51.639	55.269	-	55.269	51.639	-	51.639
Obrigações especiais - RGR.....	14.401	-	14.401	16.202	-	16.202	14.401	-	14.401	16.202	-	16.202
	<b>250.076</b>	<b>-</b>	<b>250.076</b>	<b>223.356</b>	<b>-</b>	<b>223.356</b>	<b>328.736</b>	<b>-</b>	<b>328.736</b>	<b>308.410</b>	<b>-</b>	<b>308.410</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>												
Capital social.....	285.411	-	285.411	285.411	-	285.411	285.411	-	285.411	285.411	-	285.411
Reservas de capital.....	387.130	-	387.130	387.130	-	387.130	387.130	-	387.130	387.130	-	387.130
Outros resultados abrangentes.....	(24.877)	-	(24.877)	(35.947)	-	(35.947)	(24.877)	-	(24.877)	(35.947)	-	(35.947)
Reservas de lucros.....	172.211	-	172.211	86.345	-	86.345	172.211	-	172.211	86.345	-	86.345
	<b>819.875</b>	<b>-</b>	<b>819.875</b>	<b>722.939</b>	<b>-</b>	<b>722.939</b>	<b>819.875</b>	<b>-</b>	<b>819.875</b>	<b>722.939</b>	<b>-</b>	<b>722.939</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....</b>	<b>1.158.557</b>	<b>-</b>	<b>1.158.557</b>	<b>1.033.330</b>	<b>-</b>	<b>1.033.330</b>	<b>1.245.025</b>	<b>-</b>	<b>1.245.025</b>	<b>1.125.762</b>	<b>-</b>	<b>1.125.762</b>

Reconciliação das Demonstrações de Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Valores em milhares de reais R\$)

	Controladora						Consolidado					
	Regulatório		Societário	Regulatório		Societário	Regulatório		Societário	Regulatório		Societário
	2017	Ajuste	2017	2016	Ajuste	2016	2017	Ajuste	2017	2016	Ajuste	2016
Operações em continuidade Receita / Ingresso.....												
Fornecimento de energia elétrica .....	5.492	-	5.492	8.937	-	8.937	5.492	-	5.492	8.937	-	8.937
Suprimento de energia elétrica .....	174.497	-	174.497	178.009	-	178.009	207.639	-	207.639	209.251	-	209.251
Energia Elétrica de Curto Prazo .....	1.168	-	1.168	513	-	513	2.209	-	2.209	613	-	613
Renda de prestação de serviços .....	19.232	-	19.232	11.141	-	11.141	17.261	-	17.261	9.544	-	9.544
Outras receitas vinculadas.....	2.154	-	2.154	1.860	-	1.860	2.154	-	2.154	1.860	-	1.860
Receitas relativas à construção de ativos próprios.....	-	7.957	-	-	6.039	-	-	7.957	-	-	6.039	-
<b>202.543</b>	<b>7.957</b>	<b>210.500</b>	<b>200.460</b>	<b>6.039</b>	<b>206.499</b>	<b>234.755</b>	<b>7.957</b>	<b>242.712</b>	<b>230.205</b>	<b>6.039</b>	<b>236.244</b>	
Tributos.....												
PIS-PASEP.....	(5.215)	-	(5.215)	(4.718)	-	(4.718)	(5.437)	-	(5.437)	(4.922)	-	(4.922)
Cofins .....	(24.110)	-	(24.110)	(21.806)	-	(21.806)	(25.136)	-	(25.136)	(22.746)	-	(22.746)
ISS .....	(971)	-	(971)	(392)	-	(392)	(971)	-	(971)	(392)	-	(392)
<b>(30.296)</b>	<b>-</b>	<b>(30.296)</b>	<b>(26.916)</b>	<b>-</b>	<b>(26.916)</b>	<b>(31.544)</b>	<b>-</b>	<b>(31.544)</b>	<b>(28.060)</b>	<b>-</b>	<b>(28.060)</b>	
<b>Encargos - Parcela "A".....</b>												
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D .....	(1.658)	-	(1.658)	(1.577)	-	(1.577)	(1.658)	-	(1.658)	(1.577)	-	(1.577)
Taxa de fiscalização .....	(604)	-	(604)	(578)	-	(578)	(668)	-	(668)	(642)	-	(642)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH.....	(5.690)	-	(5.690)	(7.032)	-	(7.032)	(5.690)	-	(5.690)	(7.032)	-	(7.032)
<b>(7.952)</b>	<b>-</b>	<b>(7.952)</b>	<b>(9.187)</b>	<b>-</b>	<b>(9.187)</b>	<b>(8.016)</b>	<b>-</b>	<b>(8.016)</b>	<b>(9.251)</b>	<b>-</b>	<b>(9.251)</b>	
<b>164.295</b>	<b>7.957</b>	<b>172.252</b>	<b>164.357</b>	<b>6.039</b>	<b>170.396</b>	<b>195.195</b>	<b>7.957</b>	<b>203.152</b>	<b>192.894</b>	<b>6.039</b>	<b>198.933</b>	
Receita Líquida / Ingresso líquido.....												
Custos não gerenciáveis - Parcela "A".....	(8.543)	-	(8.543)	(8.778)	-	(8.778)	(9.471)	-	(9.471)	(12.020)	-	(12.020)
Energia elétrica comprada para revenda.....	(4.590)	-	(4.590)	(4.401)	-	(4.401)	(4.876)	-	(4.876)	(4.496)	-	(4.496)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição.....	<b>(13.133)</b>	<b>-</b>	<b>(13.133)</b>	<b>(13.179)</b>	<b>-</b>	<b>(13.179)</b>	<b>(14.347)</b>	<b>-</b>	<b>(14.347)</b>	<b>(16.516)</b>	<b>-</b>	<b>(16.516)</b>
<b>151.162</b>	<b>7.957</b>	<b>159.119</b>	<b>151.178</b>	<b>6.039</b>	<b>157.217</b>	<b>180.848</b>	<b>7.957</b>	<b>188.805</b>	<b>176.378</b>	<b>6.039</b>	<b>182.417</b>	
Resultado antes dos custos gerenciáveis.....												
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B".....</b>												
Pessoal e administradores.....	(107.072)	-	(107.072)	(97.324)	-	(97.324)	(107.072)	-	(107.072)	(97.324)	-	(97.324)
Entidade de previdência privada.....	(13.991)	-	(13.991)	(4.301)	-	(4.301)	(13.991)	-	(13.991)	(4.301)	-	(4.301)
Material.....	(3.555)	-	(3.555)	(4.136)	-	(4.136)	(3.622)	-	(3.622)	(4.159)	-	(4.159)
Serviços de terceiros .....	(48.105)	-	(48.105)	(40.751)	-	(40.751)	(50.332)	-	(50.332)	(42.814)	-	(42.814)
Arrendamento e aluguéis .....	(981)	-	(981)	(804)	-	(804)	(1.007)	-	(1.007)	(885)	-	(885)
Seguros.....	(338)	-	(338)	(297)	-	(297)	(636)	-	(636)	(592)	-	(592)
Doações, contribuições e subvenções.....	(150)	-	(150)	(12)	-	(12)	(150)	-	(150)	(12)	-	(12)
(Provisões) / Reversão de provisões.....	(8.580)	-	(8.580)	(16.600)	-	(16.600)	(8.580)	-	(8.580)	(16.600)	-	(16.600)
Custos relativos à construção de ativos próprios.....	-	(7.957)	(7.957)	-	(6.039)	(6.039)	-	(7.957)	-	(6.039)	(6.039)	-
Recuperação de despesas .....	2.859	-	2.859	2.172	-	2.172	3.269	-	3.269	2.247	-	2.247
Tributos.....	(9.679)	-	(9.679)	(8.714)	-	(8.714)	(9.698)	-	(9.698)	(8.822)	-	(8.822)
Depreciação e amortização (1).....	(931)	-	(931)	(925)	-	(925)	(4.872)	-	(4.872)	(4.864)	-	(4.864)
Gastos diversos da atividade vinculada.....	(1.861)	-	(1.861)	(1.343)	-	(1.343)	(1.952)	-	(1.952)	(1.549)	-	(1.549)
Outras Receitas Operacionais.....	128.311	-	128.311	2.898	-	2.898	128.311	-	128.311	2.907	-	2.907
<b>(64.073)</b>	<b>(7.957)</b>	<b>(72.030)</b>	<b>(170.137)</b>	<b>(6.039)</b>	<b>(176.176)</b>	<b>(70.332)</b>	<b>(7.957)</b>	<b>(78.289)</b>	<b>(176.768)</b>	<b>(6.039)</b>	<b>(182.807)</b>	
<b>87.089</b>	<b>-</b>	<b>87.089</b>	<b>(18.959)</b>	<b>-</b>	<b>(18.959)</b>	<b>110.516</b>	<b>-</b>	<b>110.516</b>	<b>(390)</b>	<b>-</b>	<b>(390)</b>	
Equivalência patrimonial.....	15.438	-	15.438	9.130	-	9.130	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado Financeiro.....</b>												
Despesas financeiras .....	(1.094)	-	(1.094)	(1.098)	-	(1.098)	(8.928)	-	(8.928)	(10.783)	-	(10.783)
Receitas financeiras .....	34.779	-	34.779	32.504	-	32.504	36.103	-	36.103	34.308	-	34.308
Variações monetárias.....	18.503	-	18.503	54.351	-	54.351	18.503	-	18.503	54.351	-	54.351
<b>52.188</b>	<b>-</b>	<b>52.188</b>	<b>85.757</b>	<b>-</b>	<b>85.757</b>	<b>45.678</b>	<b>-</b>	<b>45.678</b>	<b>77.876</b>	<b>-</b>	<b>77.876</b>	
Lucro antes dos impostos sobre o lucro.....	154.715	-	154.715	75.928	-	75.928	156.194	-	156.194	77.486	-	77.486
Despesa com impostos sobre os lucros.....	(35.569)	-	(35.569)	(20.948)	-	(20.948)	(37.048)	-	(37.048)	(22.506)	-	(22.506)
<b>Lucro líquido do exercício.....</b>	<b>119.146</b>	<b>-</b>	<b>119.146</b>	<b>54.980</b>	<b>-</b>	<b>54.980</b>	<b>119.146</b>	<b>-</b>	<b>119.146</b>	<b>54.980</b>	<b>-</b>	<b>54.980</b>
<b>Lucro por ação.....</b>												
básico - lucro líquido do exercício atribuível a acionistas detentores de ações preferenciais....	R\$ 3,04166	-	R\$ 3,04166	R\$ 1,54393	-	R\$ 1,54393	R\$ 3,34583	-	R\$ 3,34583	R\$ 1,54393	-	R\$ 1,54393
básico - lucro líquido do exercício atribuível a acionistas detentores de ações ordinárias.....	R\$ 3,34583	-	R\$ 3,34583	R\$ 1,40357	-	R\$ 1,40357	R\$ 3,04166	-	R\$ 3,04166	R\$ 1,40357	-	R\$ 1,40357

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

#### **1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)**

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de geração de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim na utilização do modelo de ativo financeiro.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

**Aos acionistas, conselheiros e diretores da EMAE – Empresa Metropolitana  
de Águas e Energia S.A.**

**São Paulo – SP**

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias individuais e consolidadas da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase – Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.1 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### 1. Ativo Financeiro indenizável

Veja as Notas 3.8 e 10 das demonstrações contábeis regulatórias individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia possui em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$54.006 mil referente a investimentos realizados pela Companhia em infraestrutura de geração de energia após 31 de dezembro de 2012, os quais são classificados como ativo financeiro indenizável por se caracterizar, como um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Conforme definido na regulamentação de concessões de companhias de geração de energia, inclusive a Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, os investimentos deverão ser recuperados a partir dos reajustes e/ou revisão tarifária no estabelecimento de uma nova Receita Anual de Geração ("RAG"), a qual incluirá a remuneração desses ativos.</p>	<p>Avaliamos o desenho dos controles internos chave relativos a identificação e mensuração do valor do ativo financeiro da concessão. Adicionalmente, avaliamos a composição e a natureza dos gastos que formaram os ativos financeiros da concessão e analisamos, por amostragem, a precisão da formação do custo desses ativos. Avaliamos, também, a adequação das divulgações da Companhia, especificamente em relação às comunicações realizadas com a ANEEL sobre a recuperação dos valores investidos.</p>

<p>A Companhia avaliou e entende que os investimentos foram realizados em caráter prudencial, porém estão sujeitos a aprovação da ANEEL e, conseqüentemente, eventuais ajustes poderão ser necessários, o que poderá impactar as suas demonstrações contábeis regulatórias individuais e consolidadas. Por essas razões, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Com resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que o saldo do ativo financeiro indenizável é aceitável no contexto das demonstrações contábeis regulatórias individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.</p>
<p><b>2. Ativo reversível da concessão</b></p>	
<p>Veja as Notas 3.9 e 11 das demonstrações contábeis regulatórias individuais e consolidadas</p>	
<p><b>Principais assuntos de auditoria</b></p>	<p><b>Como nossa auditoria conduziu esse assunto</b></p>
<p>A Companhia mantém contabilizado ativo reversível da concessão registrado a custo histórico, que em 31 de dezembro de 2017 representa o valor de R\$273.218 mil, referente aos investimentos a serem indenizados pelo Poder Concedente (ANEEL) em virtude da renovação da concessão ocorrida em 4 de dezembro de 2012. O valor da indenização, que ainda está em processo de homologação pela ANEEL, será determinado após fiscalização e definido com base no “Valor Novo de Reposição - VNR”. Em 2017, a Companhia contratou empresa especializada para mensurar o valor dos ativos pelo VNR e não identificou indicadores de desvalorização sobre o valor contabilizado. Todavia, até a definição dos valores a serem homologados pela ANEEL, poderão ocorrer perdas ou ganhos, os quais serão reconhecidos quando vierem ao conhecimento da Companhia e atenderem aos requisitos contábeis para registro. Devido à relevância dos investimentos a serem indenizados e ao impacto que eventual diferença no resultado da homologação dos valores pela ANEEL poderá causar nas demonstrações contábeis regulatórias individuais e consolidadas da Companhia, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos o desenho dos controles internos chave da Companhia relativos à identificação e valorização dos ativos a serem indenizados pelo Poder Concedente (ANEEL) após a renovação da concessão. Avaliamos a composição dos gastos que formaram os ativos revertidos para a União e analisamos, por amostragem, a precisão da formação do custo dos ativos revertidos. Com auxílio de nossos especialistas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Companhia para estimar o valor justo dos ativos pelo “valor novo de reposição - VNR” especificamente na metodologia de precificação utilizada e sua aderência aos métodos de avaliação aprovados pela ANEEL. Avaliamos, também, a adequação das divulgações da Companhia, especificamente em relação as premissas utilizadas para calcular o “valor novo de reposição”.</p> <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que o saldo do ativo reversível da concessão é aceitável, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.</p>

### 3. Contrato de Arrendamento e contrato de concessão da Usina Térmica de Piratininga

Veja as Notas 3.7 e 6 das demonstrações contábeis regulatórias individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia possui um contrato de arrendamento mercantil financeiro, cujo ativo está atrelado a um contrato de concessão, referente à Usina Térmica de Piratininga com a Baixada Santista Energia S.A. vigente até 2024. Em julho de 2015, o contrato de concessão entre a Baixada Santista Energia S.A. e a União encerrou-se, tendo havido a continuidade da operação em caráter especial até 31 de dezembro de 2017. A Companhia aguarda a manifestação da União sobre a renovação da concessão. Nesse interim, a operação dos ativos da concessão continua sendo realizada pela Baixada Santista Energia S.A. Conforme estabelecido no contrato de concessão, considerando que a não renovação da concessão cessaria o contrato de arrendamento mercantil financeiro, o Poder Concedente teria que indenizar a EMAE pela reversão dos bens e instalações vinculados à concessão (pelo seu Valor Novo de Reposição – VNR), conforme regulação atual e a Baixada Santista Energia S.A. necessitaria devolver os ativos arrendados em bom estado de conservação e em plenas condições operacionais. Devido à relevância das estimativas efetuadas para mensurar o valor da indenização deste ativo financeiro e o impacto que eventuais mudanças nas premissas e julgamentos utilizados poderiam ter sobre as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis regulatórias individuais e consolidadas da Companhia, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos o desenho dos controles internos chave da Companhia relativos à determinação da indenização a receber do Poder Concedente (ANEEL) pela não renovação da concessão. Com auxílio de nossos especialistas em avaliação de ativos, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Companhia para atualizar o valor da indenização em caso de não renovação da concessão, especificamente em relação ao critério para sua atualização anual. Avaliamos as comunicações com a ANEEL sobre o assunto, disponibilizadas pela Companhia, bem como a adequação das divulgações da Companhia, especificamente em relação ao valor a ser indenizado pela União em caso de não renovação da concessão.</p> <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a divulgação efetuada sobre o valor de indenização do ativo financeiro nas demonstrações contábeis regulatórias individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.</p>

#### 4. Plano de pensão

Veja as Notas 3.3 e 16 das demonstrações contábeis regulatórias individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como a nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>Devido à relevância e grau de julgamento das estimativas efetuadas para mensurar o valor líquido do passivo dos planos de pensão de benefício definido e contribuição variável da Companhia e do impacto que eventuais mudanças nas premissas usadas na mensuração desse valor teriam nas demonstrações contábeis regulatórias individuais e consolidadas da Companhia, consideramos esse assunto como relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho dos controles internos chave relativos às informações dos beneficiários e à revisão do cálculo do passivo atuarial. Com o suporte dos nossos especialistas atuariais, avaliamos as premissas aplicadas na determinação do valor líquido do passivo de benefício definido da Companhia, sendo as principais a taxa de desconto, a taxa de inflação e a taxa de mortalidade. Isso incluiu uma comparação dessas premissas com as expectativas e informações de mercado existentes na data-base das demonstrações contábeis regulatórias. Obtivemos, também, confirmações externas sobre a existência dos ativos financeiros do plano de pensão e efetuamos análises sobre o valor de mercado dos ativos financeiros do plano, assim como, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia, especificamente em relação à análise de sensibilidade do valor líquido do passivo de benefício definido em relação às premissas atuariais utilizadas.</p> <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo do passivo atuarial no contexto das demonstrações contábeis regulatórias individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.</p>

## Outros assuntos

A EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os acionistas da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. com data de 14 de março de 2018.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias individuais e consolidadas, de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias individuais e consolidadas.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias individuais e consolidadas tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias individuais e consolidadas do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



Rosane Palharim  
Contadora CRC 1SP220280/O-9